

ROSA MARIA FEITEIRO CAVALARI

OS LIMITES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL - 1964-1980

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação (Filosofia e História da Educação) à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a orientação do Prof. Dr. Evaldo A. Vieira.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1987

ROSA MARIA FEITEIRO CAVALARI

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação de Mestrado
defendida por Rosa Maria Feiteiro
Cavalari e aprovada pela Comissão
Julgadora em

Data: 28/11/88 -

Assinatura: Eivaldo J. Vieira

OS LIMITES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL - 1964-1980

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1987

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Concordo em fazer revisão gráfica,
a conta.

Dom Cadori
8-12-87

Após a revisão gráfica, encaminhase à
CPQ - Faculdade de Educação —
Evaldo J. Vieira 21/11/88 —

COMISSÃO JULGADORA

Evaldo J. Vieira
João Baptista
Roberto Cantão

Agradecimentos

Ao Prof.Dr. Evaldo A. Vieira, pelo estímulo e orientação.

Ao Luiz, Ana Luisa e Mariana, pela compreensão por minhas ausências e obsessão pelo trabalho.

Ao Gaetano e Mariangela, por me proporcionarem um lugar tranquilo para o estudo e a pesquisa.

A Lusía e a Beth, pela inestimável ajuda prestada.

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, particularmente a Mirza Vasconcellos e a Ema Franzoni, por terem-me franqueado o acesso à parte do acervo sobre o Movimento Estudantil quando este ainda não se encontrava totalmente organizado.

Finalmente a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho. Citá-los nominalmente seria impossível.

dedico este trabalho a todos os
estudantes que tiveram suas vidas
marcadas pelos acontecimentos aqui
descritos, particularmente aos que
tiveram que pagar com a vida o
preço de sua opção.

A todos eles, a minha admiração e
respeito.

SUMÁRIO

páginas

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I	
OS ESTUDANTES E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL (1964-1968).....	13
1.1. O Contexto Político e Econômico.....	13
1.2. Os Estudantes Contra o Estado.....	37
1.2.1. A Tentativa de Controle Legal do Movimento Estudantil.....	40
1.2.2. A Difícil Tarefa da Re-Organização.....	45
1.2.3. O XXVII Congresso da UNE.....	49
1.2.4. A Intervenção Norte-Americana na Educação Brasileira (Acordos MEC-USAID).....	55
1.2.5. As Passeatas e o Movimento em 1966.....	63
1.2.6. O Congresso de Belo Horizonte.....	70
1.2.7. Os Estudantes no Governo Costa e Silva....	77
1.2.8. 1968 - O Auge da Crise.....	85
1.2.9. As Divergências do Movimento Estudantil..	103
CAPÍTULO II	
O FORTALECIMENTO DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL E O "MILAGRE ECONÔMICO" (1969-1974).....	111
2.1. O Contexto Político e Econômico.....	111

2.2. O Movimento Estudantil no Tempo do "Milagre".....	136
2.2.1. O Controle Legal Definitivo do Movimento Estudantil: Decreto-Lei nº 477.....	137
2.2.2. A Continuação do XXXº Congresso da UNE: Eleição da Nova Diretoria.....	143
2.2.3. A retração do Movimento Estudantil.....	146
2.2.4. A Dialética Repressão - Resistência: O Caso USP.....	153
2.2.5. Uma Alternativa se Coloca: a Luta Armada.	162

CAPÍTULO III

DA "DISTENSÃO" À "ABERTURA" POLÍTICA (1975-1980).....	178
3.1. O Contexto Político e Econômico.....	178
3.2. Os Estudantes e a "Distensão" - 1975-1980.....	209
3.2.1. Os Encontros Nacionais de Estudantes (ENES).....	210
3.2.2. A Reconstrução das Entidades Estudantis: O DCE-Livre Alexandre Vanuchi Leme da USP e a UEE-SP.....	221
3.2.3. As Manifestações de Rua - Os "Dias Nacio- nais de Luta pela Anistia.....	228
3.2.4. A Repressão na Universidade de Brasília (UnB).....	249
3.2.5. A Reconstrução da UNE - O Congresso de Salvador (XXXI Congresso).....	255
3.2.6. As Primeiras Eleições Diretas para a Di- retoria da UNE.....	266

3.2.7. O XXXII Congresso da UNE - 1980.....	270
CONCLUSÃO.....	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

INTRODUÇÃO

A maioria dos autores que se dedicaram ao estudo do movimento estudantil afirmam que este foi extremamente perseguido e que teve sua ação cerceada e reprimida pelo governo que se implantou no país através do golpe militar de 31 de março.

Argumentam, em favor dessa posição, com o fato de as principais lideranças estudantis terem sido compelidas ao exílio pela forte repressão policial-militar desencadeada contra ela, e pelo fato de a sede da UNE, no Rio de Janeiro, ter sido depredada e incendiada no dia seguinte ao golpe.

Assim, apenas para citar dois exemplos; José Luis Sanfelice afirma que "Quanto à UNE e ao movimento estudantil (...) passaram a sofrer muitos ataques da reação que se desencadeou pós-64. Começaria a se configurar um período de relações extremamente conflituosas entre estudantes e governos (...). Por outro lado, paralelamente à repressão, os governos militares e os grupos sociais que representavam, empenharam-se numa tarefa obsessiva, visando o controle, a manipulação ou a redefinição do movimento estudantil" (1).

1. José Luis Sanfelice, Movimento estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 64, p.30.

Mais ou menos na mesma linha, caminha José Augusto Guilhon Albuquerque quando afirma que "O movimento estudantil foi profundamente afetado após 64. Em primeiro lugar, perdeu a posição que ocupava no seio da aliança no poder aos tempos de Goulart. (...). Em segundo lugar, o novo governo não tardou em tomar medidas visando o restabelecimento do controle de Estado sobre todas as organizações representativas dos diferentes setores da população" (2).

Note-se que os dois autores não denunciam apenas a perseguição sofrida pelos estudantes, mas apontam também para a necessidade de controle do movimento estudantil, sentida pelo grupo que então assumia o poder.

A partir dessas colocações, algumas questões se impõem: Por que o movimento estudantil foi perseguido? Por que o governo que ora se implantava no país sentia necessidade de controlar o movimento estudantil? O que temia o novo governo? Estaria o movimento estudantil, através de sua prática e de suas reivindicações, colocando em risco a ordem estabelecida? Mais ainda, teria o movimento estudantil condições para isso?

2. José Augusto Guilhon Albuquerque, Movimento estudantil e classe média no Brasil. In: Classes médias e política no Brasil, p. 136.

Eis em suas linhas mais gerais os objetivos desse trabalho. Buscar, através de uma reconstrução histórica das lutas estudantis nas décadas de 60 e 70, as respostas a essas questões. Ou seja, através da análise da "praxis" estudantil, procurar analisar as possibilidades e o limites do movimento estudantil nesse período.

Procurarei analisar de que forma se deu a luta dos estudantes contra o poder político e se a sua ação foi eficaz e profícua, ou se, apesar do radicalismo que essa luta assumiu em alguns momentos, ela foi inócua. Mais ainda, se a sua ação contribuiu ou não para a transformação social. Caso não tenha contribuído, por quê?

As respostas a essas questões, ao meu ver, tornam-se extremamente importantes para que não se criem ilusões e falsas expectativas com relação às possibilidades e ao alcance da atuação estudantil com vistas à transformação da realidade. Talvez auxilie, igualmente, a lançar alguma luz sobre a situação atual do movimento estudantil e ajude a compreender a inércia e a inação dos estudantes hoje.

Para a delimitação do problema deste trabalho, tomo como ponto de partida o exame de três obras, que, embora tratando do mesmo assunto, chegam a conclusões completamente diferentes. Trata-se da obra de Marialice M. Foracchi, "O estudante e a transformação da sociedade brasileira", a de Luiz Carlos Bresser Pereira, "As revoluções utópicas", e de João Roberto Martins Filho, "Mo-

vimento Estudantil e Ditadura Militar - 1964-1968".

Em grandes linhas, Foracchi afirma, em sua obra, que os estudantes, por pertencerem predominantemente à pequena-burguesia ascendente, ou como afirma Wright Mills, à "nova classe média" (3), terão sua ação marcada pela ambiguidade e pela indefinição características de sua origem social (4).

Afirma Foracchi que "afastada da alternativa proletária e marginalizada no processo capitalista de produção, essa nova classe média é a categoria intermediária que se comprime entre as contradições do sistema, não contando, sequer, com um estilo de atuação que a singularize ou com uma filosofia prática que lhe descortine perspectivas imediatas de futuro (...) Oscila entre a burguesia que a espolia, entre a camada tradicional que a menospreza e o proletariado que dela se afasta, em termos de ímpeto de luta e de capacidade reivindicativa" (5).

Apoiando-se numa passagem de "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", onde Marx assevera que "por mais diferentes que sejam as medidas para alcançar esses objetivos, por mais

3. Cf. C. Wright Mills, A nova classe média (White Collar), 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

4. Cf. Marialice Mencarini Foracchi, O estudante e a transformação da sociedade brasileira, p. 222-223.

5. Ibid. p. 225-226.

que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia", Foracchi conclui que a transformação social aspirada por essa nova classe média "está contida nos limites da posição da classe média, comprimida entre o proletariado, em afirmação, e a burguesia em expansão" (6). Consequentemente, o mesmo é válido em relação aos estudantes.

Mais adiante, Foracchi afirma que a ação dos estudantes objetiva na verdade muito mais ultrapassar atitudes e compromissos com grupos conservadores e tradicionais, do que um engajamento revolucionário propriamente dito (7), e mesmo quando sua ação assume características de radicalização, esta última se mantém nos limites do radicalismo pequeno-burguês - "um radicalismo pequeno-burguês, a seu modo autêntico, que faz as vezes de força revolucionária" (8).

Declara ainda que "o estudante representa na verdade, um potencial 'revolucionário', ou seja, a polariza-

6. Marialice M. Foracchi, op. cit. p. 226

7. Ibid. p. 239

8. Ibid.

ção transformadora da ação de uma camada, originalmente ligada as forças tradicionais" (9).

Posição diferente assume Luiz Carlos Bresser Pereira ao afirmar (10) que. "a revolução política radical de nosso tempo é a revolução estudantil, ou melhor, é a revolução dos estudantes e dos intelectuais não-comprometidos (12). São os estudantes e os intelectuais não comprometidos o grupo revolucionário por excelência (...). Não são mais os operários, como pretendia Marx no século passado, a classe revolucionária. Não é mais do

9. Ibid

10. Luiz Carlos Bresser Pereira, As revoluções utópicas: a revolução política na Igreja, a revolução estudantil, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1979.

11. Intelectual não-comprometido, para Bresser Pereira, "é o intelectual que não se integrou no processo tecnoburocrático de produção. Em sua maioria são os ex-universitário desempregados ou semi-empregados. Há, todavia, algumas profissões - artistas, professores, jornalistas, médicos - em que também pode haver um certo grau de descompromissamento. Chamamos a esses intelectuais de descomprometidos, na medida em que não dependem de uma carreira, da aprovação de superiores para sobreviverem. Devem ser incluídos também desse grupo os 'hippies' e todo o movimento 'underground'. op. cit. p. 129.

proletariado que se pode esperar a revolução. Esta, quanto e se ocorrer, terá origem nos estudantes e nos intelectuais não comprometidos" (12).

Segundo Bresser Pereira, os proletários hoje representam os ex-revolucionários, pois na maioria dos países conseguiram um padrão de vida razoável e é hoje uma classe acomodada. Além disso, segundo ele, as conquistas trabalhistas, o direito de greve e os seguros sociais serviram para diluir o conflito entre trabalho e capital e para "amortecer o espírito revolucionário da classe operária" (13).

Depois de negar a possibilidade da revolução via proletariado, o autor nega também a possibilidade da revolução ser feita pelos camponeses e pelos trabalhadores rurais. Segundo ele, os camponeses e os trabalhadores rurais também não são revolucionários, ou por serem pequenos proprietários conservadores, satisfeitos e acomodados, nos países desenvolvidos, ou por serem miseráveis, analfabetos ou semi-alfabetizados e sem o mínimo de organização, nem condições de levar adiante qualquer revolução, nos países subdesenvolvidos (14).

12. Ibid. p.84.

13. Ibid. p.85

14. Cf. Op. cit. p.91.

Em contrapartida, Bresser Pereira afirma que os estudantes são revolucionários, porque põem em questão os alicerces das sociedades em que vivem. Que não questionam apenas o sistema universitário e as deficiências do ensino, mas "vão muito além". "Todo o sistema em que vivem é negado" (15).

Ainda segundo Bresser Pereira, os estudantes se utilizam das reivindicações relacionadas com a reforma universitária como estopim para desencadear a luta, e que esta serve para aglutinar os menos radicais. "Mas, num instante, sob a orientação das lideranças radicais, que encontram um ambiente propício para se tornarem efetivas, o escopo do protesto amplia-se. Toda a sociedade é denunciada. Nada fica de pé" (16).

Finalmente Bresser Pereira conclui que "a crítica do estudante tem portanto um sentido total: nega toda a sociedade, nos termos em que ela está hoje organizada. Nesses termos, o grupo estudantil tem um primeiro predicado para substituir-se aos operários como grupo revolucionário: tem objetivos revolucionários" (17).

15. Ibid. p. 91.

16. Ibid. p. 92

17. Ibid.

Já Martins Filho, afirma que "é impossível atribuir à participação do estudante um caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdos e objetivos permanentes" (18) pois não se pode "a priori" afirmar que o movimento estudantil é revolucionário ou conservador, mas que, pelo contrário, trata-se "examinar concretamente a atuação estudantil em cada conjuntura histórica para compreender os diferentes conteúdos e formas que assumem as mobilizações estudantis" (19).

Desse modo, Martins Filho pretende apontar os limites da análise proposta por Marialice Foracchi. Seu ponto de partida para esse empreendimento é a análise feita por Décio Saes em sua obra Classe Média e sistema político no Brasil: "a posição política dos grupos médios depende da conjuntura, da maneira pela qual se articulam e se opõem à prática política burguesa e à prática política operária, de seus problemas e de suas tensões" (20). Assim Martins Filho

18. João Roberto Martins Filho, Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968), p. 17.

19. Ibid. p. 204

20. Décio Saes, Classe média e sistema político, p.18. In: João Roberto Martins Filho, op. cit. p. 31.

pode, dentro do movimento estudantil, abrir espaço "para considerar a possibilidade de que a vanguarda estudantil avance no sentido da superação de seus limites de classe". Mas, para tanto, é-lhe necessário considerar dois setores no movimento estudantil, caracterizado pela heterogeneidade política: a vanguarda e a massa. Embora inter-relacionados, esses dois setores "mantem entre si um significativo grau de autonomia" (21). Assim, Martins Filho postula uma analogia: a vanguarda estudantil está para a massa dos estudantes, assim como o partido está para a classe.

Portanto, em relação às possibilidades revolucionárias do movimento estudantil examino três análises distintas e conflitantes, que, "grosso modo", podem ser resumidas da seguinte maneira: os estudantes podem tudo, isto é, são os revolucionários de hoje, são por excelência, os agentes da transformação social; ou os estudantes podem pouco, isto é, não são revolucionários, a transformação social não se efetivará através da prática estudantil, à medida que esta, mesmo quando assume características de radicalização, permanece ainda nos limites da pequena burguesia; ou ainda, não se pode "a priori" afirmar ou negar o caráter revolucionário do movimento estudantil, porém a análise deste implica sua inserção na conjuntura histórica concreta.

21. João Roberto Martins Filho, op. cit. p. 30.

A partir dessas considerações procuro desenvolver esse trabalho, analisando a "praxis" estudantil de 1964 a 1980, restringindo-me a esquerda do movimento estudantil universitário.

Entendo por esquerda, neste trabalho, aqueles setores do movimento estudantil que possuíam um discurso voltado para a transformação.

Essa restrição justifica-se à medida que os grupos de esquerda foram hegemônicos no movimento estudantil durante todo o período focado, e também porque, dado o objeto desse trabalho, não caberia aqui uma análise da ação dos grupos organizados de direita, invariavelmente comprometidos com a conservação do "status quo".

A meu ver, a análise de um período tão extenso, duas décadas, torna-se necessário à medida que permite visualizar as principais etapas por que passou o movimento estudantil. Ou seja, a sustentação ao governo Goulart, a contestação à ditadura militar imposta através do golpe, a retração do movimento estudantil pós-AI 5, a descaracterização do movimento estudantil em função da luta armada e, finalmente, o ressurgimento do movimento e a reconstrução da UNE no final da década de 70.

Apesar de não considerar movimento estudantil apenas a UNE, mas todas as manifestações e organizações dos estudantes, a quase totalidade dos documentos e declarações analisadas são da UNE, com exceção aos do período que ela deixou de existir, por ser esta a sua organização hegemôni-

ca.

Procuro também, à medida que reconstruo a trajetória das lutas estudantis, reconstruir, através de uma análise de conjuntura, o momento histórico e político por que passava o país. Ao meu ver, essa análise é indispensável para compreender o rumo dado pelos estudantes a essas lutas. Ou seja, a análise de conjuntura nos ajuda a compreender por que a "praxis" estudantil se deu dessa forma e contribui para a reconstrução da trajetória da dominação política e cultural sofrida pela sociedade no período enfocado.

Objetivando a reconstrução do movimento estudantil, tento, sempre que possível, privilegiar as declarações da época, ou seja, evitar basear-me nas revisões e auto-críticas encetadas pelos estudantes, em geral por suas lideranças, a partir notadamente de 1979. Daí ter dado ênfase a jornais, revistas e documentos estudantis da época. Por outro lado, para a reconstrução da conjuntura histórica, utilizei-me de fontes secundárias.

CAPÍTULO I

OS ESTUDANTES E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL (1964 - 1968).

1.1. O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO

Quando João Goulart abandonou o país, rumo ao exílio, o deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara, assumiu interinamente a Presidência da República, a 2 de abril de 1964.

Entretanto, esse ato foi apenas simbólico uma vez que de fato quem governava o país era o Comando Revolucionário (uma junta composta pelo General Arthur da Costa e Silva, o Almirante Augusto H. Rademaker e o Brigadeiro Correia de Mello) (1).

Embora divergissem em muitos pontos, os militares eram extremamente coesos quanto à necessidade de impedir a "comunização do país" e a implantação de uma "república sindicalista". Justificava-se, assim, o golpe.

1 Luís Viana Filho, O Governo Castelo Branco, p.46.

Com o golpe ainda em curso, já havia um ideário que, além de servir para justificar a derrubada do governo, servia também como uma espécie de plataforma para o novo governo a ser implantado.

Castelo Branco, então Chefe do Estado Maior do Exército, escrevia ao comandante da 6a. Divisão de Infantaria, General Adalberto Pereira dos Santos, em 30 de março de 1964, uma mensagem de próprio punho, que ressaltava a necessidade da.

"Restauração da legalidade: restabelecimento da Federação; eliminar o desenvolvimento do plano comunista de posse do poder; defender as instituições militares, que começam a ser destruídas; restabelecer a ordem para o advento de reformas legais" (2)

Fiel a esses princípios, o Comando Revolucionário assinou, no dia 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 1.

O AI 1, redigido em segredo por Carlos Medeiros com a colaboração de Francisco Campos, "destinava-se a ser o instrumento fundamental, para abrir caminho à Revolução, que se ressentia da falta de um programa ou doutrina" (3).

2. Luís Viana Filho, op. cit. p. 3.

3. Luís Viana Filho, op. cit. p. 58.

O Ato transferia grande parte do Poder Legislativo para o Executivo. O Presidente da República podia introduzir emendas constitucionais, que tinham prazo de trinta dias para serem debatidas no Congresso (este poderia recusá-las desde que tivesse maioria absoluta de votos nas duas casas); criava o "Decurso de Prazo" (um mecanismo pelo qual são aprovados automaticamente os projetos que o Executivo julgar "urgentes", caso o Congresso não se manifeste em contrário no prazo de trinta dias); e principalmente dava ao Executivo o poder de cassar mandatos de representantes governamentais a nível municipal, estadual ou federal.

Além disso, o Ato "suspendia por seis meses as garantias de vitaliciedade e estabilidade, permitindo, mediante investigação sumária, a demissão, disponibilidade ou aposentadoria (os militares podiam ser reformados ou transferidos para a reserva) dos que houvessem tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa" (4).

O Ato fixava também que seriam instaurados inquéritos e processos, tanto para casos individuais como para ações coletivas "visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária".

4. Luís Viana Filho, op. cit. p.48

Determinava igualmente a cassação de mandatos legislativos tanto a nível Federal como Estadual e Municipal, e a suspensão dos direitos políticos de qualquer pessoa por dez anos.

O Ato era acompanhado de uma lista, encabeçada pelo ex-Presidente João Goulart, de pessoas que imediatamente perderiam seus mandatos e teriam seus direitos políticos cassados.

Finalmente, o AI 1 mudava a forma de eleição do Presidente da República. Este deveria ser eleito de forma indireta, em sessão pública e votação nominal, por um Colégio Eleitoral antecipadamente escolhido.

Foi assim que o General Humberto de Alencar Castelo Branco, se fez Presidente do Brasil, embora a indicação de seu nome houvesse enfrentado a oposição dos setores militares chamados "linhas duras" liderados pelo General Costa e Silva.

Castelo Branco tomou posse em 15 de abril de 1964, substituindo o Comando Revolucionário, e governou até 15 de março de 1967, quando transferiu o poder ao General Costa e Silva.

O governo de Castelo Branco foi profundamente marcado por perseguições, prisões, torturas, cassações e expurgos. Foi adotado um conjunto de medidas que os militares chamavam de "Operação Limpeza", que tinha por objetivo "limpar", "varrer" todos aqueles que estivessem ligados ao governo anterior, ou, de alguma forma, participado de movimen-

tos sociais ou partidos considerados comunistas.

Segundo Maria Helena Moreira Alves, "cerca de cinquenta mil pessoas terão sido presas em todo país nos primeiros meses após a tomada do poder" (5).

Uma das formas encontradas para efetivar a "Operação Limpeza" foi a criação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), através do Decreto Lei nº 53.897, de 27 de abril de 1964.

Com o objetivo de identificar "subversivos", foram criadas comissões especiais de inquérito em ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades e outras organizações vinculadas ao governo.

Os IMPs, como ficaram conhecidos, investigaram atividades de civis e militares e, segundo a autora já citada, "constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do 'inimigo interno' (...)" (6).

A repressão e a violência desencadeadas pela "operação limpeza", inclusive com o uso generalizado da tortura de presos políticos, aos poucos foram-se tornando conhecidas da sociedade civil e da imprensa, que, mobilizadas, ^{organizaram} uma grande campanha de denúncia, o que acabou forçando o Governo a determinar uma investigação sob a responsabilidade

5. Maria Helena Moreira Alves, Estado e Oposição no Brasil, (1964-1984), p. 59.

6. Maria Helena Moreira Alves, op. cit. p. 56.

do então chefe da Casa Militar General Ernesto Geisel (7).

Por algum tempo a tortura ficou sob controle, apesar da investigação ter sido arquivada "por falta de provas".

É importante ressaltar que não só civis foram perseguidos pelo novo governo, os "revolucionários de 64" tinham particular interesse em controlar os militares, sobretudo os que se tinham oposto à derrubada de Goulart. Embora tenha havido expurgos nas três Armas, os maiores ocorreram no Exército no ano de 1964.

Além de expurgados, os militares podiam ainda ser penalizados por meio de outros expedientes, como serem declarados legalmente mortos. Como "morto", o militar perdia direito a todas as conquistas adquiridas durante sua carreira e sua mulher passaria a receber uma pensão como "viúva", o que significava um salário muito menor do que vinha recebendo até então (8).

Outro acontecimento importante desse período foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), através do Decreto Lei nº 4.3341 de 13 de junho de 1964, que segundo Castelo Branco, visava "a aparelhar melhor o Poder Executivo, mantendo-o bem informado sobre o que se passa no país, para que se possa agir com acerto e oportuni-

7. Luís Viana Filho, op. cit. p. 139-141

8. Cf. Maria Helena Moreira Alves, op. cit. p. 66

dade" (9).

Como houve muita resistência à sua aprovação no Congresso, pois alguns viam nele "a reprodução de órgãos nazistas de propaganda", o Executivo saiu em sua defesa, afirmando que "O SNI não tem qualquer paralelo com órgãos de propaganda ou doutrinação, nem há por que se queira enxergar nele a instituição de um aparelho de espionagem terrorista" (10).

Em que pesem estas declarações, o SNI mostrou-se, na prática, ser uma verdadeira agência de espionagem, todos eram suspeitos até prova em contrário. Seu idealizador e primeiro chefe, Golberi do Couto e Silva, segundo Luís Viana Filho, "tudo via e tudo ouvia, estando em condições de informar e sugerir sobre esse ou aquele caso. Frequentemente, antecedia os demais na investigação, o que lhe permitia prever no momento próprio" (11).

Paralelamente a essas medidas, no plano econômico, Castelo Branco, através de seu Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, chefiado pelo Ministro da Fazenda Octávio Gouvea de Bulhões e pelo Ministro do Planejamento Roberto de Oliveira Campos, tomou medidas que objetivaram basicamente combater a inflação, reativar o desen-

9. Luís Viana Filho, op. cit. p. 72

10. Ibid.

11. Luís Viana Filho, op. cit. p. 72-73.

volvimento econômico e sanear a balança de pagamentos (12).

Foi criado o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966), cujos objetivos eram:

- "a) Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962-1963;
- b) conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966;
- c) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida;
- d) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho;
- e) corrigir a tendência a déficits descontrolados da balança de pagamentos que ameaçam a continuidade do processo do desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento *pernicioso da capacidade para importar.*" (13)

O PAEG abria as portas do país ao capital estrangeiro, à medida que admitia ser essa a forma mais eficaz para promover o desenvolvimento.

12. Ibid p. 208

13. Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)
In: Osaldó Vieira, Estado e Miséria Social no Brasil, de Getúlio a Geisel, p. 203

Para atrair o capital estrangeiro, algumas medidas foram tomadas, como, por exemplo, a promulgação da Lei de Greve (lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964) e uma política de controle de salários, através do Decreto-Lei nº 54.018, que regulamentava a política salarial para o setor público. Posteriormente, essa política de compressão salarial foi estendida também para o setor privado, através da Lei nº 4.725, aprovada a 13 de julho de 1965 (14).

14."Esta lei marcou o início de uma abrangente política de controle salarial conhecida como arrocho salarial, e que ainda hoje está em vigência. Ela fixou uma fórmula de reajuste que adicionava ao salário real médio dos 24 meses anteriores uma percentagem calculada sobre o aumento da produtividade: ficava assim estabelecido o salário dos 12 meses seguintes.

A fórmula foi alterada 6 meses depois, quando se restabeleceram taxas estimadas de inflação no cálculo dos aumentos salariais.

Em 1966, a flexibilidade ainda permitida por algumas brechas da lei salarial de 1965 foi eliminada por decretos estabelecendo que os índices de reajuste salarial passariam a se decretados pelo Executivo" (M.Helena M. Alves, op.cit. p 82)•

Ainda para atingir esse objetivo, destaca-se: a revogação da Lei de Remessa de Lucros (lei nº 4.131), assinada por Goulart em janeiro de 1964, dois anos depois de ter sido aprovada pelo Congresso. A aprovação dessa lei foi responsável pelo aguçamento das tensões entre Goulart e os investidores estrangeiros e, particularmente, com a embaixada norte-americana.

Uma nova lei que foi aprovada pelo Congresso por decurso de prazo foi criada para substituir a anterior: a Lei nº 4.390 de 29 de agosto de 1964 que abolia os limites de capital a ser repatriado.

Além disso, para mostrar a receptividade do Brasil ao capital estrangeiro foram compradas a "American and Foreign Power Company (AMFORP)" e a "Hanna Corporation (Mineração Novalimense)", casos que estavam pendentes desde antes do golpe (15).

Em 1965, estando o prazo de vigência do AI 1 para expirar, Castelo Branco começou a acenar com a possibilidade de um "retorno à normalidade" com o fim dos IPMs, das cassações, expurgos, etc.

Apesar das intenções do General-Presidente, essa "abertura política" não se efetivou. Muito pelo contrário, quando Castelo Branco percebeu que a oposição ganhava

15. Sobre a compra da AMFORP e da Hanna Corporation, e inclusive as reações a ela, ver: Luís Viana Filho, Op. Cit. p. 154 a 171

força e, de certa forma, poderia vir a prejudicar os ideais da Revolução, ele, um gesto de força, decretou o AI 2.

Nesse ano, deveriam ocorrer eleições para governadores em alguns Estados brasileiros conforme o disposto pela Constituição então em vigor. Essa questão provocou uma crise no seio do grupo no poder. Havia um grupo representado pela ESAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), posteriormente conhecido como "linha-dura", com o qual se identificava Costa e Silva, que defendia a prorrogação das medidas excepcionais impostas pelo AI 1 e se colocava frontalmente contra a realização das eleições.

A esse grupo, contrapunha-se o da ESG (Escola Superior de Guerra), também conhecido como "Sorbonne", representado particularmente por Golberi do Couto e Silva, que tinha uma posição mais branda, coincidente com o projeto "liberal" de Castelo Branco (16).

Os chamados "linhas-duras", além de acharem inoportunas as eleições, não admitiam que determinados elementos, principalmente os ligados ao governo anterior, pudessem concorrer a elas. Exerceram tamanha pressão sobre o governo, que o mesmo, para solucionar o impasse, promulgou a "Lei das Inelegibilidades" (Emenda Constitucional nº 14 de 3 de junho de 1965).

16. Sobre o projeto "liberal" de Castelo Branco, ver: Carlos Estevam Martins, Brasil-Estados Unidos dos 50 aos 70, Cadernos CEBRAP 9, 1972

O objetivo imediato dessa lei era afastar candidaturas indesejáveis, tais como a do Marechal Henrique Teixeira Lott, candidato pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) ao governo da Guanabara, e de Sebastião Paes de Almeida, candidato ao governo de Minas Gerais, pelo PSD (Partido Social Democrático).

Porém, essa medida não foi suficiente para garantir a vitória do governo nesses estados. A oposição saiu também vitoriosa em Santa Catarina e Mato Grosso, provocando a ira dos militares "linhas-duras", que passaram a exigir do governo a impugnação das eleições e a intervenção nesses estados, com a nomeação de novos governadores.

Para a crise que se seguiu, encontrou-se uma solução conciliatória, que por algum tempo apaziguou os ânimos dos "linhas-duras": os governadores eleitos poderiam tomar posse, desde que os Secretários de Segurança dos Estados fossem nomeados pelo Governo Federal.

Ainda em 1965,, Castelo Branco pretendia impor ao Congresso a aprovação de uma emenda constitucional que, além de limitar ainda mais o poder Legislativo, tornava mais vulnerável o Judiciário. Entretanto, o Congresso mostrava-se refratário a aprovar mais essa medida.

Percebendo o governo que não conseguiria seu intento a edição do AI 2 tornou-se imperiosa, embora o Presidente tenha afirmado categoricamente pouco antes "eu não

sou e nem quero ser ditador" (17), e o novo ato representasse para o Presidente "uma violência à sua formação e sentimentos" (18), ele foi assinado em 17 de outubro de 1965, véspera da data marcada para a apreciação pelo Congresso da emenda constitucional.

Os principais pontos do ato eram os seguintes: a eleição do Presidente pela maioria absoluta do Congresso; a decretação do estado de sítio, pelo Presidente, para "prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna"; a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; a extinção dos partidos políticos; a possibilidade de o Presidente decretar o recesso do Congresso, das Assembleias Legislativas, e das Câmaras de Vereadores; a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos e a cassação de mandatos legislativos, acarretando a suspensão dos direitos políticos importantes restrições. O ato vigeria até 15 de março de 1967 (19).

Com o AI 2 reiniciaram-se as perseguições e cassações que, por curto período, haviam sido interrompidas. A degola não perdoou nem elementos que tiveram participação ativa no golpe que depôs João Goulart, como, por exemplo, o

17. Resposta de Castelo Branco a Eduardo Gomes a respeito da edição de um novo ato, pouco antes da promulgação do AI 2. in Luis Viana Filho, op. Cit. p. 351

18. Luis Viana Filho. Op. Cit. p. 353.

19. Luis Viana Filho. Op. Cit. p. 353.

ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda.

Como os partidos políticos haviam sido extintos, criou-se, através do Ato Complementar nº 4 de 20 de novembro de 1965, o bi-partidarismo. Para legitimar-se não era interessante ao Estado ter um único partido, havia necessidade também de uma "oposição responsável".

Constituiu-se então um partido de apoio ao governo chamado Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e uma oposição consentida, que, congregando elementos remanescentes dos vários partidos de oposição, adotou a sigla M.D.B. (Movimento Democrático Brasileiro).

A 5 de fevereiro de 1966, o governo baixou o Ato Institucional nº 3 (AI 3) (20), que deveria regulamentar as eleições para os governos dos estados, problema que os Atos anteriores ainda não haviam resolvido.

Segundo o AI 3, os governadores de Estado seriam eleitos de forma indireta, nas Assembléias Legislativas, por maioria absoluta de votos, em votação pública e nominal.

A prefeitura de todas as capitais estaduais seriam ocupadas por elementos nomeados pelos governadores. Essas medidas eram imprescindíveis para impedir que a oposição conquistasse os chamados Estados-Chave, isto é, os mais

20. Ato Institucional nº 3, 5 de fevereiro de 1966. Diário Oficial da União, ano CIV, nº 36 de 7 de fevereiro de 1966 In: M. Helena M. Alves Op. Cit. p. 99

importantes e industrializados do país.

Tendo em vista a obtenção da vitória nas eleições que se aproximava, o governo começou a fechar o cerco em torno da oposição. Em apenas dois meses, 18 atos complementares foram baixados para a sua regulamentação. Foi instituída a fidelidade partidária na votação para os governos dos Estados e para a Presidência da República, através do Ato Complementar nº 19 (21). Essa medida foi extremamente importante, para impedir que elementos do partido do governo, descontentes, pudessem se unir e votar em candidatos da oposição.

Com essa demonstração de força, o governo pretendia, além de enfraquecer a oposição, criar um clima de intimidação que lhe fosse favorável à votação de uma nova Constituição que já estava sendo elaborada.

Uma nova Constituição, tornava-se imperiosa para incorporar como poder constitucional as medidas excepcionais contidas nos Atos Institucionais anteriores. Ela representava uma forma de dar legitimidade ao governo. Por isso já se batia, há algum tempo, o grupo da ESG contra a posição dos "linhas-duras".

A campanha intimidatória do governo foi tama-

21. Ato Complementar nº 19, de 9 de agosto de 1966, Diário Oficial da União, 9 de agosto de 1966 in M. Helena M. Alves, Op. Cit. p. 101

nha, que encontrou oposição inclusive por parte de elementos de seu partido. Como por exemplo, o episódio envolvendo o Presidente da Câmara, Deputado Adauto Cardoso (ARENA) que culminou com o fechamento do Congresso por 1 mês.

Castelo Branco, havia-se comprometido, inclusive publicamente, com a liderança de seu partido, que não haveria mais cassações, a fim de que o Congresso pudesse, de forma tranquila, discutir e votar a Constituição. Entretanto, em outubro de 66, baixou decreto para a cassação de mandatos de seis deputados federais.

Adauto Cardoso rebelou-se, não reconheceu as cassações e permitiu que os cassados continuassem a exercer suas funções, numa ostensiva desobediência ao Governo.

Instalou-se tal clima no Congresso, que Castelo Branco, mais uma vez cedendo a pressões, baixou o Ato Complementar nº 23 de 20 de outubro de 1966, que determinava o fechamento do Congresso por 1 mês (22).

Sobre o episódio, Castelo Branco redigiu uma longa nota, posteriormente comunicada à Nação através do rádio, que ressaltava, como sempre, a necessidade de defender a Revolução e salvar o País da desordem, além de tentar mostrar à população os esforços, nem sempre bem sucedidos, do governo para evitar a radicalização:

22. Sobre o assunto ver: Luís Viana Filho, Op. Cit. p.

"A entrada do Congresso Nacional em recesso obedece exclusivamente à defesa dos objetivos revolucionários em geral e, em particular, à salvaguarda do papel da Câmara e do Senado. O governo tudo fez para contornar a situação criada na Câmara, limitar seus efeitos, e encontrar uma solução capaz de normalizar a vida do Legislativo. Tomaram os perturbadores a nossa serena e prolongada atitude conciliatória como fraqueza do Poder Executivo e desfalecimento revolucionário. Aí vimos, então, que o objetivo não era outro senão o de somente solapar a ordem e desviar os rumos da própria revolução (...) (23).

Entretanto o Congresso não ficaria fechado por muito tempo. Havia necessidade de sua participação no processo de discussão e ratificação da nova Carta Magna. Logo, um novo Ato Institucional, o de nº 4 de 7 de dezembro de 1966, convocava o Congresso para uma sessão extraordinária, em que sob condições bastante limitadas, o novo texto constitucional deveria ser discutido e aprovado.

Obedecendo ao calendário pré-estabelecido, a Constituição foi promulgada a 24 de janeiro de 1967, pelas mesas da Câmara e do Senado.

Na ocasião, ~~o~~ Castelo Branco posicionou-se dian-

23. Ibid. p. 467.

te do novo texto, da seguinte maneira:

"A Constituição que vossas Excelências acabam de entregar ao Brasil, vai abrir a segunda e grande fase da renovação brasileira. A Lei Magna promulgada propiciará uma época estáv l e duradoura, sobretudo por consubstanciar o aperfeiçoamento das instituições democráticas e condicionar o desenvolvimento, a paz social e a segurança nacional" (24).

A Constituição de 67 (25), embora tenha instituído um Estado centralizador e dado amplos poderes ao Executivo, deixou pequena margem de ação à oposição. Note-se que garantia os direitos políticos e individuais pois ficava assegurado, através da Constituição, o "habeas corpus", o direito de reunião, associação e expressão, o direito de defesa e julgamento por júri, e a condenação à invasão de domicílios. Assegurava, também, a imunidade parlamentar aos legisladores, impossibilitando a cassação de mandatos eleitorais. E, principalmente, a partir de então, qualquer parlamentar, tanto do Senado quanto da Câmara, só perderia seu mandato, se a casa a qual pertencesse autorizasse. Essas im-

24. Ibid. p. 475. Grifo nosso.

25. Sobre a Constituição de 67 ver: Osny Duarte Pereira. A Constituição do Brasil de 1967, R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967 e Adriano Campanhole & Hilton L. Campanhole, Constituições do Brasil, S.P., Atlas, 1981.

portantes conquistas da oposição foram revogadas posteriormente pelo AI 5.

Embora Castelo Branco tenha feito reiteradas afirmações, negando a si próprio o papel de ditador, durante seu governo, excetuando a Constituição de 67, foram aprovadas mais de 700 leis, onze emendas constitucionais, baixados 312 Decretos-Leis, 19.259 Decretos, 4 Atos Institucionais, 36 Atos Complementares e 3.747 atos punitivos (26).

A 15 de março de 1967, Castelo Branco passou a faixa presidencial ao Marechal Arthur da Costa e Silva, que prometia restabelecer as regras democráticas, profundamente abaladas pelas medidas de excessão tomadas no governo anterior.

Costa e Silva acenava também com a possibilidade de medidas que viessem aumentar o poder aquisitivo do povo, que se encontrava bastante reduzido em função das medidas anti-inflacionárias adotadas por Castelo Branco. Afir-mava na ocasião:

"É chegado o momento de uma equitativa distribuição de sacrifícios em benefício geral do País; o povo - a grande massa de pobres - vem suportando carga superior às suas forças; impõe-se que parte desse peso mude de membros e

26. Evaldo Vieira, Op. Cit. p. 194 e Luis Viana Filho, Op. Cit. p. 536.

recaia em compleições mais aptas a suportá-lo" (27).

Mas, ao mesmo tempo que adotava esse discurso liberalizante a favor do povo, passava a reprimir com violência ^{quaisquer} ~~qualquer~~ tentativas de manifestações sociais.

Uma nova política econômica coordenada pelo Ministro da Fazenda Antonio Delfim Neto foi adotada, a fim de incentivar o consumo das classes médias altas, tendo em vista o incremento do setor de bens duráveis.

Por outro lado, para incentivar o investimento, concediam-se incentivos fiscais às camadas mais favorecidas da população, enquanto comprimiam-se os salários à taxa oficial (manipulada) de inflação. Com isso, a classe trabalhadora foi sentindo, a cada ano, o aviltamento de seus salários e a queda de seu poder aquisitivo (28).

Esse quadro econômico-político foi responsável por um crescente fortalecimento da oposição que se reorgani-

27. O Estado de São Paulo, 17 de março de 1967. In: Eliézer R. de Oliveira, As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969) p. 82

28. Sobre as perdas salariais ver: DIEESE, "Dez Anos de Política Salarial". In: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos-DIEESE, nº 3, São Paulo, agosto de 1975.

zou, através da "Frente Ampla (29), do movimento dos trabalhadores e principalmente do movimento estudantil, e passou a canalizar o descontentamento da população com o regime implantado em 1964. Os estudantes levavam esse descontentamento às ruas.

Ao Governo, restavam duas saídas: atender ao clamor popular, alterando sua política econômico-social, promovendo a liberalização prometida, ou endurecer ainda mais, adotando medidas repressivas eficazes, de modo a im-

29 A Frente Ampla foi um movimento criado por Carlos Lacerda, que pretendia agrupar opositores de todos os matizes, desde os ex-presidentes Juscelino Kubstcheck e João Goulart, até elementos que tiveram significativa participação no golpe de 64, como o próprio Lacerda e Magalhães Pinto, para, juntos, esquecendo antigas divergências, tornarem-se uma força de oposição ao governo e aos caminhos que a Revolução tomava. Em janeiro de 68, no Manifesto de Constituição da Frente Ampla, Carlos Lacerda declarava: "Na medida em que ajudei esses aventureiros a tomarem o poder, tenho o dever de mobilizar o povo para corrigir esse erro do qual com a melhor das intenções, participei" (Eliézer R. de Oliveira, op. cit. p. 91).

À medida que a Frente Ampla crescia e começava a atrair militares, estudantes, políticos e líderes sindicais, o governo, sentindo-se ameaçado, baixou Decreto-Lei, em abril de 68, proibindo sua existência.

possibilitar de vez a re-articulação da oposição. Costa e Silva optou pela segunda, e justificou seu ato, afirmando que:

"(...) diante de uma guerra revolucionária em marcha acelerada com tentativa de penetrar nas Forças Armadas, foi indispensável retomar o processo revolucionário pelo fortalecimento do Executivo" (30).

"E, sempre que imprescindível, como agora, faremos novas revoluções, dentro da Revolução" (31).

O Ato Institucional nº 5 foi decretado por Costa e Silva, a 13 de dezembro de 1968.

Sob o pretexto de que as Forças Armadas haviam sido ofendidas, por um discurso do então Deputado Federal Marcio Moreira Alves (MDB) que conclamava o povo a boicotar o desfile militar de 7 de setembro e sugeria às moças brasileiras que não namorassem ou dançassem com militares, como forma de protesto contra a política repressiva do Estado. O Governo solicitava ao Congresso autorização para cassar o mandato do referido deputado.

Embora o AI 5 já estivesse pronto desde julho de 68, quando o movimento de oposição ao governo começou a crescer consideravelmente, o discurso do deputado foi

30 Discurso de Costa e Silva, em 28 de dezembro de 1968.

In: Eliézer R. de Oliveira, op. cit. p. 115.

31 Discurso de Costa e Silva, em 17 de dezembro de 1968.

Ibid. Grifo nosso.

usado para justificar o endurecimento.

Segundo a Constituição de 67, deveria haver uma votação conjunta (da Câmara e do Senado) para apreciar o pedido do Executivo. O resultado da votação não permitiu a cassação (216 votos contra e 141 a favor).

Inconformado com o resultado, pois até parlamentares da ARENA haviam votado contra o seu pedido, o governo, no dia seguinte, decretou o 5º Ato Institucional, o mais radical de todos até então decretados.

Entre outras coisas, o Ato fechava o Congresso por tempo indeterminado e suspendia todas as garantias constitucionais e individuais (32).

Respaldado no AI 5, o governo desencadeou intensa campanha repressiva, com inúmeras prisões e a institucionalização da tortura. Como o "habeas corpus" havia sido suspenso para crimes políticos e o Judiciário encontrava-se bastante controlado, agora podia-se efetuar prisões sem mandato e sem acusação formal.

A dificuldade de denunciar a prática de maus tratos a presos políticos e a inexistência de garantias individuais, institucionalizou uma política do terror, silen-

32 Sobre AI 5, ver: Diário Oficial da União, Ano CVI, nº 241, 13 de dezembro de 1968.

ciando a oposição (33), particularmente o movimento estudan-
til, que só alguns anos depois conseguirá ~~rearticular-se.~~
rearticular-se.

33 Entendemos por oposição, todos os segmentos da sociedade
que se organizaram contra o poder constituído a partir de
64, e não apenas partidos políticos.

1.2. OS ESTUDANTES CONTRA O ESTADO

"A gente vai contra a corrente
até não poder resistir
na volta do barco é que sente
o quanto deixou de cumprir"
Roda Viva - Chico Buarque de Holanda.

À medida que o Estado de Segurança Nacional ia sendo institucionalizado, os "Revolucionários de 31 de março" encontravam nos estudantes um dos principais focos de resistência e de denúncia de seus atos (34).

No campo especificamente estudantil, as lutas desse período foram principalmente no sentido de derrotar a Lei Suplicy de Lacerda e contra os Acordos MEC-USAID.

Uma vez vitorioso o golpe, os estudantes passaram a ser perseguidos, presos, torturados (35). Os que escaparam a essa primeira ofensiva da repressão ficaram com a difícil tarefa de sob, um clima de terror, tentar re-organizar o movimento estudantil.

Os tempos agora eram outros, a sede da UNE,

34 Ver: José Luis Sanfelice. Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 64, SP, Cortez Editora/Autores Associados, 1986.

35 Artur José Poerner. O Poder Jovem, p. 221.

incendiada, não existia mais, da mesma forma que deixaram de existir as verbas oficiais, aprovadas pela Câmara de Deputados, que até então a entidade recebia.

Por ordem do Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, em abril de 64, foram instalados, em todas as Universidades, Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), a fim de detectar e erradicar "agentes comunistas" que haviam se infiltrado nessas instituições. A partir de então, a contratação e a demissão de professores passaram a fazer parte das atribuições do Ministério da Educação e Cultura.

Foi nessa ocasião que a Universidade de São Paulo (USP) foi invadida (36) e a Universidade de Brasília (UnB), no dia seguinte ao golpe, teve o seu "campus" invadido por "quatrocentos soldados da Polícia Militar de Minas Gerais, fortemente armados (...) que cercaram a Universidade prendendo em massa, professores e estudantes (...)" (37). Alguns dias depois, a UnB sofreu intervenção federal, através da portaria nº 224 do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Na ocasião, todos os membros do Conselho Diretor da Universidade, inclusive o reitor, perderam seus mandatos. Um novo Conselho Diretor foi nomeado pelo Presidente

36 Ver: ADUSP, O Livro Negro da USP: o controle ideológico na Universidade, 2ª ed., SP, 1979. p.13-14.

37 Última Hora, 10 de abril de 1964.

da República (38). Vários professores e cientistas, alguns de renome internacional, tiveram que deixar o país às pressas, rumo ao exílio compulsório.

A Universidade de Brasília novamente voltaria a ser invadida, por forças policiais, no ano seguinte, dia 10 de outubro de 65, com inúmeras prisões de estudantes e a demissão de quinze professores, pelo reitor-interventor, Laerte Ramos de Carvalho.

Contra esse estado de coisa e em solidariedade aos demitidos, a quase totalidade dos professores da UnB entraram com pedido de demissão. O reitor-interventor, não só aceitou a demissão coletiva, como manteve a dos quinze inicialmente atingidos (39). Novos protestos estudantis em Brasília e em todo o país. Novas prisões.

Essa série de atentados à UnB, na ótica direitista, tinha razão de ser. Fundada por Darcy Ribeiro, no governo de João Goulart, ela pretendia ser um modelo avançado de universidade, com um currículo que procurava adequar-se às reais necessidades do país.

Vista como modelo e ideal a ser atingido pelos estudantes e pelos que lutavam pela reforma universitária, e como subversiva e de inspiração comunista pelos militares, a

38. Maiores informações sobre a UnB, ver: Artur José Poerner, op. cit. p. 222-230 e Luís Viana Filho, op. cit. p. 124-127.

39. Ibid

sua intervenção, segundo estes, tornava-se indispensável porque a proposta da UnB era uma ameaça para os ideais da Revolução.

A partir daí, a Universidade de Brasília sofreu profundas transformações em sua estrutura, que, em pouco tempo, não se podia reconhecer, nem de longe, o modelo avançado de universidade que havia sido (40).

Poerner se refere ao episódio da seguinte maneira:

"de todas as violências e iniquidades praticadas contra os estudantes e contra a cultura pela ditadura castelista, a destruição daquela Universidade é das mais irremediáveis, pois a formação de professores, cientistas e técnicos que deixou de ser realizada pela instituição de ensino é trabalho que demanda muito tempo e paciência, e nenhum decreto de anistia poderá recuperar o que deixou de ser feito" (41).

1.2.1. A TENTATIVA DE CONTROLE LEGAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Com as entidades estudantis fechadas ou sob

40 Sobre o assunto Ver: A.L. Machado Neto. A ex-Universidade de Brasília, Significação e Crise. In: Revista Civilização Brasileira, nº 14, p.139-158, julho de 1967.

41.Obra já citada, p. 222.

intervenção e com as lideranças perseguidas, o movimento estudantil tentava re-organizar-se após o golpe. Uma iniciativa do governo, veio contribuir para isso, involuntariamente. Trata-se da Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, que dispunha sobre os órgãos de representação estudantil, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda.

Segundo essa lei, a UNE deveria ser substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), com sede em Brasília; as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) seriam substituídas pelos Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs); no lugar dos Centros Acadêmicos (CAs) surgiriam os Diretórios Acadêmicos (DAs), em cada estabelecimento de ensino superior e os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) em cada Universidade (42).

Além disso, a lei também previa a obrigatoriedade do voto, sob pena de não prestar exames "o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado". Mas a consequência mais danosa ao movimento estudantil encontrava-se no Artigo 14 da referida lei: "é vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos ~~estudantes~~".

42. Diário Oficial da União, 11 de novembro de 1964

trabalhos escolares" (43).

Os estudantes não poderiam aceitar passivamente essa lei, que significava, na prática, o definitivo desmantelamento de suas organizações e o atrelamento ao Estado das entidades recém-criadas por força de lei.

Mesmo antes do envio do projeto ao Congresso, pelo Ministro da Educação, os estudantes se manifestaram contra. Um telegrama da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro (UME), ao Presidente da República solicitava que este não acatasse a sugestão do Ministro da Educação para o fechamento das entidades estudantis. O texto do telegrama era o seguinte:

"Universitários cariocas, através de seu órgão representativo, dirige-se respeitosamente a Vossa Excelência face sugestão ilustre Ministro da Educação extinção entida-

43. Ibid. Nota: Essa Lei acabaria sendo revogada por Castelo Branco, por meio do Decreto-Lei 288 de fevereiro de 67, que ficou conhecido entre os estudantes como Lei Suplicy-Aragão. (Prof. Moniz de Aragão foi o terceiro e último Ministro da Educação de Castelo Branco, que entrou em substituição a Pedro Aleixo). Pelo Decreto, o governo modificava a lei proposta por Suplicy, com relação aos órgãos de representação estudantis a nível estadual e federal (DEEs e DNE) respectivamente. A partir de então, estes deixariam de existir, sendo legais apenas os Diretórios Acadêmicos (DAs).

des estudantis, a fim de ponderar sobre o fato inédito nossa vida política. Acreditamos patrióticos princípios e ideais democráticos grande maioria estudantes nacionais. Apelamos Vossa Excelência evitar marginalização juventude brasileira permitindo sejam reorganizadas suas entidades representativas. Lembramos ilustre Presidente continuamos disposição Vossa Excelência conforme entendimento verbal Rio, a fim de apresentar sugestões relacionadas entidades estudantis"(44).

Note-se que os estudantes nessa época ainda acreditavam na possibilidade de serem ouvidos pelo governo a respeito das questões de seu interesse e terem suas posições respeitadas, como tinham sido até então.

Entretanto, a disposição de diálogo dos estudantes com a ditadura e as conversações mantidas por estes com parlamentares, tendo em vista a não aprovação da Lei Suplicy foram infrutíferas. Ela foi aprovada no Congresso Nacional com 126 votos a favor e 117 contra (45).

Dias antes do Congresso Nacional aprovar a Lei Suplicy, o então Presidente da UNE - Antonio Figueira Filho, que fazia parte, juntamente com mais três estudantes, de uma

44. Jornal do Brasil, 7 de junho de 1964. In: Sulamita Brito, A crise entre estudantes e Governo no Brasil, Revista Paz e Terra, v. 3, ano 1967, p. 193. Grifo meu.

45. Jornal do Brasil, 28 de outubro de 1964.

nova diretoria, eleita na forma de colegiado para substituir a antiga, dissolvida pela ditadura (46) - declarava que "A UNE rejeita e repele qualquer tutela do Ministério da Educação, por entender que o movimento estudantil autêntico deve partir do estudante para o Ministério e não caminhar do gabinete do Ministro para as universidades (...)" e que "qualquer ante-projeto que vise a retirar do estudante a sua liberdade, negando-lhe o diálogo democrático e colocando-o em situação de tutela diante do poder público jamais será aceito" (47).

Uma vez aprovada a Lei os estudantes organizaram um plebiscito universitário, a nível nacional, com o intuito de denunciar sua falta de legitimidade.

Em todo país, à medida que o processo de votação ocorria, a Lei ia sendo derrotada. Na Guanabara, dos 7.583 estudantes consultados, 6.167 disseram NÃO; 138 votaram em branco e 118 anularam seu voto (48).

Conseqüentemente a Lei que pretendia controlar o movimento estudantil acabou por ironia, servindo como fator de aglutinação e contribuindo para o início de sua re-

46. Correio da Manhã, 22 de agosto de 1964.

47. Diário de Notícias, 2 de outubro de 1964.

48. Artur José Poerner, op. cit. p. 260.

organização (49).

1.2.2. A Difícil Tarefa da Re-Organização

Dada a perseguição que a UNE vinha sofrendo, o trabalho de reorganizar o movimento estudantil concentrava-se nas Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) que ainda não haviam sido fechadas.

Em fevereiro de 1965, como consequência de sua reorganização a UEE-SP realizou um congresso extraordinário e elegeu uma diretoria provisória. Ao final do encontro, um plano de ação foi traçado para nortear a luta dos estudantes paulistas.

O Programa a ser seguido pelos estudantes era constituído por quatro grandes linhas:

"1. Defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro no seu plano político, social e econômico.

2. Contra a atual política do Ministério da Educação e Cultura que teve até o momento somente aspectos negativos.

3. Luta pela reformulação da universidade brasileira.

4. Regularização da estrutura estudantil:

49. Altino Dantas Junior . In: Vários, op. cit. p. 32 e

Artur José Poerner, op.cit. p. 260.

Tendo como base as diretrizes assumidas, o programa traçado poderá estabelecer a unidade e fortalecimento do movimento universitário estadual, contribuindo de maneira decisiva para fazê-lo em âmbito nacional" ⁽⁵⁰⁾ ~~(49)~~.

Importante salientar que esse programa da UEE privilegiava as chamadas questões reivindicatórias, isto é, aquelas que dizem respeito diretamente aos estudantes. Dos quatro itens do Programa, três referiam-se a questões específicas do movimento estudantil.

Entretanto, a grande tarefa da diretoria provisória recém-eleita era a de organizar o XXVII Congresso da UNE, que aconteceu em julho de 1965 (51) e, por uma certa indefinição da repressão, acabou sendo legal.

No início do período letivo de 65, no mesmo dia que o Presidente Castelo Branco foi vaiado por 150 estudantes, na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) (52), a Comissão Executiva Nacional do Movimento Pró-UNE, em protesto pelo fechamento do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro,

⁵⁰~~49~~. Ver íntegra desse documento. In: O Estado de São Paulo, 3 de fevereiro de 1965.

51. Altino Dantas Junior. In: VÁRIOS, op.cit. p. 33

52. Jornal do Brasil, 10 de março de 1965.

lançou um manifesto que reivindicava o levantamento das intervenções nos centros acadêmicos e Uniões Estaduais de Estudantes, a realização de eleições livres e sem discriminações ideológicas, o fim do "terror cultural" nas universidades e o aumento de vagas nas escolas superiores.

No documento, a Comissão sustentava a necessidade da rejeição da Lei Suplicy, lembrando que "é preciso compreender que a política adotada pelo governo em relação às Universidades - perseguições com prisões a professores e alunos, redução de vagas, cortes nas verbas de ensino e assistência aos estudantes, tentativa de extinguir a gratuidade é apenas um desdobramento da nefasta política geral anti-povo e anti-nação posta em prática pelos golpistas de 1º de abril".

Continua o documento:

"A lei Suplicy é um golpe assestado contra os estudantes e contra o povo brasileiro, e ao mesmo tempo uma afronta. Ela representa a tentativa de ingerência aberta e desavergonhada do governo nos órgãos estudantis; pior, cria órgãos paraministeriais em substituição aos autênticos órgãos associativos criados pela vontade dos estudantes e nascidos no fogo das lutas que marcam a gloriosa existência da UNE.

Aceitar a Lei Suplicy é admitir que a UNE não seja o autêntico órgão de representação dos universitários brasileiros, pretender estruturá-la como simples sociedade dos estudantes é trair abominavelmente o espírito de luta

que sempre caracterizou os estudantes brasileiros, é tripudiar sobre um passado glorioso de lutas que colaboraram para o avanço de todo o país.

Os estudantes não renunciam sua constante e decidida participação nos grandes problemas nacionais. Lutaram sempre contra os projetos dos eternos inimigos da Nação de entregá-la aos grupos internacionais. Entendem que o desenvolvimento brasileiro há de ser feito em favor do povo brasileiro com a preservação da soberania nacional.

Os estudantes defendem uma democratização crescente das instituições brasileiras especialmente da universidade. A Reforma Universitária é passo decisivo para o desenvolvimento nacional.

O Movimento Pró UNE surge da necessidade de aglutinar as grandes forças que dentro do movimento estudantil, vinham sustentando os princípios consagrados por sucessivos congressos nacionais e que, em síntese constitui o próprio espírito da UNE. Não representa grupos políticos ou partidários, embora defenda como princípio a participação política dos estudantes e a atuação de suas entidades nos grandes problemas nacionais de interesse do povo" (53).

Dois dias depois, a propósito da prisão de cinco estudantes na Guanabara, a UEE-SP, divulgou um manifesto assinado pelo seu Presidente, Francisco Rocca, no qual os estudantes voltavam a criticar a política do governo fe-

53. Tribuna da Imprensa, 10 de março de 1965.

deral no setor do ensino. Diz o manifesto:

"são introduzidas cobranças de anuidades nas escolas oficiais, afastando da Universidade grande parcela da população, pela seleção através do poder econômico (...), é decretada a prisão de professores em São Paulo, enquanto o Presidente da República fala em liberdade de cátedra".

Termina o documento conclamando "todos os universitários e o povo a lutar em defesa das liberdades democraticas hoje ameaçadas em nosso país" (54).

1.2.3. O XXVII Congresso da UNE

O primeiro Congresso da UNE depois do golpe aconteceu em São Paulo, na Escola Politécnica, no final de julho de 65, com a presença de 400 delegados de todo o país.

Uma nova diretoria foi eleita nesse Congresso, que, segundo Altino Dantas (55), "era composta de uma nova geração de estudantes que surgiram das bases para substituir

54. O Estado de São Paulo, 12 de março de 1965.

55. Altino Dantas Junior. In: VÁRIOS op.cit. p.34.

as antigas lideranças ceifadas pela repressão". Essa diretoria, segundo ele, passou por grandes crises pois "experiência e maturidade política teriam de ser adquiridas com a prática". Dos dez diretores eleitos, apenas dois terminaram o mandato.

A mais importante decisão política desse Congresso foi o repúdio aos dispositivos da Lei Suplicy e a não participação dos estudantes nas eleições convocadas para Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes, conforme previsto na Lei, ficando a critério de cada faculdade, de acordo com suas condições próprias, a forma de encaminhar o processo das eleições.

Para o então Presidente da UNE, Antonio Alves Xavier, da Faculdade de Filosofia da USP, a posição tirada de repúdio a Lei Suplicy foi pacífica "por não aceitar o movimento estudantil restrições de qualquer espécie à sua estrutura". Entretanto, esta não aceitação desdobrou-se, posteriormente, em várias alternativas táticas de acordo com a realidade de cada faculdade: votar em branco ou de modo a anular o voto; não apresentar chapas e não participar das eleições; apresentar chapas e concorrer as eleições com um programa de não enquadramento à Lei, colocando, inclusive, a possibilidade de renúncia do diretório após a eleição (56).

56. Álvaro Machado Caldas. Acadêmicos renegam a Lei Suplicy e tentarão boicote de todas as formas. In: Jornal do Brasil, 8 de agosto de 1965.

Além disso, conforme decisão dos estudantes ali reunidos, ficou acertado, a adoção do "DIA NACIONAL DE REPÚDIO À POLÍTICA DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO" para o dia 16 de agosto data em que deveriam ocorrer as eleições.

O documento final do Congresso, contendo as resoluções aprovadas em plenário, ficou assim redigido:

"Considerando ser compromisso fundamental dos universitários brasileiros a luta pela superação das estruturas desumanizantes vigentes e pela concretização do processo de libertação nacional;

Considerando estar essa luta sendo impedida pelos representantes daquelas estruturas de dominação ora no poder;

Considerando ser o movimento estudantil no atual momento a última força organizada capaz de dar continuidade aquele processo e falar em nome do povo emudecido;

Considerando ser a Lei Suplicy um dos instrumentos do governo para cercear a atividade dos universitários eliminando qualquer resistência à sua política alienante;

Considerando ser a data de 16 de agosto decretada arbitrariamente para a realização de eleições nas entidades estudantis, ferindo assim a autonomia dos processos eleitorais daquelas entidades.

•O movimento estudantil brasileiro não participará da tentativa de isolá-lo de suas funções fundamentais e de criar uma universidade alheia aos anseios de libertação

do povo brasileiro, não participando portanto do processo eleitoral; o movimento estudantil brasileiro não enquadrará seus órgãos representativos na estrutura imposta pela Lei Suplicy e aqueles já enquadrados deverão repudiar essa estrutura; o dia 16 de agosto será considerado 'Dia Nacional de Repúdio à Política do Ministro da Educação', do atual governo; os órgãos e o movimento estudantil em geral deverão integrar todos os universitários através de assembléias que discutirão e resolverão o encaminhamento dessa luta pela afirmação do movimento estudantil" (54).

O plenário aprovou também o Relatório da Comissão de Problemas Nacionais que denunciava o caráter clas-sista do regime vigente, o cerceamento das liberdades cons-titucionais e as medidas atentatórias à soberania Nacional e aos interesses do povo brasileiro, como a Lei de Remessa de Lucros e os Acordos MEC-USAID (55).

Afirmava ainda o Relatório que as lideranças nacionais haviam sido subjugadas e dominadas, com facilidade por ocasião do golpe "devido à alienação das mesmas para com suas bases e a posição conciliatória então mantida entre as

54. O Estado de São Paulo, 1º de agosto de 1965.

55. Ibid. Nota: É importante salientar, que nessa época os estudantes não conheciam ainda o teor dos Acordos MEC-U-
SAID que era secreto. Eles só se tornariam públicos dois
anos depois em 1967.

lideranças democrático-populares a burguesia nacional"(59).

Importante salientar que a decisão de repúdio a Lei Suplicy foi responsável pela primeira divisão no movimento estudantil após o golpe. Duas posições se defrontavam de um lado, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendia a participação das eleições, por entender que "o simples fato de boicotar as eleições acaba se constituindo num processo isolado de luta, sem outras consequências, ao passo que a participação de cunho político combatendo a Lei com fatos e argumentos será de muito mais valor para a reorganização do movimento estudantil e politização dos universitários" (60); de outro, a Ação Popular (AP), Política Operária (POLOP) os chamados independentes, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e outras facções menores defendiam o boicote à Lei, por meio do voto em branco ou a não participação nas votações (61).

A posição de boicote total acabou prevalecendo, tendo sido adotada a partir de então, em algumas escolas, a política dos DAS Livres. Como foi o caso do CACO-LIVRE (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Ja-

59. Ver íntegra desse documento. In: O Estado de São Paulo, 1º de agosto de 1965.

60. Álvaro Machado Caldas, artigo já citado. In: Jornal do Brasil, 8 de agosto de 1965.

61. Autur José Poerner, op. cit. p. 261.

neiro". "Um D.A. que dispensariam à ditadura fechá-lo, pois estava fora do controle da Lei Suplicy; um D.A. que leva o apoio da maioria do corpo discente, obtido numa campanha de um dia, numa eleição realizada na rua e empossado nela mesma (...)" (62).

É interessante notar que os estudantes embora tenham repudiado a Lei, acabaram de alguma forma sendo influenciados por ela. Quando adotaram a política dos D.As. livres, para ser fiel a estrutura antiga do movimento estudantil, defendida pelos estudantes, estes deveriam chamar-se C.As e não D.As.

Embora os D.As LIVRES tenham tido importante papel de denúncia aos desmandos da ditadura e de participação ativa no movimento estudantil, sua eficácia ficava reduzida, uma vez que funcionavam fora das universidades.

Quase um ano após, a prática de boicote total às eleições estudantis foi revista e os estudantes mudaram de tática, e, como forma de as forças democráticas recuperarem os D.As, passaram a participar das eleições (63).

62. Documento do CACO-LIVRE. In: Artur José Poerner, op. cit. p. 264.

63. Artur José Poerner, op. cit. p. 262.

1.2.4 - A Intervenção Norte-Americana na Educação Brasileira (Acordos MEC-USAID)

Acordos MEC-USAID foram firmados entre o governo brasileiro, através do MEC, e o governo norte-americano, através da AID (Agency for International Development), com vistas à reformulação da educação brasileira.

Esses Acordos, além de prever a reestruturação da educação primária, média e superior, previam também a reorganização do ensino agrícola de nível médio e a produção de publicações técnico-científicas para os três níveis educacionais (64).

64. Márcio Moreira Alves, Beabá dos MEC-USAID, Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1968. Maiores informações e análises sobre os Acordos MEC-USAID ver: Florestan Fernandes, Universidade brasileira: Reforma ou Revolução? São Paulo, Alfa-Omega, 1979; Betty Antunes de Oliveira, O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior, São Paulo, Cortez Ed., 1980; e Ted Goertzel, MEC-USAID - Ideologia do Desenvolvimento Americano Aplicado à Educação Superior Brasileira. In: Revista Civilização Brasileira, nº 14, julho de 1967, p. 123-137.

Embora os primeiros acordos datem de junho de 1964, a sua existência só veio a público no final de 66, ainda assim de forma precária. Ao tomar conhecimento de sua existência, os estudantes passaram a denunciá-lo fazendo dele uma de suas mais importantes bandeiras de luta. Mesmo desconhecendo o teor dos acordos (eles só seriam publicados pela primeira vez, em maio de 67), através da Imprensa Estudantil (65), a sua denúncia passou a ser uma constante nas manifestações estudantis. Era a prova concreta da interferência norte-americana nos problemas do país.

Há muitos anos, os estudantes lutavam pela Reforma Universitária. Lutavam para ^{que} amplos setores da população tivessem acesso à educação, e que o ensino, particularmente o universitário procurasse adequar-se às necessidades de desenvolvimento do país. Entretanto, colocavam-se frontalmente contra a reforma proposta pela USAID, que pretendia transformar as universidades em fundações, porque além de significar uma ameaça à soberania nacional, significava também a perda definitiva da possibilidade do país sair do subdesenvolvimento.

Não só estudantes e professores sentiam-se ludibriados, também a população, a Imprensa e o Congresso Na-

65. Trata-se da Revista REVISÃO - Órgão do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, maio de 1967.

In: Antonio Mendes Júnior, Movimento Estudantil no Brasil, p. 78

cional, pois a assinatura dos Acordos foi feita sob o mais absoluto sigilo.

De todos os Acordos firmados, os que mais polêmicas causaram foram os dois referentes à reformulação do ensino superior. Para a execução do primeiro, foi criada a Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES), subordinada à Diretoria do Ensino Superior, composta por quatro americanos: J.M. Klotsche, Reitor da Universidade de Wisconsin; John W. Hunter, Diretor do Departamento de Ciência e Econômica da Universidade de Michigan; Professor H. W. Hoge, Diretor do Departamento de Língua Portuguesa da Universidade de Wisconsin; e sete brasileiros, cujos indicados foram: Roberto Santos, Coordenador da Bahia; Paulo Ernesto Tole, do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) São Paulo; Carlos Veloso, da Secretaria Executiva da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível do Ensino Superior (CAPES); Maria Aparecida Pourchet, da Escola de Química de São Paulo; José de Campos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Newton Sucupira, da Universidade de Pernambuco e Alvanir Bezerra de Carvalho (66).

Segundo esse último, "o pessoal da Comissão Brasileira foi 'pegado-a-laço' (sic) e o ex-Ministro Moniz Aragão e a Diretoria do Ensino Superior, querendo tapar o sol com a peneira, convidavam os que não queriam nada, como

66. Cf. Márcio Moreira Alves. op. cit. p. 42.

é o caso dos Professores Roberto Santos, Ernesto Tole e Newton Sucupira, que só apareciam de mês em mês" (64).

O primeiro Acordo, referente ao ensino superior, assinado em 30 de junho de 1966, chamava-se "ASSESSORIA PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA", e tinha como objetivo:

"(...) estimular e prestar assistência a um máximo de 18 universidades brasileiras, públicas e particulares, nos seus esforços para executar e institucionalizar reformas administrativas que resultarão em maior economia e eficiência operacional. Com esta finalidade serão fornecidos consultores norte-americanos que:

- 1) Visitarão instituições determinadas a fim de determinar o interesse específico e a necessidade de reforma.
- 2) Proporcionarão serviços de consultoria a determinadas instituições.
- 3) Realizarão Seminários no Brasil sobre problemas, tais como: controle de custos,

64. Alvanir Bezerra de Carvalho. In: Márcio Moreira Alves, op.cit. p. 45-46.

administração financeira, planejamento físico de cidades universitárias e distribuição de cursos de acordo com os interesses e as necessidades das diferentes universidades.

Além disso, cursos de curta duração treinamento brasileiros selecionados para a obtenção das técnicas especializadas necessárias a execução e instituição de programas de reforma administrativa (...).

Antes de 1970, o Projeto será revisto e avaliado, tomando-se então decisões quanto à natureza e o montante da assistência adicional necessária a completar a modernização administrativa e todo o sistema de ensino superior brasileiro". (68).

É importante salientar que à nortear a ação dos planejadores educacionais norte-americanos, existia a ideologia da "Educação Empresarial - Educação vista como serva do industrialismo". Um sistema educacional que privilegiava as ciências naturais, engenharia, medicina, treinamento empresarial e direito administrativo, em detrimento das humanidades e das artes. Além disso, as Ciências Sociais, segundo essa concepção, são profundamente relacionadas com o

68. Márcio Moreira Alves, op.cit. p. 35-36.

treinamento de grupos empresariais e técnicos para a empresa e o governo (64).

Era, portanto, contra essa visão de educação que os estudantes lutavam. Esse modelo para ser implantado exigia que as universidades existentes fossem transformadas em fundações e passassem a receber orientações de verbas diretamente da indústria.

A 9 de maio de 1967, esse Acordo original foi reformulado e ampliado, passando a chamar-se "ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR" (65).

No dia 11 do mesmo mês, foi constituído o Grupo Permanente de Planejamento do Ensino Superior e foram nomeados os seguintes Professores: Ernesto Luiz de Oliveira Junior, Heitor Herrera, João Paulo de Almeida Magalhães, Paulo Accioly Sá, e Rubem D'Almada Horta Porto. Logo em seguida, o Prof. João Paulo exonerou-se. Em julho, o Prof. Herrera demitiu-se e em 1º de agosto os professores Ernesto de Oliveira Junior e Paulo Accioly Sá, solicitaram exoneração.

Em janeiro de 1968, o grupo brasileiro era composto apenas pelo Prof. Rubens Porto, e em nenhum momento houve descontinuidade no trabalho dos professores norte-ame-

64 Ted Goertzel. op.cit. p. 129

65 Márcio Moreira Alves. op.cit. p. 48-52.

ricanos. No final de janeiro daquele ano foram nomeados os professores Ermínio Pessoal, do Pará; José Fernandes Carneiro, do Rio Grande do Sul; Laerte Ramos, de São Paulo; e Osmar Ferreira, da Fundação Getúlio Vargas. A equipe norte-americana manteve-se a mesma durante todo o período de elaboração do Projeto (70)

Também foram firmados Acordo entre o MEC e a USAID, para o ensino médio (um dos Convênios previa o treinamento de professores, durante um ano nos Estados Unidos); para o ensino primário ; para a criação de um centro de treinamento educacional para pesquisadores educacionais, estrategistas e especialistas em educação; e um para a educação e treinamento rural.

Além desses Acordos, foi assinado também um através da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) que tinha como objetivo colocar aproximadamente 51 milhões de livros didáticos e técnicos, ao alcance da população estudantil, no prazo de três anos.

Entretanto, existiram vários outros Acordos para o planejamento do ensino primário, assinados pela USAID com Secretarias de Educação de diversos estados, principalmente do Nordeste, Convênios com entidades particulares como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com entidades estatais como o Ministério do Planejamento e o

70 Márcio Moreira Alves. op. cit. 52-53.

Instituto Tecnológico da Aeronáutica, com a Universidade de São Paulo e com o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), cujos textos não se tornaram conhecidos (71).

O então Deputado Federal Márcio Moreira Alves, usando de suas prerrogativas Constitucionais, solicitou aos ex-Ministros da Educação do governo de Castelo Branco, Sulpício de Lacerda e Moniz Aragão e do então Ministro da Educação, Tarso Dutra, informações sobre os Acordos. Este último só prestou as declarações solicitadas, ainda que de forma parcial, depois do referido Deputado ter movido contra ele um processo de crime de responsabilidade. Segundo esse autor a resistência em prestar declarações referentes a um assunto de interesse nacional, talvez se explique pelo fato de que as autoridades competentes tivessem consciência de que estavam agindo contra os interesses nacionais (72).

No auge da crise estudantil, o Ministro da Educação, Tarso Dutra, afirmou aos estudantes que desconhecia os textos dos Acordos, mas prometeu lê-los. E, dias depois, afirmava à Comissão de Educação da Câmara dos Deputa-

71 Ibid. p. 95-96.

72 Márcio Moreira Alves, op. cit. p. 23.

dos: "não, eu não li, mas quando ler, se for nocivo ao interesse nacional, eu modifico" (74).

O Ministro não deve ter encontrado nos documentos nada que ofendesse aos interesses nacionais, pois não os modificou. Pelo contrário, no final de 67, criou uma Comissão para fazer um levantamento da crise e intervir nas universidades. Essa Comissão recebeu o nome de "Comissão Meira Mattos", em homenagem ao Coronel que a presidia. Otaíza Romanelli, afirma, em sua obra História da Educação no Brasil, que a Comissão nada mais fez do que propor medidas que coincidiam com as propostas dos autores dos Acordos MEC-USAID (75).

1.2.5. As Passeatas e o Movimento em 1966

Embora o Movimento Estudantil em 65 tenha sido marcado por inúmeras greves, foi no ano seguinte que elas ganharam mais forças. Além das greves contra a Lei Suplicy, as mais importantes ocorreram contra a tentativa de o Governo estabelecer taxas escolares para a escola pública, em obediência à orientação de técnicos norte-americanos que visavam a privatizar o ensino universitário.

74 Jornal do Brasil, 30 de abril de 1967. In: A.J.Poerner, op. cit. p. 247.

75. Otaíza Oliveira Romanelli, História da Educação no Brasil. p. 215.

À medida que as greves estudantis se sucediam e a oposição à ditadura se acirrava, Castelo Branco, através de seus Ministros da Justiça, General Juraci Magalhães, e da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, encetou uma política de diálogo com o povo e também "com os estudantes que também são povo para ouvir-lhes as reivindicações e dar-lhes, na medida do possível, todo o apoio de que necessitem, sendo necessário para isto uma entidade genuinamente estudantil" (76).

Sobre essa declaração, o presidente da UNE, Antonio Xavier, em entrevista coletiva, declarava que "o senhor Suplicy de Lacerda é um Ministro da Educação que não sabe o que diz, fazendo parte de um governo que não sabe o que faz, pois diz que é pela democracia e faz-se ditadura. Enquanto existirem estudantes e universidades em nosso país, a UNE sobreviverá e continuará suas lutas em prol do povo brasileiro. Não será por um simples desejo de um ministro de uma ditadura que a UNE desaparecerá" (77).

Em seguida, a UNE distribuiu um manifesto, assinado por seus diretores, denunciando a tentativa de manobra e a demagogia do diálogo:

"A União Nacional dos Estudantes, hoje cada vez mais perseguida por representar realmente o pensamento

76 Diário de Notícias, 8 de dezembro de 1965. In: Sulamita Brito, op.cit. p. 211.

77 Folha de São Paulo, 17 de dezembro de 1965

do estudante, ao se recusar a compactuar com a traição à democracia praticada continuamente pelo governo federal, manifesta à opinião pública a sua posição, repudiando as recentes manobras da ditadura, que se pronunciou pelo 'diálogo' com os intelectuais, estudantes e trabalhadores.

•Tal 'diálogo' é apenas uma tentativa para encobrir a impopularidade de uma ditadura repudiada pelos brasileiros porque estes têm consciência de que sua vontade não é respeitada, e que democracia inexistente no país, pois:

'1. Desde abril de 64 vem o governo mantendo a nação em permanente clima de terror cultural: a perseguição aos representantes de nossa cultura foi e continua sendo uma realidade: vimos recentemente a prisão de oito dos mais expressivos intelectuais brasileiros, pelo simples motivo de se terem manifestado por democracia e liberdade e, ao mesmo tempo, assistimos aos desmantelamento de nossas universidades e da autonomia universitária, como aconteceu recentemente na Universidade de Brasília'.

'2. Pretenderam suprimir aos estudantes suas entidades realmente livres e representativas, pelas intervenções em Diretórios Acadêmicos e UEEs, e pela Lei 4.464, que criava o peleguismo no movimento estudantil, reconhecendo como lideranças e acenando com a bandeira da corrupção, através da promessa de um bilhão de cruzeiros, a oportunistas sempre repudiados nas eleições estudantis'.

3. Mas são aqueles a quem o governo federal

mais tenta envolver com suas manobras de demagogia, os trabalhadores, os mais perseguidos e reprimidos pelo governo da ditadura. Seus sindicatos foram fechados ou submetidos a intervenções que ainda perduram. O direito de greve foi praticamente suprimido por uma lei dilatoria votada por um Parlamento inautêntico, e, além do mais, ameaçado. As consequências da política econômica da ditadura recaíram sobre os trabalhadores do campo e da cidade, agravando o desemprego e levando à miséria mais crítica grande parte da população*.

São pois os autores da perseguição e da violência que hoje falam em diálogo. Falam de aproximação. Falam de entendimento. O que na verdade propõem, é que esqueçamos os gritos de colegas como Rui Guerra, da União Pernambucana de Estudantes, torturado na prisão. O que na verdade propõem é que esqueçamos os 3000 universitários presos, expulsos, expatriados, desde 19 de abril de 64. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega ~~Ezequias~~ ^{Ezequias} Gomes, ferido na Guanabara.

Querem que esqueçamos o colega Heitor de Paula, vice-presidente, preso há mais de dois meses no Ceará. Querem que rejeitemos nosso compromisso com o homem brasileiro e a luta pela superação do subdesenvolvimento brasileiro.

*Dirigimo-nos aos intelectuais para que rejeitem o diálogo demagógico e inautêntico, pois diálogo só é feito na prática quando cessarem as violências, prisões, o espírito anti-cultura e o esmagamento da democracia. Lembra

mos que o julgamento das gerações é severo e que a conquista de um ideal se faz querendo, lutando e sofrendo" (78).

No mesmo dia, o Ministro da Justiça declarava à imprensa que iria fechar a UNE, por ser esta entidade "francamente subversiva" (79).

Nos primeiros dias de janeiro de 1966, o Presidente de Castelo Branco assinou um decreto declarando a União Nacional dos Estudantes (UNE) extinta também como entidade civil, já que havia sido desautorizada a representar oficialmente a classe estudantil pelo decreto 4.164 de dezembro de 64, do Ministro Suplicy de Lacerda (80).

Os estudantes reagiram, distribuindo através da UNE, uma nota em que afirmavam sua resistência a qualquer medida que significasse o seu fechamento e acusava o governo de Castelo Branco de ser "uma ditadura militar de traição nacional". "É verdade que essa ditadura se diz defensora da democracia. Mas como pode ser democrático um governo que prende sem crime e condena sem julgamento, que impede o direito de crítica e de protesto, espanca e tortura quando julga necessário? (81).

78 Ibid.

79 Última Hora, 17 de dezembro de 1965. In: Sulamita Brito, op.cit. p. 214.

⁸⁰
79 O Estado de São Paulo, 6 de janeiro de 1966.

81 Correio da Manhã, 11 de janeiro de 1966. In: Sulamita Brito, op. cit. p. 214.

A partir de 1966, os estudantes adotaram, como tática de mobilização e de denúncia dos atos da ditadura (81), as passeatas em todo o país. Numa tentativa de aproximar-se da população e de obter dela seu apoio, denunciavam nas ruas, a interferência norte-americana na educação e nos destinos do país, a forma autoritária como o governo conduzia a Nação e a ausência das liberdades democráticas, além de reivindicarem mais vagas e mais verbas para a educação, isto é, bandeiras específicas do movimento estudantil.

As passeatas eram proibidas e violentamente reprimidas pelas forças da ditadura, entretanto, à medida que iam acontecendo, os estudantes, acreditando "ser possível resistir ativamente à repressão policial", procuravam organizar-se no sentido de frustrar a ação repressora. "(...) Devemos, por isso, ter em mente a necessidade de um preparo cada vez maior para enfrentar a Polícia da ditadura. Esse é o caminho que o movimento estudantil decidiu tomar e que o levará a fundir-se nas ruas com o resto do povo oprimido pelo atual regime" (82).

Note-se a análise equivocada que os estudantes faziam naquele momento sobre o papel a ser desempenhado pelo

81 Cf. Alfredo Sirkis. Os Carbonários - Memórias da guerrilha perdida, São Paulo, Global Editora. São Paulo, 1979.

82 Manifesto do CACO-LIVRE, em 19 de março de 1966. In: A.J. Poerner, op.cit. p. 268.

movimento estudantil na luta pelas transformações sociais. Sem condições para tal, colocavam-se como vanguarda no enfrentamento à repressão.

A partir dessa tomada de posição, podemos notar uma radicalização crescente do movimento estudantil. Afirmavam eles: "(...) não mais voltaremos às ruas para correr desorganizadamente da polícia. Quando voltarmos às ruas, voltaremos preparados para defender nossos cartazes, nossas faixas e nossos colegas que forem presos. Voltaremos preparados para não permitir que prossiga impunemente a repressão. Preparados para usar o único argumento que a ditadura pró-imperialista conhece: a força (...). Não assistiremos passivos a entrega das Universidades ao controle direto do imperialismo norte-americano. Denunciaremos, a todo momento, esta dominação na Universidade e no País (...). (89).

Várias táticas para driblar a ação da polícia foram adotadas: anunciar a saída da passeata em determinado lugar e sair em outro; dispersar aparentemente a concentração para reunir-se logo mais em outro lugar próximo; e finalmente caminhar entre os carros em sentido contrário ao trânsito, o que impossibilitava a investida da Cavalaria e chamdos "Brucutus" (carros do Exército que lançam sobre os manifestantes jatos d'água e areia).

89 Nota oficial da União Metropolitana de Estudantes (UME) em 27 de maio de 1967. In: Artur José Poerner, op.cit. p 42.

Em 67-68, as passeatas estudantis transformaram-se em verdadeiros movimentos de massa, contanto então com o apoio de amplos setores da classe média.

Outra importante atividade desenvolvida pelo movimento estudantil em 66 foi a "Campanha do voto nulo".

Muitos estudantes, por não reconhecerem no MDB a verdadeira oposição, por ter sido este criado pelo governo e principalmente por acharem eles que os parlamentares "autênticos" já tinham sido cassados pelos dois Atos Institucionais baixados por Castelo Branco, passaram a defender a anulação do voto ou o voto em branco para as eleições de 66.

Essa campanha, lançada por estudantes ligados a Ação Popular (AP) e defensores da luta armada, teve significativa importância nas eleições de 66, 68 e 70, e contribuiu para a derrota do partido "oficial" de oposição em 66. Na ocasião, houve oito milhões de votos nulos em todo o país (85).

1.2.6. O Congresso de Belo Horizonte

Em fins de julho de 1966, em Belo Horizonte, realizou-se o XXVII Congresso Nacional da UNE. Era a primeira vez, desde a sua fundação, que a UNE realizava um con-

85 Luis Raul Machado. In: Jornal da Tarde, 16 de setembro de 1968.

gresso clandestino. Essa prática viria a se repetir nos anos seguintes. A partir de agora, o movimento estudantil radicaliza-se e sua luta passa a dar-se na clandestinidade. Cumpre notar, que a UNE, que até então era um órgão oficial de representação estudantil, transforma-se num movimento político paralelo, perseguido pela polícia.

A preparação do Congresso havia sido bastante difícil. De um lado, o governo proibindo a sua realização e publicidade, com ameaça de prisões, enquadramento na Lei de Segurança Nacional, fechamento da UEE de Minas Gerais, sede do Congresso; de outro, os estudantes afirmando que o Congresso seria realizado "mesmo que seja nas ruas com a colaboração dos operários e do povo" ou ainda "usaremos, sem medo, nossas convicções frente ao terror, à violência e ao obscurantismo. Lutaremos até o fim, mesmo que sejam necessários sacrifícios que importem na perda da própria vida" (86).

86 Jornal do Brasil, 13 de julho de 1966 e Correio da Manhã

In: Sulamita Brito, op.cit., p. 222-223. Grifo nosso.

Uma semana antes da data marcada para a realização do Congresso, os estudantes, através da UNE, distribuíram nota oficial assinada por seu vice-presidente, Altino Dantas Júnior, dizendo textualmente:

"A União Nacional dos Estudantes (UNE), órgão máximo de representação e coordenação do Movimento Universitário no País considerando:

1. que as ameaças feitas contra o XXVIII Congresso Nacional dos Estudantes a se realizar em Belo Horizonte no dia 28 de julho, são destituídas de qualquer seriedade para os estudantes;
2. que essas ameaças partem de pessoas nas quais não consideramos nenhuma autoridade para proibir um Congresso legal que pelo que nos parece a Constituição Federal garante;
3. que a UNE é entidade legal registrada na Guanabara;
4. que o referido Congresso foi convocado pelo II Conselho Nacional dos Estudantes realizado em maio último em Salvador e que portanto é a vontade dos universitários brasileiros que exigem, vem a público afirmar que o XXVIII Congresso Nacional dos Estudantes será realizado na data prevista, no local anunciado e na hora marcada. Outrossim, afirmamos que não é a primeira vez que a UNE luta contra a ditadura, assim sendo ela continuará lutando como fez há 28 anos por democracia, liberdade e justiça" (84).

As principais vias de acesso a Belo Horizonte

84: Jornal da Tarde, 20 de julho de 1966.

foram fechadas e, dos quinhentos delegados que para lá se dirigiam, duzentos foram presos, a sede da UEE-MG foi fechada e ocupada pela repressão, por tempo indeterminado. Entretanto, o Congresso, contando com a participação de trezentos delegados de todo o país, adaptando-se as circunstâncias do momento, realizou-se e elegeu uma nova diretoria. Dois documentos foram elaborados para nortear a ação dos estudantes nos anos 66 e 67. O "Plano de Ação para o exercício de 1966-67" e a "Declaração de Princípios" (88).

Como o clero de Belo Horizonte havia-se colocado favorável à realização do Congresso e dedicado dar hospedagem aos estudantes, todos os conventos, seminários e igrejas católicas, inclusive a Matriz São José, sofreram o cerco da polícia militar, fortemente armada com fuzis e metralhadoras .

Entretanto esse forte aparato policial-militar foi incapaz de impedir que os estudantes ganhassem o interior do Convento dos Padres Franciscanos e, no porão da Igreja de São Francisco de Assis, realizassem a reunião proibida (89).

88 Ver íntegra desses documentos. In: Artur José Poerner, op. cit. p. 352-354.

89 Maiores informações e resoluções sobre o XXVIII Congresso da UNE ver Artur José Poerner, op.cit. p. 269-274 e anexos.

Alguns estudantes já se encontravam no convento há vários dias, e outros usaram o artifício de misturar-se aos fiéis nas missas e ao final destas, ao invés de saírem da igreja, desciam por uma escada interna e ganhavam o porão, reunindo-se aos que lá já se encontravam. Alguns estudantes chegaram a ficar cinco dias dentro do convento.

Dias depois a imprensa noticiava os resultados do Congresso clandestino. Particularmente conhecida tornou-se a reportagem "A UNE venceu", do jornal Folha da Semana, nº 48, de 4 a 10 de agosto de 1966 ⁽⁹⁰⁾ ~~(89)~~.

Os estudantes da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, através de sua associação, distribuíram um manifesto de apoio a UNE (90), que foi apreendido pela Polícia de São Carlos, e vários estudantes levados a Delegacia para prestarem declarações. Segundo o Delegado daquela cidade: "o documento obedece ao estilo adotado pelo comunismo e pela contra-revolução".

A repressão, inconformada com a sua incapacidade de impedir o encontro de estudantes, efetivou inúmeras prisões com enquadramento da Lei de Segurança Nacional, o que levou os estudantes as novas passeatas com novos choques com a repressão.

90. Ibid. p. 270.

91. Ver íntegra do documento dos estudantes da Universidade Federal de São Carlos em apoio à UNE. In: O Estado de São Paulo, 2 de agosto de 1966.

O auge desse enfrentamento dá-se no mês seguinte, setembro de 66, e permanecerá até fins de 68, com a prisão em massa dos estudantes em Ibiúna e a decretação do AI 5. Nesse período, o movimento estudantil conhecerá uma mobilização e uma expressão nunca vistas em sua história.

"O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A DITADURA", 22 de setembro de 66, foi escolhido pelos estudantes como protesto contra as violências sofridas e particularmente contra a prisão de 178 estudantes, dos quais 36 foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, quando participavam de um Congresso clandestino da UEE-SP, na cidade de São Bernardo do Campo (92). O protesto dirigia-se ainda a suspensão das aulas na Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. As aulas foram suspensas, pelo diretor da escola Professor Hélio Gomes, para "garantir o pagamento das anuidades" (93).

O "DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A DITADURA" foi

92 O Estado de São Paulo, 9 de setembro de 1966.

93 Na ocasião, o referido Professor, solicitou a ajuda da Polícia Militar, o que fez o Ministro da Educação, Muniz de Aragão, afirmar à imprensa, dias depois, que a "autonomia universitária não foi atingida porque as forças policiais foram chamadas pelos diretores e reitores". Jornal do Brasil, 13 de setembro de 1966.

precedido por uma greve geral das universidades federais, na qual São Paulo e Guanabara tiveram participação significativa (94), e passeatas de protesto contra violências a estudantes em vários pontos do país, particularmente em Minas Gerais, onde os estudantes saíram às ruas da capital, tendo um lenço amarrado sobre a boca, simbolizando a "mordança que os oprimia" (95).

Também bastante conhecida, devido à forte repressão que sofreu, foi a manifestação em frente à reitoria da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, que culminou com o cerco e a invasão do Conjunto Univeristário da Praia Vermelha, a pedido do reitor, Pedro Calmon Poerner refere-se a esse episódio como sendo "o Massacre da Praia Vermelha" (96).

Ainda no ano de 1966, diante da crescente mobilização estudantil, Castelo Branco, numa clara tentativa de cooptação, criou a 14 de setembro de 1966, o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDDES), que, segundo sua visão, era um "desafio ~~à~~ ao idealismo de nossa juventude", pois dava aos jovens "a

94 O Estado de São Paulo e Tribuna da Imprensa, 9 de setembro de 1966. In: Sulamita Brito, op. cit. p. 226-227.

95 Luis Viana Filho, op.cit. p. 127.

96 José Luis Guedes. In: VÁRIOS, op. cit. p. 51.

oportunidade de transformar o protesto vazio e a vocalização de 'slogans' em ação efetiva para corrigir injustiças, minorar sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade construtiva da comunidade". Na ocasião, vinte bilhões em Obrigações do Tesouro foram doados pelo Presidente à fundação do Órgão (96).

1.2.7. Os Estudantes no Governo Costa e Silva

O fato de Costa e Silva ter declarado, ainda quando candidato, que o seu governo iniciaria o diálogo com os estudantes, pois não pretendia alijá-los da vida pública, não os impediu de saírem às ruas, por ocasião de sua eleição por um Colégio Eleitoral, em 3 de outubro de 66, para protestarem contra a eleição indireta, apesar do forte esquema policial armado (97).

As relações dos estudantes com o governo central foram-se deteriorando de tal modo, conhecendo uma crescente radicalização, que só terminaria no final de 68, com a decretação do AI 5 e com o Decreto-Lei 477 no início de 69.

Outro problema que polarizou a atenção e a luta dos estudantes no ano de 67 foi a questão dos excedentes

96 Jornal do Brasil, 14 de setembro de 1966.

97 Correio da Manhã, 5 de outubro de 1967.

(99) que se vinha arrastando já há vários anos, mas que se tornou particularmente crítica em 67.

Ainda com relação à questão dos excedentes, importantes greves estudantis foram realizadas, e, em São Paulo, os excedentes de medicina montaram um acampamento em frente ao Palácio dos Bandeirantes, para chamar a atenção do povo e das autoridades para esse problema, enquanto aguardavam a decisão dos mandados de segurança que haviam sido por eles impetrados (100).

Em fins de julho de 67, na cidade de Vinhedo, interior de São Paulo, os estudantes, através da UNE, realizaram o XXIX Congresso Nacional. Seria o terceiro após o golpe e o segundo a ser realizado na mais absoluta clandestinidade.

De acordo com a orientação da diretoria da

99 Excedentes eram alunos que conseguiam nota mínima no vestibular, mas não podiam matricular-se nas universidades por falta de vagas. Esse problema foi "resolvido" posteriormente por Costa e Silva, com a criação do vestibular classificatório, isto é, passavam a ser considerados aprovados no vestibular não os que alcançassem a nota mínima, mas os que conseguissem classificar-se para as vagas existentes. Cf. Otaíza Oliveira Romanelli, op. cit. p. 225. Grifo nosso.

100. O Estado de São Paulo, 15 e 16 de abril de 1967.

UNE, o Congresso seria realizado em duas etapas: uma "fechada", reunindo delegados, representantes dos vários Estados, que deveriam elaborar uma "Carta Programa" e eleger uma nova diretoria, e outra "aberta", com a participação de todos os estudantes, através da discussão da Carta-Programa em todas as escolas.

Apesar da repressão, a fase "fechada" do Congresso conseguiu realizar-se conforme o programa. Cerca de quatrocentos delegados conseguiram participar do encontro, realizado em um Convento dos padres Beneditinos em Vinhedo, São Paulo. Quando a repressão chegou ao local do Encontro, este já havia terminado e os delegados já estavam a caminho de seus Estados de origem.

O convento foi então depredado pela repressão, que arrancou cortinas e queimou móveis e objetos. Os padres responsáveis pelo Convento foram violentamente reprimidos, transportados presos ao Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) em São Paulo e enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN) (10A).

Inconformada com a realização do Congresso, apesar das medidas tomadas a fim de impedi-lo, a Polícia de São Paulo, desencadeou violenta repressão, culminando com a prisão de vários estudantes e padres, invasão de faculdades, o que dificultou em parte a realização da segunda etapa do

10A Última Hora, 2 de agosto de 1967.

Congresso.

Entretanto, a "Carta Política" da UNE para 67-68 foi discutida em reuniões realizadas em igrejas, escolas e casas particulares (102), de acordo com as exigências do momento.

Para a presidência da entidade, os estudantes elegeram Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, da Ação Popular (AP). Travassos com Wladmir Palmeira, presidente da UME, representariam as duas mais importantes facções do movimento estudantil que seriam responsáveis pela condução das lutas no ano seguinte, o período mais conturbado e polêmico da sua história.

A nível interno, um desafio colocava-se ao movimento em 67, ou seja, a necessidade de articularem-se as lutas específicas dos estudantes com as lutas políticas mais amplas. Essa questão foi responsável pela cisão que irá ocorrer no movimento estudantil em 68. Na ocasião, adotar esta ou aquela linha de ação vai significar ser "reformista e legalista" de um lado, ou "revolucionário" de outro, como veremos posteriormente.

O Congresso de Vinhedo, através de seu programa, vai procurar dar uma ênfase maior às lutas estudantis. Podemos comprovar isso através da comparação de sua "Carta Política" com o "Plano de Ação", aprovado no Congresso anterior.

102 Luis Raul Machado. In: VÁRIOS, op.cit. p. 57.

Neste último documento, dos dezoito itens aprovados, apenas os três primeiros são referentes a questões específicas, portanto, a ênfase é dada a luta política. Essa situação inverte-se em 67, quando a ênfase passa a ser dada às questões específicas, com a aprovação de um Programa de onze itens, dos quais apenas os dois primeiros referem-se às chamadas questões políticas (Denúncia do Imperialismo - Semana de solidariedade ao povo do Vietnã e Denúncia da ~~Di-~~
~~retoria~~ ^{teoduro}).

Afirmavam os estudantes em sua "Carta-Política": "a luta reivindicatória do movimento estudantil deve ser empreendida continuamente. Ela tem um valor em si, além de servir de sustentação a luta política. Ela se volta para os problemas imediatos dos estudantes. Ela mobiliza e organiza os estudantes em torno de seus problemas específicos. Ela educa os estudantes fazendo com que tomem consciência de que a Universidade é fruto de uma sociedade classista e serve aos interesses dos que detém o poder. A luta reivindicatória é pois importante fator de mobilização, organização e educação do movimento estudantil. A condução da luta reivindicatória, articulada com a luta política, permitirá ao movimento estudantil se fortalecer em suas Bases" (103).

Se por um lado, os estudantes recuperaram a bandeira das lutas reivindicatórias, o que significava de

103 Carta Política da UNE, aprovada no XXIX Congresso. In: O Estado de São Paulo, 5 de agosto de 1967.

certa forma um recuo na ofensiva contra a ditadura e a concentração da luta no interior das universidades, por outro lado, podemos notar uma radicalização na forma de conduzir o movimento estudantil numa tentativa de romper com o caráter reformista que tinha até então. Os estudantes passam a defender, de forma clara, a derrubada do poder, através da "aliança operário-camponesa-estudantil". A partir de então, não interessava mais aos estudantes a aliança com a sociedade. Percebiam de uma forma cada vez mais nítida, a necessidade da derrubada desse governo e a implantação de outro.

Não era apenas uma luta contra essa ditadura, mas uma luta muito mais ampla contra o próprio capitalismo.

Para uma parcela dos estudantes, já era bastante marcante nessa época, a influência das idéias de Guevara e Régis Debray, através da obra "Revolução na Revolução" deste último (109), que preconizava a luta armada desencadeada a partir do foco guerrilheiro para a tomada do poder (teoria do "Foquismo"). Parte dos estudantes adotarão

109. "O livro de Debray avaliava a situação na América Latina em geral, mostrando-se altamente crítico da estratégia política de transição pacífica para o socialismo adotada pelos partidos comunistas de obediência soviética do continente (...). Ele é considerado um dos principais teóricos do "foquismo". Cf. Maria Helena Moreira Alves, op. cit. p. 142.

essa tática de luta a partir do AI 5, como veremos posteriormente.

Afirmavam os estudantes: "a libertação do povo não será conseguida por favores. Terá que ser conseguida na luta" e mais adiante: "A luta fundamental é pela tomada de poder e o estabelecimento do Estado dos trabalhadores e camponeses. A força fundamental dessa luta é a aliança entre operários e camponeses" (105).

A partir de então, vai-se aclarando, cada vez mais entre os estudantes, a concepção de que "a contradição fundamental de nossa sociedade é entre trabalhadores, camponeses e classe dominante brasileira, sob a hegemonia do imperialismo" e que "o papel fundamental do movimento estudantil é de aliar-se a estas forças" (106).

Ainda com relação ao papel de seu movimento, os estudantes afirmavam: "o movimento estudantil deve se preparar para a aliança com as classes que historicamente tem condições de levar adiante de forma consequente as transformações revolucionárias da sociedade. O movimento estudantil se aproxima da aliança com os operários e camponeses enquanto força auxiliar que luta contra o inimigo comum:

105. Carta Política da UNE. In: O Estado de São Paulo, 5 de agosto de 1967.

106. Ibid.

o imperialismo e a ditadura que expressa seus interesses" (104).

Além disso, no mesmo documento, faziam uma análise da situação internacional e apontavam que o "traço característico do panorama internacional, é a luta que os povos oprimidos da Ásia, África e América Latina, travam por sua libertação e a reação violenta e sistemática oposta pelo imperialismo norte-americano". Terminavam a sua análise clamando a "união de todos os estudantes ao lado dos povos oprimidos, e apoio às lutas de libertação em todo o mundo" (105).

104 Ibid. Grifo nosso.

105 Ibid.

1.2.8. 1968 - O Auge da Crise

"vem, vamos embora
que esperar não é saber
quem sabe faz a hora
não espera acontecer"
(Geraldo Vandré -
"Caminhando" ou "Pra
não dizer que não falei
das flores").

"(...) lembrar 1968 é viver um sentimento paradoxal, um misto de alegria e dor. Foi um tempo de vida, de luta, de desafio. Ficou, no entanto, o fantasma da tortura e o medo da morte. Falar dessa época é evocar companheiros mortos, desaparecidos, pelo crime de pensar um país diferente, pela coragem de contestar a oligarquia militar, voltada para interesses capitalistas e insensível aos problemas fundamentais da comunidade brasileira".

João Batista Ferreira ^{ex.} (Padre do Colégio São Vicente de Paulo, militante em 68, representante do clero na "Comissão dos Cem mil" atualmente Psicanalista. In: Heloísa Buarque de Holanda e Marcos A. Gonçalves, Cultura e participação nos anos 60, p. 83).

O ano de 68 passou à história como o ano da rebelião dos jovens. Na Europa, principalmente, na França e Alemanha; nos Estados Unidos e na América Latina de um modo

geral, a juventude saía às ruas para protestar (109). Estes protestos geralmente refletiam as contradições e os conflitos vividos por esses países.

No Brasil, essas contradições e conflitos eram personificados pela ditadura militar que havia sido implantada em 64 e ia se consolidando à medida que o tempo passava.

No dia 28 de março desse ano, a Polícia Militar invadiu o restaurante estudantil "Calabouço", na cidade do Rio de Janeiro, e, atirando contra os estudantes que lá jantavam, matou um estudante secundarista de apenas 18 anos, Edson Luís de Lima Souto.

Os conflitos envolvendo os estudantes e a polícia da Guanabara, com relação ao restaurante "Calabouço", vinha desde 66, quando o governador daquele Estado recebeu ordens para desativá-lo (110). Os estudantes reagiram a isso e criaram a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), que em 68 era presidida por Elinor Brito.

Das várias negociações entre a FUEC e o gover-

108 Sobre o assunto ver: Olgária C.F. Mattos, Paris, 1968 - As barricadas do desejo, São Paulo, Brasiliense e Revista Civilização Brasileira, ano IV, nº (19/20), maio-agosto de 1968.

100 Heloisa Buarque de Hollanda e Marcos A. Gonçalves, op. cit. p. 75.

no do Estado, os estudantes conseguiram a construção de um novo restaurante, que, entretanto, passou a funcionar em condições precárias. Contra essa situação, os estudantes do Calabouço organizaram uma manifestação de protesto, quando foram surpreendidos pela ação violenta da polícia.

Embora destituída inicialmente de caráter político, esta morte emocionou o país inteiro, e serviu para convencer os que ainda relutavam em enxergar o caráter autoritário da ditadura. Aos estudantes, uniram-se outros setores da classe média, intelectuais, artistas, professores, grupo de mães e o clero, para as grandes manifestações de rua que ocorreriam naquele ano.

Logo após a morte, o corpo do estudante foi transportado para a Assembléia Legislativa, na Cinelândia, onde foi velado num clima de intensa emoção, por milhares de pessoas. A família humilde do rapaz morto, que era o Pará, não foi encontrada, tendo o governador Negrão de Lima custeado o enterro, que foi acompanhado por cinquenta mil pessoas, portando faixas com os dizeres: "Mataram um estudante, poderia ser seu filho"; "Luto-Luta"; "Abaixo a ditadura fascista"; "O povo organizado derruba a ditadura" e outros.

Em todo o país ocorreram manifestações de protesto contra a repressão que coincidiram com as comemorações do quarto aniversário da chamada revolução de 64 (11d). Os estudantes foram violentamente reprimidos.

11d Cf. Alfredo Sirkis, op. cit. p. 63-66.

No Rio, do choque entre Polícia e estudantes, resultaram duas mortes, a de outro estudante, Jorge Aprígio de Paula, e a de um escriturário, Davi de Souza Neiva, além de quase cem feridos (sendo 39 policiais), 321 presos e a ocupação da cidade por tropas do Exército, Marinha e Aeronáutica (112).

Em Goiás, a repressão não foi menos violenta. Foi morto o estudante secundarista Ivo Vieira, em Goiânia. Quando seus colegas, no dia seguinte, dentro da Catedral, acertavam detalhes para a celebração de uma missa, com o arcebispo Dom Fernando Gomes, foram atacados a bala (113).

Na manhã do dia 4 de abril, após a realização da missa de 7º dia da morte do estudante do Calabouço, um esquadrão de Cavalaria, armado de espada, investiu contra as 30.000 pessoas que deixavam a Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro e comprimindo-as contra a Igreja, ativaram os animais sobre elas, espancando-as e efetuando várias prisões.

Segundo o Jornal do Brasil (114), que noticiou esse episódio, o incidente só não foi mais grave, porque os padres enfrentaram os militares, exigindo que cessassem as violências contra o povo indefeso.

112 Artur José Poerner, op. cit. p.295.

113 Ibid.

114 Jornal do Brasil, 5 de abril de 1968.

À tarde desse mesmo dia, houve ainda outra missa na Candelária, como novo ataque dos cavalariianos espancamentos e prisões. E repretiu-se a ação enérgica do clero: o Bispo Dom José de Castro Pinto, quinze celebrantes e outros sacerdotes presentes deram-se as mãos para formar um círculo em torno da Igreja para proteger o povo, impedindo o ataque dos policiais (115).

Embora os militares justificassem a violência da repressão à Igreja com o argumento do "esquerdismo católico" ou da "comunização do clero", esses atos foram repudiados com veemência pela oposição, que passou a contar inclusive com alguns setores da classe média que há 4 anos atrás ~~apoiariam~~ ^{apoiaram} o golpe militar.

115 Ibid. Nota: É importante não esquecer o papel desempenhado pela Igreja nessa época. Mesmo os setores mais conservadores da Igreja, juntaram-se aos estudantes e a oposição em geral, para denunciar as injustiças sociais, as prisões e as torturas.

Nessa época vários elementos da Igreja foram presos, torturados e perseguidos. Ver: Gonzaga de Souza Lima, Evolução Política dos Católicos no Brasil: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis, Vozes, 1977 e Frei Betto, Batismo de Sangue - os dominicanos e a morte de Carlos Marighella, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1982.

Era constante a repressão desencadeada pela polícia contra estudantes. Entretanto, um episódio destacou-se graças à violência utilizada. No centro do Rio de Janeiro, no dia 21 de junho, quando os estudantes faziam um concentração pacífica frente ao MEC (116), foram atacados pela Polícia Militar. Como comerciários, escriturários, bancários, faxineiros e trabalhadores e outras pessoas do povo, principalmente trabalhadores do setor terciário, enfrentaram juntamente com os estudantes a polícia, o confronto foi violento, estendendo-se por mais de 6 horas. Ao final daquele dia, que ficou conhecido como "Sexta-feira sangrenta", o saldo foi de 28 mortes, embora oficialmente só sejam reconhecidas 4. Luis Raul Machado, vice-presidente da UNE na época, diz, em seu depoimento, que "(...) existem fotos, que chegaram a ser publicadas, mostrando agentes da polícia atirando de cima da embaixada americana em direção aos manifestantes, na avenida Presidente Wilson e Rua México. Agentes do DOPS, na rua, atiravam para todos os lados" (117).

116 João Batista Ferreira. In: Heloisa B. de Holanda e Marcos A. Gonçalves, op.cit. p. 81-82.

117 Luis Raul Machado. In: Vários, op.cit. p. 60. Ver também Alfredo Sirkis, op. cit. p.81-88 e Antonio Caso. A esquerda Armada no Brasil, 1967-1971, Lisboa, Moraes Editores, 1976.

Sob o impacto da e a indignação causada pela "sexta-feira sangrenta", outros setores da oposição juntaram-se aos estudantes na maior manifestação política contra a ditadura militar. A "passeata dos cem mil" (118), como ficou conhecida, pôde realizar-se sem inidentes no dia 23 de junho. Na véspera, o governador Negrão de Lima havia garantido, inclusive pela televisão, que tiraria a polícia das ruas.

Durante a realização da passeata, os oradores sucediam-se líderes, estudantis, artistas, intelectuais, representantes de grupos de mães, sacerdotes e professores. No comício da Cinelândia, Wladmir Palmeira, presidente da UME, afirmava em seu discurso: "nossa luta não cessará com este ato público, mas prosseguirá até a derrubada do governo. A nossa luta não é reivindicatória, mas sim política, porque dela começaram a participar todos os setores da população. Estamos aqui todos unidos contra a ditadura" (119).

À medida que a passeata descia a avenida Rio Branco rumo à Candelária, a ela juntavam-se mais e mais manifestantes. Do alto dos edifícios as pessoas aplaudiam e jogavam papel picado.

118 Alfredo Sirkis, op.cit. p. 88-92.

119 O Estado de São Paulo, 27 de junho de 1968.

Foi eleita por aclamação uma Comissão - "Comissão do cem mil", constituída por dois representantes do movimento estudantil (Franklin Martins e Marcos Medeiros), um representante do movimento das mães pela anistia (Imirene Papi), um representante do clero (João Batista Ferreira), um representante dos professores (José Américo Peçanha), e um representante dos intelectuais (Hélio Pellegrino).

Essa Comissão deveria levar a Costa e Silva as reivindicações da oposição, numa tentativa de estabelecer o diálogo (¹²⁰~~119~~).

A "Comissão dos cem mil" conseguiu ser recebida por Costa e Silva, entretanto o dialogo não se efetivou. Por causa da recusa de suas reivindicações os estudantes convocaram nova passeata de protesto que por analogia à anterior, ficou conhecida como "passeata dos cinquenta mil" (121)

A partir de julho de 68, São Paulo tornou-se o centro dos acontecimentos. Nesse mês, os estudantes tiveram oportunidade de dar os primeiros passos em direção a tão esperada aliança com os operários.

¹²⁰~~119~~ Heloisa Buarque de Holanda e Marcos A. Gonçalves, op. cit. p. 79 e Alfredo Sirkis, op. cit. p. 91-92

121 Luis Raul MacLado. In: Vários, op. cit. 60 e Alfredo Sirkis, op. cit. 92-95

O movimento sindical, que estava em ascensão nessa época, realizou importantes greves em Contagem (MG), em abril, e em Osasco (SP), em julho, com a ocupação das fábricas pelos trabalhadores (122).

A greve de Osasco, que inicialmente estava sendo preparada para novembro, devido a alguns acontecimentos inesperados acabou irrompendo em julho.

Aos estudantes, através da UNE e UEE-SP, coube a tarefa de organizar grupos de apoio, distribuir informes e volantes nas portas das fábricas e principalmente recolher dinheiro para o fundo de greve (123).

Na Guanabara, os estudantes promoveram uma campanha de propaganda nos bairros operários do Rio de Janeiro, para divulgar a luta dos trabalhadores de Osasco e denunciar a contradição existente entre a ação progressista dos trabalhadores paulistas e a posição conciliadora dos dirigentes sindicais metalúrgicos da Guanabara (124).

122 Sobre as greves de Contagem e Osasco ver: Francisco Wefort, Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1969. In: Cadernos do CEBRAP, nº 5, 1972.

123 Roque Aparecido da Silva, líder sindical em 68. In: Maria Helena Moreira Alves, op. cit. p. 125 e Antonio Mendes Junior, op. cit. p. 84.

124 Wladmir Palmeira, In: Antonio Caso, Op. Cit. p. 32.

Os estudantes tiveram ainda significativa participação nos acontecimentos do ato popular do dia 1º de maio na praça da Sé, em São Paulo, quando os trabalhadores ocuparam a tribuna, dela expulsando o governador Abreu Sodré e outras autoridades.

Na ocasião, vários dirigentes estudantis participaram da ocupação da tribuna, além de ter organizado previamente, um trabalho de agitação, com "comícios-relâmpagos" e distribuição de volantes, com o objetivo de auxiliar na mobilização dos trabalhadores(125).

Em agosto, no dia 28, estudantes e jornalistas que saíram as ruas para pedir liberdade, foram reprimidos com cães, contingentes de cavalaria, fuzis, metralhadoras, bombas de gas lacrimogêneo e etc. (126)

No dia seguinte, a Universidade de Brasília foi novamente invadida por trinta carros da Polícia civil, agentes do DOPS e do SNI, doze choques da polícia do Exército, sob a alegação da necessidade de se efetuar a prisão de cinco estudantes considerados nocivos à Segurança Nacional.

125 José Ibrahin, líder sindical em 68. In: Antonio Caso, op. cit. p. 63.

126 Artur J. Poerner. op. cit. p. 300

Na ocasião, salas de aulas foram arrombadas, equipamentos destruídos, alunos e professores espancados, resultando em inúmeros feridos. Essa ação repressiva foi mais uma vez condenada pela Imprensa e pela sociedade civil em geral, e particularmente, por parlamentares, incluindo também os do partido do governo (124).

Nos outros Estados, os choques entre a Polícia e estudantes continuavam. Principalmente em Minas Gerais, com a ocupação de várias Faculdades, e em Goiânia quando uma passeata se seguiu à parada militar do dia 7 de setembro (125)

Nesse ano, os estudantes adotaram a tática de ocupação das Faculdades. Nas principais capitais do país elas foram tomadas, tendo os estudantes organizado grupos de trabalho que deveriam promover discussões, tendo em vista a re-definição da Universidade.

Em julho, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que na época funcionava à rua Maria Antonia, quase centro de São Paulo, foi ocupada pelos estudantes por um longo período (126).

124 Ibid.p. 300-302

125 Luis Raul Machado. In: Vários, *op. cit.* p. 61.

126 Sobre assunto ver; Revista Realidade, ed. abril, Ano III, nº 29, agosto de 1968, p. 49-60.

Na ocasião, contanto com o apoio de vários professores, criaram "Comissões Paritárias", composta por alunos e professores, para dirigir os diversos cursos ⁽¹³⁰⁾ ~~(129)~~. Além disso, organizaram cursos-pilotos, durante as férias, que deveriam servir de base para a re-estruturação da Universidade (131).

Antonio Mendes Junior, que na época era vice-presidente da "Paritária" do curso de Ciências Sociais, presidida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, afirma que esse trabalho foi muito importante, tendo conseguido mudanças no currículo e na estrutura administrativa do curso. Mas, com relação a ocupação da Faculdade de Filosofia da USP, afirma que: "fora esse trabalho das "paritárias", que foi bastante sério, o ambiente era de total romantismo revolucionário. Um alto-falante, voltado para fora do prédio, tocava o dia inteiro "A Internacional". Armazenávamos pedras e rojões no Salão Nobre da Faculdade, com vistas a um possível ataque da repressão" (132).

¹³⁰ ~~129~~ Antonio Mendes Junior, op. cit. p. 83.

131 Revista Realidade, Ed. Abril, Ano III, nº 29, agosto de 1968, p. 60

132 Antonio Mendes Junior, op. cit. p. 83.

No início de outubro, ainda com a Faculdade ocupada, um conflito entre os estudantes da Filosofia da USP e os da Universidade Mackenzie, que ficava na mesma rua, comandados pelo CCC (Comando de Caça aos Comunistas), resultou na morte do secundarista José Guimarães, ligado a União Brasileira de Estudante Secundaristas (UBES).

Uma passeata para protestar contra a morte do estudante, percorreu as principais ruas do centro de São Paulo. Durante o trajeto, quatro carros da polícia foram incendiados, e ao final, 35 pessoas foram presas (133).

Cumprir notar, que havia nessa época, uma crescente participação dos estudantes secundaristas, através da UBES. Mesmo não tendo muita consciência política, eles possuíam uma disposição de luta muito grande e suas ações, geralmente, eram marcadas pelo radicalismo.

Nas passeatas, geralmente partiam deles, as ações espontaneístas que culminavam em "quebra-quebra", apedrejamentos etc., sem que as lideranças universitárias conseguissem ter maior controle da situação. Dos vários estudantes mortos em conflito direto com a repressão, todos eram secundaristas.

O movimento estudantil encontrava-se nessa

133 Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves. In: A Volta da UNE - de Ibiúna a Salvador, p. 11.

época bastante dividido, como veremos posteriormente. Essa divisão refletiu-se na preparação do XXX Congresso da UNE, que deveria acontecer em São Paulo, ainda no segundo trimestre, e que ficou a cargo da UEE de São Paulo, Estado-sede do Congresso, como era de costume.

Numa tentativa de romper com o caráter de vanguarda que tinha marcado os congressos anteriores, particularmente, o XXIX Congresso, onde importantes decisões foram tomadas, mas foi representativo "apenas da parcela avançada dos estudantes" (134), os seus organizadores, agora tinham a preocupação de organizar o encontro de tal modo, que seus resultados fossem a expressão do conjunto dos estudantes, e não apenas dos setores avançados do movimento

Para tanto, o Congresso Nacional, seria precedido de assembléias, discussões e eleições nas escolas, e Congressos Regionais (135).

Nos Congressos Regionais que eram feitos por Estados ou regiões, reuniam-se os delegados eleitos em cada escola, numa proporção de um delegado para cada 50 alunos, procurava-se discutir e amadurecer as várias propostas e tendências políticas existentes no movimento estudantil, o que possibilitaria uma participação mais efetiva do conjunto dos estudantes nas discussões e decisões a serem tomadas no Congresso Nacional.

134 Nilton Santos. In: Vários, op. cit., p. 66.

135 Ibid. p. 72-73.

Para o Congresso Nacional, que seria clandestino, deveria participar um delegado para cada 500 estudantes, que iriam elaborar uma carta política e eleger uma nova diretoria.

As discussões nas escolas, e os Congressos Regionais, foram bastante proveitosos, alguns foram realizados abertamente, como é o caso do Congresso Regional de São Paulo, realizado no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) (136). Entretanto, o Congresso Nacional, clandestino, realizado num sítio em Ibiúna, no interior de São Paulo, não chegou ao seu final. Antes que os delegados ali reunidos, elaborassem a "Carta-Política" e escolhessem uma nova diretoria, foram interrompidos pela repressão, que prendeu todos os participantes (cerca de 800), inclusive toda a liderança do movimento estudantil (137).

A UEE-SP, que na época era presidida por José Dirceu, encontrava-se por ocasião da preparação do XXX Congresso, ~~formente~~ ^{fortemente} impregnada de uma concepção "militarista" do movimento estudantil, onde as questões políticas eram vistas sob o enfoque da segurança armada. E foi, segundo essa concepção que o Congresso de Ibiúna, foi organizado. A "segurança" exigia dos delegados eleitos um comportamento de

136 Ibid.

137 Folha de São Paulo, 13 de outubro de 1968.

soldados ou guerrilheiros (138).

Por ocasião das discussões para a preparação do congresso, havia um grupo de estudantes, que acreditava ser mais correto do ponto de vista tático, fazer o Congresso no CRUSP, de forma aberta, com ampla mobilização dos estudantes e de outros setores da sociedade civil.

Essa posição foi derrotada, o que fez com que três diretores da UNE, da tendência "Unidade e Luta" (Luiz Travassos, Luiz Raul Machado e José Carlos Mata Machado), lancassem uma nota aos estudantes, às vésperas do Congresso, eximindo-se de qualquer responsabilidade e propondo a sua realização no CRUSP (139).

Durante o Congresso, na véspera da invasão do sítio pela repressão, a "comissão de segurança" tendo previsto a eminente queda, chegou a planejar um esquema para retirar os delegados principalmente as lideranças, antes que a Polícia chegasse. Entretanto, havia tal clima de sectarismo e desconfiança entre os estudantes, que viam nos seus colegas inimigos, que não aceitaram a retirada por acreditar

138 Ver: Nilton Santos e Jean Marc Von Der Weid. In: Vários, op. cit. p. 73 e 85, respectivamente.

139 Jean Marc Von Der Weid. In: Vários, op. cit. p. 85-86.

ser esta, uma tentativa de manobra para adiar a eleição
(440)
(139).

Quando os policiais do DOPS e da Força Pública chegaram ao sítio, os estudantes se renderam, sem opor resistência. A chamada liderança (Wladmir Palmeira, José Dirceu, Luiz Travassos, Antonio Ribas, Edson Soares, Frankin Martins, Paulo Steller, Luis Raul Machado e José Arantes) foi levada diretamente para o DOPS, enquanto que os demais estudantes foram encaminhados para a Casa de Detenção e para o Presídio Tiradentes. Nos dias seguintes, os delegados de outros Estados, foram enviados para seus Estados de origem. A liderança permanecia presa, com exceção de Jean Marc, que dando nome falso, foi enviado para o Paraná (140).

Jean Marc, candidato apoiado por Travassos, será eleito presidente da UNE no ano seguinte.

Luiz Travassos, José Dirceu e Wladmir Palmeira, seriam banidos do país, em setembro do ano seguinte, trocados pelo embaixador norte-americano, Charles Elbrick, seqüestrado pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que contava em

⁴⁴⁰
~~139~~ João Medeiros. In: Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op.cit. p. 12. Nota: Lembrar que as três mais importantes facções dentro do movimento estudantil, concorriam as eleições para a diretoria da UNE.

140 Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op. cit. p.

entre seus quadros, com diversos estudantes (142).

Durante muito tempo, figurou a versão de que o local do Congresso foi descoberto, porque os estudantes, premidos pela escassez de alimentos, teria ido ao centro da pequena Ibiúna, comprar alimentos, principalmente pão, em grande quantidade, o que teria despertado a suspeita dos moradores locais. Hoje sabe-se, através de um documento secreto, do então, Delegado do DOPS, Italo Ferrinho, ao delegado de Polícia de Ibiúna, que a repressão já tinha conhecimento do local do Congresso, 10 dias antes da sua realização (143).

Embora a resposta dada pelos estudantes à repressão ao Congresso de Ibiúna tenha sido bastante eloquente, com uma greve nacional e manifestações em todo o país, o que apressou a liberação da maior parte dos delegados, do ponto de vista da organização do movimento, a queda de Ibiúna foi muito desgastante, pois deu aos órgãos repressivos a possibilidade de fichar a maior parte da liderança estudantil de todo o país, o que facilitou a ação repressora nos anos posteriores.

142 Ver: Antonio Caso, op. cit. p. 173-204.

143 Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalvez, op.cit., p.12.

Ibiúna marca o início de um período negro para o movimento estudantil, apesar deste ainda ter tido fôlego para recompor-se. A UNE, apesar do AI 5, conseguiu no ano seguinte, eleger uma nova diretoria, que em condições bastante adversas, encaminhou a luta dos estudantes, até a sua dissolução, no final de 69.

1.2.9.- As Divergências do Movimento Estudantil:

O movimento estudantil encontrava-se em 68 dividido entre inúmeras posições, organizações e tendências. Segundo José Roberto Arantes de Almeida, chegou a existir nessa época, 43 grupos ou organizações diferentes (144).

Os estudantes eram unânimes em considerar o governo uma ditadura e lutar para sua derrubada. Eram coesos também quando condenavam o Acordo MEC-USAID, por representar a infiltração imperialista no ensino brasileiro, e quando se colocavam frontalmente contra o pagamento de anuidades e a transformação das Faculdades em Fundações.

Entretanto, divergiam quanto a forma de conduzir o movimento estudantil e quanto a questão de se aceitar ou não o diálogo com o Governo.

Duas posições dividiam os estudantes naquele momento, e seriam responsáveis por levar essa cisão inclusive a nível das entidades, UEE-SP e UNE.

144 Luis Raul Machado. In: Vários, Op. Cit. p. 61

A posição defendida por Travassos conhecida como "primeira posição", considerada "radical" por alguns estudantes, defendia as manifestações de rua, a participação de todos os estudantes nas decisões do movimento estudantil, e não só das cúpulas, e rejeitavam qualquer forma de diálogo com o Governo (145).

Travassos afirmava em julho de 68: "considero qualquer reconciliação com a ditadura como uma traição as lutas desenvolvidas pelo movimento estudantil e a decisão cada vez mais firme de integração na luta de grande parte do povo, pela derrubada da ditadura e do imperialismo" (146).

A "segunda posição", advogada por Wladimir Palmeira, presidente da UME, (que é a União Estadual da Guanabara), chamada de "reformista", "cupulista" ou "conciliadora" pelos "radicais", defendia a concentração da luta dos estudantes em torno de questões específicas e a necessidade de organizar melhor os estudantes antes de colocá-los na rua, para o enfrentamento com a repressão. Para eles, o estudante "deixou de ser um 'saco de pancadas', para ser um elemento atuante dentro do processo de transformação radical

145 Jean Marc Von Der Weid, Valdo Silva, Netovitch Maia, Honestino Guimarães, Doralina Rodrigues. O povo na luta derruba a ditadura e expulsa o imperialismo, Proposição para XXX Congresso da UNE, mimeo, p. 7

146 Jornal da Tarde, 10 de julho de 1968

da sociedade brasileira" (147). Afirmavam:

"(...) é necessário preparar a luta dentro da Universidade, mobilizando a massa estudantil, para que suas ações ofensivas não caiam no erro do vanguardismo, desligadas da maioria dos estudantes" (148).

Essa posição, defendia ainda o diálogo com a ditadura, como uma forma de desmascará-la, pois acreditavam que a tentativa de diálogo por parte da ditadura é falsa.

A posição defendida pelo grupo do Wladmir, pedia a legalidade da UNE e das UEEs e a liberdade dos presos políticos argumentando que, além de não reconhecer esse Governo, acredita que se este deixar de persegui-los, a luta do movimento estudantil irá se intensificar.

Quanto a questão dos presos políticos, a sua liberdade não deve ser pedida, deve ser exigida, com a massa na rua (149).

A primeira entidade a sofrer uma divisão em função dessas posições foi a UEE-SP, ainda em 67.

Tudo começou em outubro de 67, no XX Congresso da UEE-SP, quando vários delegados de Centros Acadêmicos se retiraram do plenário, por discordar da atual orientação da UEE, representada pela Ação Popular (AP).

147 Tese da UEE-SP para o XXX Congresso da UNE, mimeo. p.6

148 Ibid. p. 6

149 Revista Realidade, Editora Abril, Ano III, nº 28, Julho 1968, p. 35

Os dissidentes, representados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB - linha soviética) e pela Política Operária (POLOP), divulgaram um manifesto contendo críticas a UEE, principalmente por ela adotar "o mito pequeno burguês de que o movimento estudantil deva tutelar paternalisticamente o movimento operário, esquecendo-se de suas tarefas revolucionárias específicas" ⁽¹⁵⁰⁾ ~~(149)~~.

A entidade na ocasião era presidida por Catarina Melloni, que havia entrado em substituição a Luiz Travassos, quando este foi eleito presidente da UNE.

Essas divergências tornar-se-iam mais evidentes, nas eleições convocadas para o final daquele mês.

Embora, tenha se formado três chapas para concorrer aquelas eleições, a disputa ficou mesmo entre a "Nova UEE", presidida por José Dirceu, presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da PUC-São Paulo, e a chapa "Frente de Trabalho", representante da situação (151).

A proposta da oposição era a de uma mudança na orientação do movimento estudantil em São Paulo: "nada de manifestações públicas, nem participação dos estudantes nas campanhas dos trabalhadores, mas uma atuação voltada exclusivamente para os problemas estudantis". O grupo da "Nova UEE" *esclarecia aos estudantes, que não estavam rompendo com a UEE*, pois ainda a consideravam a única entidade representativa dos estudantes paulistas, mas rompia com a atual di-

¹⁵⁰
¹⁴⁹ O Estado de São Paulo, 10 de outubro de 1967.

¹⁵¹ Jornal da Tarde, 31 de outubro de 1967.

retoria "que por força de erros e desvios na condução do movimento estudantil em São Paulo, terminou levando-o a um limite extremo de desgaste e ineficiência" (152).

A eleição foi bastante tumultuada, com fraudes dos dois lados, e ao final, as duas chapas reivindicavam para si a vitória (153).

Essa cisão foi tão importante, a ponto de, em determinada época, ter em São Paulo, duas UEEs, com concepções diferentes quanto a forma de conduzir o movimento estudantil. Entretanto, depois de algum tempo, a "UEE do Dirceu" acabou se consolidando entre os estudantes (154).

Em 68, particularmente no segundo semestre, às vésperas do XXX Congresso, a UNE estava dividida. Houve, em julho, uma reunião, clandestina, convocada por alguns diretores da entidade, que decidiram depor Luiz Travassos, da presidência, e desautorizar os outros diretores, Luis Raul Machado e José Carlos da Mata Machado, da mesma tendência, "Unidade e Luta", a falar em nome da UNE (155).

As divergências entre os estudantes tornaram-se mais acirradas, na preparação do Congresso, essa divergência traduziu-se na visão que cada grupo tinha do que deveria ser o Congresso.

152 Jornal da Tarde, 10 de outubro de 1967.

153 Ibid. 31 de outubro de 1967.

154 Nilton Santos. In: Vários, Op. cit. p. 70

155 Jornal da Tarde, 8 de julho de 1968.

Enquanto que, para o grupo liderado por Wladmir Palmeira, "o Congresso deve ser uma oportunidade de se travarem debates e de se organizar o movimento estudantil", para o grupo do Travassos, "o Congresso deve fazer parte de uma luta ofensiva contra o Governo" (156).

Quanto às formas de ação do movimento estudantil, essas duas facções, posicionavam-se da seguinte maneira: (José Dirceu/Wladmir Palmeira) "o movimento estudantil deve se manifestar dentro das escolas forçando a formação das comissões e departamentos paritários que visam impedir a aplicação da nova política educacional, e fora das escolas, nas ruas, em manifestações públicas que denuncie esta política às camadas que têm contradições com o Governo (...). O movimento estudantil não tem uma única forma de se manifestar como pretendem alguns poucos; a passeata não é a única ação política do estudante. A passeata com lugar e hora marcados, para a qual estão convocados todos os estudantes e tem a participação de camadas da população, deve ser uma manifestação de envergadura, (...) ela deve existir somente quando houver condições concretas para tanto (...)" (157).

Para os "travassistas", "a forma mais eficaz

156 Jornal da Tarde, 10 de julho de 1968.

157 TESE DA UEE-SP para o XXX Congresso da UNE, mimeo p. 12-13

de luta do movimento estudantil são as manifestações de rua, junto a outros setores da população. Luta direta contra a opressão e luta de solidariedade a todos os setores populares atingidos pela ação da ditadura. Nestas lutas, nossa posição deve ser a de levar a luta a todo o movimento estudantil e não apenas a uns poucos grupos; devemos nesta luta, sempre que possível, usar a violência contra a ditadura e seus instrumentos; nunca conter as mobilizações, depositar toda confiança nas nossas forças, e não nas concessões do inimigo, rejeitar o diálogo demagógico da ditadura e de seus amigos, e golpeá-la com maior intensidade a cada dia, através de nossa mobilização" (158).

Os "travassistas" criticavam os "reformistas", por estes defenderem que o movimento estudantil deve se mobilizar por seus problemas específicos, e não participar das manifestações operárias, argumentando, que o movimento popular não pode ser dividido em compartimentos estanques.

Além disso, para os "travassistas", os "conciliadores ou dialoguistas", "não confiam na luta do povo e pretendem substituir a luta do povo pela luta de uns poucos tecnicamente preparados e organizados em burocráticos esquemas de segurança" (159).

158 Jean Marc Von Der Weid, Valdo Silva, Netovitch Maia, Honestino Guimarães, Doralina Rodrigues, Op. cit. p. 07

159 Ibid. p.3.

Importante notar que nessa época, uma parcela significativa dos estudantes "conciliadores", acreditando nas ações de vanguarda, preparava-se para outra forma de luta. A luta armada, onde o papel reservado para o movimento estudantil era o de fornecer quadros e infra-estrutura para a guerrilha.

Resumindo, importa salientar que, apesar das divergências, no fundo as diferentes posições quase se equivaliam, ou seja, todas as facções caminhavam para um "beco-sem-saída". Pois, mais do que postos diretamente sob a ação repressiva do Estado, os estudantes tinham pela frente, a seguinte realidade: cisões, facções, pouquíssimas alternativas de sobrevivência como movimento, além da ambigüidade de classe a lhes orientar a escolha.

C A P Í T U L O I I

O FORTALECIMENTO DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL E O "MILAGRE ECONÔMICO" (1969-1974)

"Hoje você é quem manda
falou, tá falado
não tem discussão
a minha gente hoje anda
falando de lado
e olhando pro chão, viu?"
("Apesar de você" Chico Buarque de Holanda)

2.1 - O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO:

Por força do AI 5, o Congresso Nacional permaneceu fechado de dezembro de 1968 a 30 de outubro de 1969.

Durante esse período, o Executivo mostrou-se extremamente centralizador, passando a governar através de Atos Institucionais, Atos Complementares e Decreto-Leis. O

controle do Estado era mantido ferreamente nas mãos do Aparelho Repressivo que buscava fundamentação para sua ação na Doutrina de Segurança Nacional e na necessidade de eliminação do "inimigo interno" (1).

Em 1º de fevereiro de 1969, Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 6, que, modificando a Constituição de 67, abolia a possibilidade de recurso ordinário para o Supremo Federal nos casos de crimes contra a segurança ou contra instituições militares (2).

No final daquele mês, foi editado o Ato Institucional nº 7, que suspendia as eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, do estados, territórios e municípios (3).

À medida que as ações dos grupos ligados a luta armada crescia, desafiava e ameaçava os militares no poder, estes passaram a elaborar uma legislação específica para o controle desses grupos.

-
1. Sobre o assunto ver Golbery do Couto e Silva, Geopolítica do Brasil, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1967. Ver também Carlos Alberto Brilhante Ustra, Rompendo o silêncio - OBAN - DOI-CODI, 29 set. 70 - 23 jan.74, 2a. ed., Brasília, Editeria Editorial, 1987. Principalmente p. 157-158.
 2. Ver Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole, op. cit., p.187-188.
 3. Ibid. p. 188-190.

Assim foram baixados os Decretos-Leis nº 510, de 20 de março de 1969, que estabelecia o prazo de até 10 dias de incomunicabilidade para o indiciado em crime contra a segurança nacional (4), e o Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969 (5), que ficou conhecido como Lei de Segurança Nacional, que previa a prisão perpétua e a pena de morte para os crimes da mesma natureza. Foram editados também o Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969, instituinto o banimento do território nacional do cidadão

4. Diário Oficial da União, 21 de março de 1969. In: José Luis Sanfelice, Movimento estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 64, p. 154.
5. Diário Oficial da União, Ano CVII, nº 174, de 29 de setembro de 1969. "Tornou-se conhecido como Lei de Segurança Nacional, pois define os crimes contra a Segurança Nacional e a ordem pública e social, assim como os processos legais de julgamento e as penas a serem impostas a cada crime (...)"

Nota: "A primeira Lei de Segurança Nacional foi baixada por Decreto-Lei nº 314, a 13 de março de 1967, e regulamentada pelo Decreto-Lei nº 510 de 20 de março de 1969. Ambos foram expressamente revogados pelo Decreto-Lei nº 898, de 1969. Este último ampliava consideravelmente a força repressiva dos controles anteriormente estabelecidos de maneira mais tímida". Maria Helena Moreira Alves, *op.cit.*p.158.

considerado nocivo à segurança nacional (6), e o Ato Institucional nº 14, na mesma data, que determinava que os atos de guerra psicológica, adversa, revolucionária ou subversiva deveriam ser severamente reprimidos (7).

A 31 de agosto de 1969, os Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica editaram o Ato Institucional nº 12, pelo qual se comunicava à Nação que, por motivo de doença, o Presidente Costa e Silva se encontrava impossibilitado temporariamente de exercer suas funções. Comunicava-se ainda que por considerarem esse ministros que o momento não permitia a transferência do poder a outros titulares, as funções do Presidente da República seriam assumidas por eles, apesar da Constituição de 1967. Esta, elaborada pelos militares no governo de Castelo Branco, determinava que, em caso de impossibilidade do Presidente, o cargo deveria ser assumido imediatamente pelo vice-Presidente. Entretanto, o vice Pedro Aleixo não inspirava confiança aos militares, pois tinha-se colocado abertamente contra o AI 5.

6. Adriano Campanhole e Hilton L. Campanhole, op. cit. p. 195-197.

7. Ibid. p. 197-198.

Então, os três Ministros Militares - Aurélio de Lyra Tavares, Márcio de Souza e Mello e Augusto Hamann Rademaker Grunewald - editaram, em em 14 de outubro de 1969 o Ato Institucional nº 16, que declarava vago os cargos de Presidente e vice, e marcava eleições indiretas para o final daquele mês. Através do Ato Institucional nº 17, do mesmo dia, a junta militar reabria o Congresso Nacional, convocando-o para referendar o nome de outro militar, General Emilio Garrastazu Médici para a presidência da República (8).

Além dessas alterações, a Constituição de 67 sofreu outra, através da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, que ficou conhecida como "Constituição de 69", tendo a junta militar introduzido as mudanças que julgou necessárias, tornando-a mais autoritária, apesar de ou principalmente pelo fato de o Congresso Nacional estar fechado.

Através da Emenda nº1, o Executivo recebeu poderes extraordinários para executar a política de Segurança Nacional, além de que vários trechos do AI 5 foram incorporados à Constituição. Além disso, no dia 11 de novembro de 1971, através do Decreto-Lei nº 69.534, o Executivo era autorizado a baixar "Decretos-Leis secretos", cujos textos não

8. Carlos Castello Branco, Os militares no poder: o baile das solteironas, vol. III, p. 346-347.

seriam divulgados. Graças a esse expediente, uma pessoa poderia ser presa por desrespeitar uma Lei desconhecida. Na ocasião, Oscar Pedroso Horta declarava a revista VEJA: "A meu ver, o Decreto 69.534 constitui uma singularidade do Direito brasileiro. Não sei como se obedecerá a uma lei, a um decreto, a um regulamento que todos devem ignorar"(9).

Embora Castelo Branco tenha declarado ao promulgar a Constituição de 67, que esta "propiciaria uma época estável e duradoura, e consubstanciaria o aperfeiçoamento das liberdades democráticas", isto não se efetivou, pois, mal decorrido um ano e meio de existência, ela seria desrespeitada, não satisfazendo mais aos ideais dos "revolucionários de 31 de março", num claro desrespeito à legislação criada por eles mesmos.

A 30 de outubro de 1969, depois de uma luta surda nos bastidores dos sistema (10), finalmente unguido pela alta cúpula militar, e referendado pelo Congresso Nacional, o General Emilio Garrastazu Médici fez-se Presidente do Brasil, inaugurando o período de maior repressão, violência e desrespeito às liberdades democráticas da nossa República. Nesse período, criou-se um aparato repressivo, que progressivamente assumiu características independentes, levando à prisão milhares de cidadão e transformando em rotina a tortura e o assassinato.

9. VEJA, 24 de novembro de 1971.

10. Carlos Castello Branco, op. cit. p. 313-356.

No campo econômico foi adotada uma política que ficou conhecida como "Milagre econômico" brasileiro, que consistia em provocar o crescimento do produto interno bruto (PIB), enquanto se controlava a taxa de inflação.

Esse "milagre" era conseguido graças ao aumento dos investimentos estrangeiros e uma política de investimento do Estado, cujos fundos eram provenientes de instituições internacionais de crédito. Isso provocou considerável aumento da dívida externa brasileira, que passou de 3,9 bilhões de dólares em 1968, para mais de 12,5 bilhões de dólares em 1973 (11).

Por trás desse modelo econômico existe a tendência "produtivista" que defende que um país só deixará de ser subdesenvolvido se criar condições favoráveis ao investimento, principalmente ao estrangeiro, a fim de conseguir uma rápida acumulação de capital que lhe possibilite sair do subdesenvolvimento.

Portanto, de acordo com esse modelo, o investimento estrangeiro é de vital importância para o desenvolvimento do país. Para atraí-lo, o governo tomou importantes medidas, por meio de Decreto-Lei: um amplo programa de incentivos fiscais; isenções de impostos para os investimen-

11. Evaldo A. Vieira, A República brasileira: 1964-1984, p.

tos em áreas consideradas importantes para o desenvolvimento (região amazônica, Nordeste e planícies centrais); aumento das taxas de juros internos, forçando a busca de investimentos estrangeiros; subsídios para bens destinados à exportação, e deduções tributárias para os ganhos de capital, favorecendo o investimento no mercado de ações.

A posição "produtivista" da equipe econômica do governo, chefiada pelo Ministro do Planejamento Antonio Delfim Neto, que defendia a necessidade de se aumentar consideravelmente o tamanho do "bolo" para depois iniciar a distribuição, sofria a oposição de uma outra linha econômica que defendia a distribuição da renda durante o processo de desenvolvimento, por isso chamada de "distributivista".

O modelo proposto pela equipe chefiada pelo Ministro Delfim Neto, para ser colocado em prática, exigia um clima econômico que inspirasse confiança ao capital estrangeiro e principalmente um quadro de estabilidade político-social, o que equivale dizer, ausência total de organização e participação popular.

O setor de bens duráveis, segundo os "produtivistas", era decisivo para o desenvolvimento e deveria ser controlado pelas multinacionais, pois estas, conforme acreditavam, eram mais eficientes e promoveriam um crescimento econômico muito mais rápido.

Acreditava-se também, que a produção de bens

duráveis, principalmente automóveis e eletrodomésticos, reservados para um mercado interno restrito, fosse responsável pelo rápido crescimento industrial, indispensável ao desenvolvimento. Para tanto, foram criadas, para esse tipo de indústria, políticas de incentivo ao investimento, particularmente ao estrangeiro.

O governo, nessa época, em nome da necessidade de promover o desenvolvimento, chegou a desativar ferrovias e sistemas urbanos de ônibus elétricos, para estimular o desenvolvimento da indústria automobilística. Houve, nesse período, importante desnacionalização da economia brasileira (12). Ao capital privado nacional, restaram os setores de bens intermediários (química, papel, borracha, madeira, materiais de construção, plásticos) e os de bens de consumo não-duráveis (textil, roupas, gráfica, alimentos), enquanto que as empresas estatais investiam basicamente nas indústrias de base (mineração, aço, petróleo).

12. Sobre o assunto ver Moniz Bandeira, Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira: 1964-1975, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1975 e Kurt Mirow, A ditadura dos cartéis: Anatomia de um subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.

Essa política de incentivo à indústria de bens duráveis exigia um padrão de concentração de renda que, segundo os economistas do governo, era necessária para garantir um mercado interno forte, capaz de absorver os produtos desse setor.

Houve nesse período, graças a essa orientação, uma acentuada participação dos setores mais ricos da população na renda bruta da Nação, em detrimento da participação dos setores mais pobres (13).

Cumprе notar que a classe média, nesse período, conseguiu elevar ligeiramente sua parte na distribuição da renda. O que não aconteceu em absoluto com a classe trabalhadora, pois os efeitos de crescimento do "milagre" não atingiu o salário dos trabalhadores; muito pelo contrário, eles tiveram que arcar com as consequências da política do "arrocho salarial" com vistas à acumulação de capital, e foram obrigados a sofrer ano após ano, a queda de seu poder aquisitivo (14).

13. Revista Isto é, 9 de agosto de 1979, p. 65.

14. Paul Singer, "O Milagre Brasileiro": causas e consequências. In: Cadernos CEBRAP, nº 6, 1972.

_____, A crise do "milagre": interpretação e crítica da economia brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

É importante observar que houve uma considerável queda do salário mínimo real do país, no período do "milagre" e nos anos seguintes. Em janeiro de 1968 o "mínimo" era de Cr\$ 737,88, passando para Cr\$ 623,63 em janeiro de 1974 (15)

Além de não ter contribuído em nada para a melhoria da educação, saúde, habitação e alimentação das camadas populares, o "milagre" agravou a situação já precária desses setores. Para mascarar essa situação, durante seu governo, Médici utilizou-se amplamente da propaganda política oficial, ufanista, salientando as maravilhas do "milagre econômico", do "Brasil Grande", do destino do país em se tornar grande potência ("Brasil-Potência"). A conquista do tri-campeonato de futebol pela equipe brasileira na Copa de 1970 foi utilizada para propagar ainda mais essa imagem. É desse tempo os projetos faraônicos como a construção da Transamazônica e da ponte Rio-Niterói.

15. DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) Divulgação nº 1/76, 19 de abril de 1976, p. 10. In: Maria Helena Moreira Alves, op. cit. 114.

A ~~impresa~~^{imprensa} encontrava-se sob censura, a oposição controlada pelo AI 5 e pela Lei de Segurança Nacional, a população controlada pela propaganda oficial. Aos poucos que ousavam opor-se a esse estado de coisas o grupo no poder apresentava uma alternativa: "Brasil-ame-o ou deixe-o".

Essa propaganda oficial era ainda utilizada para justificar a ação repressiva do governo contra os "terroristas", que ameaçavam o "milagre econômico" e a Segurança Nacional.

O Brasil do General Médici tornou-se conhecido no mundo todo como um país de torturas, perseguições, exílios e cassações. Internamente, esse desrepeito aos direitos humanos não podia ser denunciado devido à severa censura; entretanto, fora do país, particularmente na Europa e nos Estados Unidos, as denúncias sucediam-se, através dos Comitês Internacionais de Anistia, Movimento de exilados e outras instituições.

A situação tornou-se tão alarmante que levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), e a Cruz Vermelha Internacional a solicitarem autorização ao governo brasileiro para fazer um exame local das denúncias de maus tratos a presos políticos.

Embora o governo negasse peremptoriamente a existência de desrespeito aos direitos humanos no Brasil, argumentando que essas denúncias eram resultado de uma campanha difamatória promovida pela esquerda para denegrir a imagem do Brasil no exterior, a iniciativa da OEA e da Cruz Vermelha Internacional foram rejeitadas, por serem consideradas pelo governo brasileiro como ameaça à soberania nacional (16).

Era muito comum também, nessa época, as grandes "blitz" anti-terroristas. Isto é, operação de busca e detenção em grande escala, envolvendo numeroso contingente de policiais e militares. Casas, pessoas e automóveis eram revistados à procura de pessoas e documentos comprometedores. Essas "blitz" geralmente resultavam em detenções em massa, espancamentos, intimidações e intranquilidade generalizadas.

Algumas vezes, quando o governo julgava necessário, eram montadas operações mobilizando todo o Exército, em determinadas cidades ou mesmo em caráter nacional. Foi o caso da cidade do Rio de Janeiro, por ocasião da visita de Nelson Rockefeller, enviado do Presidente Nixon ao Brasil, em 1969, quando cerca de 6.000 pessoas foram "preventivamente detidas".

16. Carlos Castello Branco, op. cit. p.702-704.

Em 1970, uma "blitz" nacional foi montada dias antes das eleições para o Senado, com o intuito de criar um clima de intimidação favorável à vitória da ARENA. Na ocasião foram detidos indistintamente, escritores, jornalistas, artistas, advogados, políticos da oposição em exercício de mandato, candidatos que concorreriam as eleições daquele ano e mesmo pessoas sem qualquer tipo de envolvimento político (17).

A operação exerceu tamanha intimidação sobre a população que fez Carlos Castello Branco escrever em sua coluna no Jornal do Brasil dia 6 de novembro de 1970 " (...) a ordem seria executada numa amplitude tal que iria transformar uma operação de segurança do Estado numa operação de insegurança dos cidadãos" (18).

No ~~período~~ período de 1969 a 1974, a tortura a presos políticos foi largamente utilizada no país, como método de interrogatório e como controle político.

17. Carlos Castello Branco, op. cit. p. 709-718.

18. Ibid. p. 710

Várias técnicas e instrumentos de tortura foram desenvolvidas com o intuito de obter informações de presos políticos, tais como o "pau-de-arara", o choque elétrico, a "pimentinha", o "afogamento", a "cadeira do dragão", o "telefone", a "geladeira" e outros (19).

A tortura no Brasil no regime militar adquiriu a condição de "método científico" e passou a fazer parte dos currículos de formação de militares. "O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado. Sabe-se que um dos primeiros a introduzir tal pragmatismo no Brasil, foi o policial norte-americano Dan Mitriane, posteriormente transferido para Montevidéu, onde acabou sequestrado e morto. Quando instrutor em Belo Horizonte, nos primeiros anos do Regime Militar, ele utilizou mendigos recolhidos nas ruas para adestrar a polícia local" (20).

Existem vários depoimentos de presos políticos denunciando o fato de terem sido utilizados como cobaias, depois de projeção de "slides" sobre torturas, em aulas ministradas a militares (21).

19. Para a descrição desses métodos ver: Arquidiocese de São Paulo, Brasil: Nunca mais, p-39-42.

20. Ibid. p. 32.

21. Ibid. p.31-32, ver também Alfredo Sirkis, op. cit.p.146.

O sistema repressivo no país desenvolveu de tal forma as técnicas da tortura, que os torturadores afirmavam com orgulho estarem em condições de exportá-la a qualquer organização repressiva estrangeira (22).

Nesse período, um penoso "silêncio" foi imposto à população através da rigorosa censura a todos os meios de comunicação de massa, teatro, música, literatura, artes, além do rigoroso controle das universidades.

Com o objetivo de controlar as atividades políticas contrárias ao governo, as prisões eram efetuadas num clima de total desrespeito aos direitos individuais dos cidadãos. Tornaram-se prática comum as prisões em forma de sequestros, sem mandado judicial e sem observância a qualquer lei. Pessoas eram retiradas de suas casas, de madrugada, e transportadas para os órgãos de repressão, em carros com "chapas frias", diante de suas famílias, que, na maioria das vezes, também sofria todo o tipo de intimidação e ameaça. Foi comum nessa época o uso da tortura à família e a pessoas conhecidas dos suspeitos de crime contra a Segurança Nacional, inclusive crianças e gestantes (23).

22. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Itinerário, Org. Jovino Soares da Cunha Neto, Salvador, Comitê Brasileiro pela Anistia, Núcleo da Bahia, 1979, p. 38.

23. Arquidiocese de São Paulo, op. cit. p. 43-50.

Em meados de 69, foi criada, em São Paulo, uma organização de repressão violenta, com elementos especialmente treinados para obtenção de informações, chamada Operação Bandeirantes (OBAN). A OBAN, que não era oficialmente reconhecida pelas autoridades militares, recebia verbas de empresários nacionais e multinacionais, tais como o Grupo Ultra (24), a Ford, a General Motors e outras (25), e funcionava vinculada informalmente ao II Exército, numa Delegacia de Polícia, situada a Rua Tutóia, em São Paulo.

Devido ao fato de situar-se à margem da estrutura legal, a OBAN conseguiu grande autonomia e impunidade quanto a seus atos, tornando-se num organismo extremamente eficaz de controle do "inimigo interno".

Essa estrutura paralela de mecanismo de repressão e controle, posteriormente, serviu de modelo à implantação de organismos oficiais, a nível nacional. Foram assim criados em setembro de 1970, os vários Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e Centros de Operações de Defesa Interna (CODI). Os DOI-CODIs tinham existência legal,

24. Em abril de 1971, o diretor do Grupo Ultra, Henning, Albert Boilesen foi assassinado, em São Paulo, pela esquerda armada, numa ação conjunta da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Cf. Folha de S. Paulo, 16 de abril de 1971.

25. Arquidiocese de São Paulo, op.cit. p.73.

recebiam verbas orçamentárias regulares, eram comandados por um oficial do Exército e operavam inicialmente em São Paulo (em substituição a OBAN), Brasília, Rio de Janeiro e Recife. No ano seguinte foram criados novos DOI-CODIs em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza. E em 1974 foi criado o de Porto Alegre (26).

Entretanto, os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) que funcionavam a nível estadual, e as Delegacias Regionais do Departamento de Polícia Federal (DPF) não foram desativados após a criação dos DOI-CODIs. Continuaram disputando com estes o controle da "subversão". Foi o caso do DOPS de São Paulo, que, sob a orientação do Delegado Sérgio Paranhos Fleury, torturou e matou inúmeros presos políticos. Simultaneamente, Fleury comandava um grupo de policiais envolvidos com o tráfico de entorpecentes, que se autodenominava "Esquadrão da Morte", especialmente treinado para eliminar presos comuns, mas que acabou assassinando pessoas que nunca haviam tido qualquer antecedente criminal (27).

Até 1967, a repressão física ficara a cargo do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e das Polícias Estaduais, subordinadas às Secretarias Estaduais de Segurança

26. Cf. Carlos Alberto Brilhante Ustra, op. cit. p. 125-127.

27. Sobre o assunto ver Hélio Pereira Bicudo, Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte, 7a. ed., São Paulo, Pontifícia "Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1978.

ça Pública (SESP), que coordenavam as atividades dos Departamentos de Ordem Pública e Social (DOPS ou DEOPS). Entretanto, através do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, as Polícias Militares (PMs) dos estados foram vinculadas ao Exército e passaram a ser comandadas por um General.

Na ocasião, as PMs tiveram seus objetivos alterados. Sua função agora não era mais de efetuar o policiamento preventivo, mas, sim, o de manter a "segurança interna" (28).

Esse aparato repressivo montado pelo Estado de Segurança Nacional foi extremamente eficaz no "combate a subversão". No segundo semestre de 1973, toda a esquerda revolucionária armada havia sido aniquilada. Os setores não violentos da oposição encontravam-se desarticulados e paralizados devido à "cultura do medo" instituída pela forte ação repressiva do Estado. Era difícil encontrar, nessa época, uma pessoa que não tivesse tido contato direto ou indireto com a repressão, ou que não tenha sofrido qualquer forma de coibição por parte dos órgãos repressores.

Nesse mesmo período, o "milagre econômico" começava a mostrar sinais de falência. Embora os índices de crescimento econômico ^{se mantivessem altos, estes representavam apenas} industrial, pois o setor agrícola mantinha-se estagnado.

28. Arquidiocese de São Paulo, op.cit. p. 74.

Por outro lado, os prejuízos sociais resultantes do modelo econômico concentrador de renda representado pelo "milagre", atingiram nessa época níveis alarmantes. A classe trabalhadora foi mantida à margem dos eventuais benefícios do "milagre econômico".

Em 1969, enquanto a produtividade real foi de 5,9, os salários foram reajustados com base em 3,0. Em 1971, a produtividade real foi de 8,1, mas, para os salários, a base de cálculo foi de 3,5. E em 1973, a produtividade real foi de 8,4, mas os reajustes salariais tiveram seu cálculo com base em 4,0 (29).

Também nesse período a classe trabalhadora foi obrigada a trabalhar mais para comer. Em 1969, eram necessárias 110 horas e 23 minutos de trabalho para a compra de alimentação mínima, enquanto que em 1973, para adquirir a mesma alimentação, eram necessárias 147 horas e 4 minutos de trabalho (30).

Devido ao uso prolongado e violento da repressão e ao crescimento econômico desigual, gerado pela política do "milagre", o governo encontrava-se nessa época bastante desgastado.

Cresciam as tensões sociais, que tendiam a agravar-se devido à certa inquietação dos setores médios

29. Evaldo Vieira, A República brasileira: 1964-1984, p.39.

30. Ibid. p. 39.

que, durante todo o período do "milagre", haviam dado seu apoio ao governo, mas que agora, saindo do torpor em que se encontravam, passavam a questionar, com mais frequência e de forma mais aberta, as diretrizes governamentais.

O setor dentro do governo representado pelo grupo da "Sorbonne" (complexo IPES/ESG), captando essas inquietações e esse desgaste, tratou de elaborar um novo modelo político e econômico que lhe trouxesse legitimidade e, sobretudo, que lhe garantisse a permanência no poder.

Para tanto, foi cuidadosamente planejado um modelo de "distensão" e liberalização controlada, que deveria ser colocado em prática pelo General Ernesto Geisel.

Para o grupo da "Sorbonne", "desenvolvimento com segurança", "slogan" do governo Médici, não se adequava mais à situação vigente. Deveria ser substituído por desenvolvimento "em continuidade e sem imobilidade".

No final de 1973, Geisel, já oficialmente candidato à Presidência da República em substituição a Médici, traçava, juntamente com outros integrantes da "Sorbonne", as metas de seu governo, que seriam atingidas de forma gradativa. Entre essas metas, figurava o levantamento parcial da censura prévia, uma política restrita de direitos humanos, reformas eleitorais, e, a longo prazo, a extinção do AI 5 e a posse de seu sucessor, General João Baptista Figueiredo. Portanto, Figueiredo foi escolhido para ser o sucessor de

Geisel, mesmo antes deste ser Presidente (31).

Enquanto Médici apresentava à Nação a candidatura de Geisel para seu sucessor, o partido oficial de oposição, aproveitando-se dos novos dispositivos garantidos pela Constituição de 1969, lançou a candidatura do presidente do partido, Ulysses Guimarães, à Presidente da República.

Tratava-se na verdade de uma candidatura simbólica. Entretanto, Ulysses Guimarães e o seu vice, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entregaram-se totalmente à "campanha eleitoral", organizada pelo MDB, participando de comícios, passeatas, reuniões públicas em todo o país, denunciando a ilegitimidade do processo eleitoral indireto e a distância entre o discurso "liberalizante" do governo e a sua prática autoritária.

A "campanha", como já era esperado, não logrou a escolha dos anti-candidatos pelo colégio eleitoral; entretanto, através da pregação da necessidade da resistência, contribuiu muito para revigorar a oposição que se encontrava isolada, desacreditada e sem esperanças.

Esse estado de ânimo da oposição, muito contribuiu para a vitória da MDB nas eleições para o Congresso em 1974.

31. Ver André Gustavo Stumpf & Merval Pereira Filho. A Segunda Guerra: sucessão de Geisel, p. 19.

O General Ernesto Geisel assumiu o poder a 15 de março de 1974, a vice Presidência ficou com o General Adalberto Pereira dos Santos, dando início à "política de distensão" que era, em última instância, a busca de legitimidade por parte do Estado. Tratava-se de negociar com a oposição, incorporando algumas de suas reivindicações, de preferência as que não ameaçassem a Segurança Nacional, com o intuito de ampliar a base de sustentação do Estado.

Por trás da "política de distensão" estava o General Golbery do Couto e Silva, que já havia alertado contra o perigo que significava o uso ilimitado da repressão para garantir a segurança absoluta. Segundo Golbery, esse uso poderia comprometer a segurança nacional que se pretendia alcançar.

Portanto, para se manter no poder, os militares adotaram uma política de liberação mesclada com medidas repressivas, que delimitam claramente os limites da "abertura".

Nos primeiros meses do governo de Geisel, os órgãos de repressão, mudando de tática, passaram a adotar a técnica de ocultamento das prisões seguidas de morte. Como agora havia uma certa liberdade de imprensa, dificilmente as versões de "atropelamento", e "tentativas de fugas" sustentavam-se, então passaram a negar as prisões apesar de

existirem provas dessas detenções. Daí o fenômeno do "desaparecimento" ter-se agrado nesse período (32).

O aparelho repressivo pretendia fazer uma última "limpeza", "varrendo" todos os focos de oposição que haviam resistido à repressão anterior.

Em novembro de 1974, houve eleições para o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e as Assembléias Estaduais.

O partido oficial de ~~oposição~~^{oposição}, ajudado pela imprensa e utilizando-se amplamente do rádio e da televisão, conseguiu significativa vitória sobre o partido do governo, principalmente no Senado, onde o MDB recebeu 4 milhões de votos a mais que a ARENA, fato inédito desde a criação do bi-partidarismo.

Aproveitando-se do clima de liberalização, a ~~oposição~~^{oposição} realizou reuniões, comícios pela televisão entre candidatos dos dois partidos, denunciando a questão do desrespeito aos direitos humanos, as injustiças e as desigualdades sociais.

O resultado da campanha foi a clara vitória do partido de oposição sobre a ARENA, aumentando significativamente sua representação no Congresso Nacional. Das 22 vagas disputadas no Senado, 13 ficaram com o MDB; na Câmara Federal, o partido de oposição passou de 87 para 161 cadeiras, enquanto a ARENA regredida de 223 para 203 cadeiras. Nas As-

32. ~~Arquidocese~~ de São Paulo, op. cit. p.64.
Arquidiocese

sembléias Estaduais, das 70 cadeiras disputados no Estado de São Paulo, a oposição conquistou 45; das 94 no Rio de Janeiro, 65 ficaram com a oposição, além do completo controle das Assembléias de Estados importantes como Paraná e Rio Grande do Sul (33).

A vitória da oposição também se explica, em parte, pelo enfraquecimento da "campanha do voto nulo", bastante forte nas eleições anteriores, principalmente na de 1970. As eleições de 74 assumiram um "caráter plebiscitário", pois os eleitores utilizavam as urnas para manifestarem seu descontentamento com a política do governo. Era o voto de protesto. Na verdade, votavam contra o governo e não na oposição.

Apesar da dificuldade que o grupo no poder teve para aceitar a vitória da oposição, os resultados daquela eleição foram respeitados naquele momento. Entretanto, para evitar que o fato se repetisse importantes modificações seriam feitas nas regras do jogo eleitoral nos anos seguintes, como veremos posteriormente.

33. Cf. Opinião, 3 de janeiro de 1975, p. 12. In: Maria Helena Moreira Alves, op.cit. p. 189. Ver também a análise dos resultados eleitorais por Estados. In: VEJA, 17 de novembro de 1974.

2.2. O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO TEMPO DO "MILAGRE"

O movimento estudantil de 69 a 74 caminhou por um espaço tão estreito, que se o compararmos com o grande ascenso de 68, teremos a impressão de que nesse período ele, praticamente, deixou de existir. Entretanto, tal fato, ao nosso ver, merece ser examinado mais detidamente. Apesar do AI 5 e do Decreto-Lei nº 477, o movimento estudantil continuou existindo, embora de forma restrita, respondendo às exigências da época, como veremos no decorrer desse capítulo.

A dura clandestinidade em que se viram obrigadas a viver as lideranças do movimento estudantil (34) e, conseqüentemente, o seu progressivo distanciamento das bases, muito contribuíram para a desorganização dos estudantes e para a dissolução da UNE em 1971.

Por outro lado, a inexistência de documentos e a ausência de notícias sobre o movimento estudantil na grande imprensa, devido à severa censura imposta a esses meios de comunicação na época, dificultam sobremaneira a reconstrução desse período.

34. Ver depoimento de Dora Rodrigues de Carvalho. In: Vários, op. cit. p. 94.

Essa inexistência de documentos explica-se pelo fato de que, além de o momento político por que passava o país, não permitir discussões e debates em torno de questões estudantis, os eventuais documentos que conseguissem ser produzidos, resultantes de reuniões em "aparelhos" clandestinos, por medida de segurança, não podiam ser divulgados, nem tampouco guardados.

2.2.1. O Controle Legal Definitivo do Movimento Estudantil Decreto-Lei nº 477

Os vários setores da sociedade civil tiveram sua participação política extremamente limitada a partir da decretação do AI 5, em dezembro de 1968.

Entretanto, para o movimento estudantil essa participação tornou-se quase impossível. Em fevereiro de 1969, o Governo Federal baixou um Decreto-Lei, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional (35), que objetivava especificamente alunos, professores e pessoal administrativo das escolas. Trata-se do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro, que coibia toda e qualquer manifestação política ou

35. O Decreto foi redigido pelo General Jaime Portela, Secretário-Geral do Conselho com a colaboração do Ministro-Chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco. Cf. O Estado de São Paulo, 10 de agosto de 1979.

de protestos no interior dos estabelecimentos de ensino público ou particulares.

Através desse decreto, estavam terminantemente proibidas as greves, passeatas, comícios e qualquer outra atividade considerada subversiva.

As infrações seriam punidas com o desligamento e a proibição de matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos, em se tratando de alunos, e com a demissão e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por outro estabelecimento de igual natureza, pelo prazo de cinco anos, em se tratando de professores e funcionários (36).

É importante salientar que essa medida se tornava imprescindível para que o governo pudesse colocar em prática as medidas propostas pela Reforma Universitária, através da Lei nº 5540, promulgada a 28 de novembro de 1968.

A Reforma Universitária, antiga reivindicação do movimento estudantil e de alguns professores desde o início da década de 60, foi finalmente encampada pelo governo depois de um período de resistência, quando este percebeu "que a extinção do antigo padrão da escola superior não

36. Cf. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. In: José Luis Sanfelice, op. cit. p. 234.

37. Florestan Fernandes. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? p. 62.

ameaçava o 'status quo' (36)", isto é, a reforma a universitária reclamada pelo movimento estudantil servia para responder as exigências de reprodução do próprio capitalismo (38).

Portanto, com essas duas medidas, o AI5 e o 477, o governo criou condições favoráveis à implantação da sua reforma, livre da contestação dos docentes e dos protestos e greves estudantis.

O Decreto-Lei 477 foi aplicado basicamente contra estudantes, ficando a cargo do AI5 a punição dos professores. Sua aplicação foi evocada sob os mais variados pretextos, inclusive como instrumento de perseguições pessoais.

O Decreto, que não permitia aos atingidos se defenderem livremente dos delitos de que eram acusados, violava também um, dos preceitos consagrados pelo Direito Universal, pois ao acusador não cabia a ônus da prova; os acusados é que deveriam provar sua inocência. A simples suspeita já era suficiente para afastar alunos e professores das aulas, até que o processo fosse apreciado pela direção da escola ou pela reitoria.

Os estudantes, ingenuamente, tentaram se organizar no sentido de "derrotar na prática o 477", como ha-

38. Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins, Movimento Estudantil e Reforma Universitária. In: Contexto, nº 1, nov. 1976, p.119-131.

viam feito com a Lei Suplicy em 64. Entretanto, isso não foi possível, pois não se podia denunciar a cassação de um estudante pelo 477, sem que isso implicasse necessariamente novas cassações.

A partir da promulgação do 477, intensificaram-se as perseguições, prisões, invasões de escolas, fechamentos de DAs, etc.

Os primeiros estudantes a serem atingidos pelo 477 ^{foram} Mauricio Dias David, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, e sua mulher, Beatriz de Albuquerque David. Eles foram punidos pelo diretor da escola, Professor Francisco de Paula e Silva Saldanha, no dia 20 de março de 1969. A punição desse casal de estudantes deveu-se à distribuição de uma nota oficial do DA, considerada pelo diretor da escola, ofensiva a sua pessoa (39).

Durante seus dez anos de existência, o Decreto-Lei nº 477, foi utilizado 245 vezes, atingindo 12 estudantes do ensino médio, 228 do ensino superior, 3 professores e 2 funcionários de instituições universitárias (40).

39. Cf. O Estado de São Paulo, 4 de março de 1979.

40. Ibid.

O Rio de Janeiro foi o estado mais atingido pelo 477. Nesse estado, o Decreto foi usado 82 vezes. Em Pernambuco, 60 estudantes foram punidos. Em Alagoas seis, e no Rio Grande do Sul, quatro estudantes (41).

Os estudantes não conseguiram, à nível nacional, dada a debilidade de seu movimento, impedir as cassações. Segundo Dora Rodrigues de Carvalho, vice-presidente da UNE nesse período, eles só puderam restringir-se a organizar manifestações de solidariedade aos cassados em algumas escolas: protestavam contra a cassação de um colega, deixando sua cadeira vazia, na classe onde estudava, com flores em sua homenagem (42).

Algumas tentativas de revogação do Decreto foram feitas à nível do Congresso Nacional. Em 1970, o deputado Oscar Pedroso Horta, líder do MDB na Câmara, apresentou projeto pedindo a sua revogação, por considerá-lo "uma aberração ~~jurídica~~ jurídica inaceitável e cerceadora do tipo de vivência que deve caracterizar a formação do universitário". O projeto foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e arquivado. Posteriormente, a mesma iniciativa foi tentada pelo Deputado Marcos Freire, que igualmente não obteve sucesso.

Em 1971, o deputado J.G. de Araújo Jorge, percebendo que a revogação do Decreto naquele momento seria im-

41. Ibid.

42. Cf. Vários, op. cit. p. 94.

possível, elaborou projeto que autorizava os punidos a plei-
teram a revisão ou a instauração regular de processo e, em
alguns casos, previa a autorização de pedido de indulto pre-
sidencial. Seu projeto também foi rejeitado pela Comissão de
Constituição e Justiça e pela de Educação e Cultura (43).

Os estudantes continuaram lutando contra o
477, apesar de todas as restrições impostas. Em 1972, o en-
tão Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, quando questio-
nado sobre a legitimidade do 477, declarava: "Somente os es-
tudentes subversivos, os terroristas que desejam derrubar o
regima e não apenas fazer oposição a atos isolados do gover-
no, serão punidos pelo Decreto-Lei nº 477" (44). Jarbas Pas-
sarinho, quando Ministro, aplicou o 50 vezes o 477 (45).

Em agosto de 1979, o Decreto-Lei 477 foi revo-
gado através da Lei nº 6 680 (46). Entretanto, a ameaça que
ele representava para os estudantes continuou existindo mem-
so depois de sua revogação, à medida que várias universida-
des brasileiras incorporaram, em seus regimentos internos,
muitos de seus dispositivos, tornando assim desnecessária a
sua aplicação. Exemplos dessa incorporação podem ser encon-
tradas, segundo um levantamento feito pelo MEC, nos novos

43. Cf. Jornal da Tarde, 26 de outubro de 1973.

44. O Estado de São Paulo, 15 de setembro de 1972.

45. Cf. O Estado de São Paulo, 4 de março de 1979.

46. Cf. O Estado de São Paulo, 2 de outubro de 1979.

regimentos das universidades federais do Espírito Santo, Goiás, Amazonas, Ceará, Juiz de Fora, Pernambuco, Piauí e Universidade de Brasília (47).

Mesmo em São Paulo, onde o 477 foi menos utilizado, vários alunos são ainda punidos ou expulsos com base nos regimentos internos.

Para comprovar isso, o senador da ARENA e ex-Ministro da Educação do Governo Médici, Jarbas Passarinho, declarou, em maio de 1978, que a extinção do 477, em termos de legislação estudantil, não alteraria nada (48).

2.2.2. A Continuação do XXXº Congresso da UNE: Eleição da Nova Diretoria.

Depois da derrota sofrida em Ibiúna, os estudantes que não se encontravam presos organizaram-se no sentido de reorganizar o XXX Congresso que deveria eleger uma nova diretoria e elaborar uma nova "Carta" que contivesse a linha política da entidade.

Surgiram na ocasião três propostas: tentar fazer um novo Congresso Nacional, eleger a nova diretoria, através do voto direto, ou fazer Congresso Regionais.

47. Cf. O Estado de São Paulo, 4 de março de 1979.

48. Ibid.

Um precário Conselho Nacional (49) realizado em São Paulo optou por realizar Congressos Regionais, que foram coordenados por uma diretoria provisória, composta pelos três candidatos à presidência da UNE, desde Ibiúna.

Bernardino Figueiredo, pouco antes da edição do AI5, se referia a essa nova tática de reuniões regionais dos delegados estaduais, sem o encontro nacional, como sendo "uma resposta à repressão e uma forma de fazer de uma derrota uma meia derrota", além disso afirmava que a realização do XXXº Congresso seria politicamente importante, pois daria "à ditadura uma demonstração de que o movimento estudantil não se resume em alguns nomes" (50).

Depois de realizados os Congressos Regionais em todos os Estados, com os delegados escolhidos por faculdade e a eleição do novo presidente da UNE, foram indicados dois delegados de cada Estado para compor o Conselho da UNE, que, em abril de 1969, fez a apuração final e passou a presidência à chapa "Unidade e Luta", presidida por Jean Marc Van Der Weid.

Disputavam a presidência da UNE em Ibiúna três chapas: a "Unidade e Luta" presidida por Jean Marc, apoiada por Luís Travassos, que defendia as manifestações de rua; a "Nova UNE", presidida por José Dirceu/Bernardino Figueiredo,

49. Cf. Depoimento de Jean Marc Von Der Weid. In: Vários, op. cit. p. 86.

50. Cf. Veja, 11 de dezembro de 1968, p. 18.

que contava com o apoio de Wladimir Pflmeira e que defendia a luta reivindicatória dentro da Universidade; e a chapa "Integração e Luta", presidida por Marcos Medeiros, cuja linha política coincidia com a dos "travassistas", mas divergia na prática por se considerar menos "radical" (51).

Os Congressos Regionais, realizados em todo o país, foram clandestinos, e, com exceção do Congresso do Paraná, onde todos os participantes foram presos (52), os demais conseguiram chegar ao final. O de São Paulo, realizado de forma aberta, antes da promulgação do AI5 e do 477, na Cidade Universitária da USP, em Campinas e em Ribeirão Preto, contou com a participação de 180 delegados (53).

A tática de Congressos Regionais para a continuidade do XXXº Congresso da UNE mostrou-se correta para a ocasião, pois seria absolutamente impossível dada as condições do momento, um novo Congresso Nacional. Entretanto, segundo a visão de Jean Marc "esse processo de fracionamento do Congresso Nacional contribuiu para debilitar a entidade. A troca de experiências, a globalização de debates e a afir-

51. Jean Marc Von Der Weid. In: Vários, op. cit. p. 86.

52. Cf. Andres Castilho (Org.). Apesar de Tudo UNE Revista: elementos para uma história da UNE, São Paulo, Edições Guaraná e DCE-Livre USP "Alexandre Vanuchi Leme" s.d., s.p.

53. Cf. VEJA, 11 de dezembro de 1968, p. 18.

mação das tendências e lideranças nacionais, que constituem os eixos do fortalecimento de uma entidade que pretende dirigir um movimento unificado em todo o país, foram prejudicados" (54).

O processo de eleição, penoso e demorado, realizou-se de novembro de 1968 a março de 1969. E, em abril, um Conselho, conhecido como, "Conselho de Posse", presidido por José Arantes, (Travassos ainda se encontrava na prisão) reconheceu a vitória, por estreita margem de votos, da chapa "Unidade e Luta". A nova diretoria empossada era composta por um presidente, Jean Marc Von Der Weid, e 9 vice-presidentes: Honestino Guimarães, presidente da Federação dos estudantes de Brasília; José Genuíno Neto, presidente do DCE do Ceará; Helenira Rezende, do Centro Acadêmico de Letras da USP, Gildo Macedo Lacerda, presidente do DCE de Minas Gerais; Humberto Câmara, da UEE de Pernambuco; Ronald Rocha e José Carlos da Matta Machado (55).

2.2.3. A retração do Movimento Estudantil

A última diretoria da UNE foi duramente perse-

54. Cf. Vários, op. cit. p. 86.

55. Cf. Luis Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves, op. cit. p. 14.

guida pelos órgãos de repressão. Devido a isso, era obrigada a atuar na clandestinidade, usando nomes falsos e reunindo-se em "aparelhos".

Como a maioria tinha prisão decretada, numa tentativa de driblar a repressão, os membros da diretoria procuravam atuar fora de seus estados de origem, mas, assim que suas presenças eram detectadas pelos órgãos de segurança, as perseguições recomeçavam.

O simples fato de ir a uma faculdade exigia todo um esquema preventivo, constituindo-se numa verdadeira operação de segurança. Eram comuns, na época, as aparições inesperadas da diretoria da UNE em determinadas escolas, ou a participação da diretoria em determinados eventos, sem a identificação do diretor e da entidade representada. Era uma tentativa de provar que a UNE continuava existindo e lutando, apesar do fortalecimento da repressão. Entretanto, isso pouco contribuía para a organização dos estudantes.

Jean Marc foi preso no Rio de Janeiro, em setembro de 1969, e em janeiro de 1971 foi banido do país em troca do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, sequestrado em dezembro de 1970 por guerrilheiros urbanos.

Para assumir a presidência da UNE, foi indicado Honestino Guimarães, que ficou na presidência até outubro de 1973, quando foi preso no Rio de Janeiro, e nunca mais foi visto. Seu nome consta das listas de desaparecidos de várias organizações de defesa a presos políticos.

Acusado de participação nas atividades na Ação Popular (AP), condenado em maio de 1971 pela Justiça Militar de São Paulo, e constantemente perseguido, Honestino Guimarães, antes de ser preso, escreveu um documento pessoal e político chamado "Mandado de Segurança Popular" (56), onde denunciava as ameaças que vinha sofrendo. Afirmava no documento: "A minha situação atual é de uma vida na clandestinidade forçada, há quase cinco anos. Neste tempo sofri vários processos, alguns já julgados. O resultado desses julgamentos marca com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição da qual sou objeto. Nada menos de vinte e cinco anos em cinco processos. Todos eles, menos um, referentes à minha participação nas lutas estudantis em 1968"

Honestino afirmava ainda em seu "Mandado" que não se entregaria a justiça, pois "não reconheço como 'justiça' o grau de distorção a que se chegou nesse terreno. A justiça a que recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo o mundo". Além disso, em seu documento, Honestino criticava as ações armadas de pequenos grupos, como assaltos a bancos, atentados e seqüestros, pois, segundo pensava, "revelam apenas um radicalismo inconsequente que não leva a nada que não à radicalização artificial da repressão", mas refutava a acusação de "terrorista", "uma

56. Ver a íntegra desse documento. In: Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves, op.cit. p. 16-18.

vez que os verdadeiros terroristas estão no poder e usam do terror para aí se manterem" .

A repressão também atingiu com violência os demais componentes da diretoria: José Carlos da Mata Machado e Gildo Lacerda foram presos na Bahia em 1973, e segundo os órgãos de segurança, morreram em tiroteio; Humberto Albuquerque Câmara Neto também consta da lista de desaparecidos; José Genuíno Neto e Helenira Rezende de Souza Nazareth optaram pela guerrilha, engajando-se na do Araguaia. Ela foi morta em combate e ele preso em 1972.

Apesar da intensa repressão e da precária organização dos estudantes, estes conseguiram, em 1969, organizar uma campanha a nível nacional contra o enviado especial de Nixon, Nelson Rockefeller, em visita ao Brasil.

Nelson Rockefeller já havia sido repudiado pelas esquerdas de todos os países da América Latina por onde passara. No Brasil, os estudantes organizaram a "Semana Rockefeller"(57). Em São Paulo, enquanto o enviado de Nixon esteve na cidade, foram realizadas três manifestações. Em uma delas, no centro da cidade, a bandeira norte-americana foi queimada por Honestino Guimarães, depois de um discurso.

Na Guanabara, numa ação conjunta a UNE e o movimento secundarista, planejaram passeatas, comícios-relâmpagos, pichações e panfletagens. Foi também realizada uma passeata, a última daquele período, pela Avenida Copacabana, onde "os quinhentos derradeiros gatos-pingados do movimento estudantil, liderados pelo Jean Marc e pelo Muniz, irrompe-

57. Alfredo Sirchia, op. cit. p. 120

ram, entre os carros, na hora do 'rush'. A manifestação durou meia hora e dispersou sem contratempos. Mas a reação das calçadas já não era a mesma de 68. Ninguém aplaudia, nada de papel picado. Alguns olhavam assustados, outros fingiam que nada viam e passavam apressados para sair das imediações" (58).

Os estudantes não haviam ainda se dado conta de que a conjuntura político-econômica do país havia mudado e de que aquele momento era extremamente desfavorável aos movimentos de massa.

A nível interno, o Movimento Estudantil se deparou, na sua re-articulação pós AI5, com a "velha" questão de 68, ainda não resolvida, ou seja, como articular a luta específica com a luta política mais ampla da sociedade.

Em relação a essa questão, os estudantes continuavam divididos. Uns defendiam um "recuo tático do movimento estudantil", que previa o funcionamento da UNE através de executivas nacionais por áreas de estudo, como forma da entidade sobreviver no período de maior repressão; outros entendiam que: um recuo enfraqueceria a entidade, e portanto, defendiam a luta política de caráter mais geral (59).

58. Ibid.

59. Cf. Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op.cit. p.15.

A segunda posição saiu vitoriosa e foi de acordo com essa ótica que as manifestações contra Rockefeller foram convocadas.

Note-se que essa posição era resultante de uma incorreta análise da correlação de forças daquele momento. A maioria das tendências estudantis ainda tentava manter o movimento nos mesmos moldes dos anos anteriores (60).

As consequências dessa análise equivocada eram extremamente onerosas para o movimento estudantil (prisões, fechamentos de DAs. e CAs, punições pelo 477, etc.).

De acordo com o depoimento de Jean Marc, no primeiro semestre de 69, as possibilidades de ação política, e de manifestações no interior das universidades ainda eram razoáveis. Variavam de região para região e dependiam muito da atitude de reitores e professores, acrescentando que "em muito casos, estou convencido que a nossa atuação mal dosada precipitou e facilitou o trabalho da repressão" (61).

Na USP, mesmo depois do AI5, houve certa resistência da comunidade acadêmica e o processo de discussão da Reforma Universitária pode prosseguir.

Graças à ação enérgica do reitor em exercício, Professor Hélio Lourenço de Oliveira, que, opondo-se as interferências policiais dentro da USP, buscou a colaboração dos grupos mais empenhados na democratização da universida-

60. Jean-Marc Von Weid. In: Vários, op.cit. p. 88.

61. Ibid.

de, esse período de discussão e liberdade, com o envolvimento e a participação de todos os departamentos, através das comissões paritárias, ficou conhecido como "Primavera na USP" (62).

Entretanto, a "Primavera na USP" foi interrompida por um decreto de 25 de abril de 1969, que, com base no AI5, aposentava compulsoriamente, com os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, diversos intelectuais e três professores da USP (Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e João Batista Villanova Artigas), num total de 42 pessoas (63).

O decreto presidencial, além de arbitrário, continha um erro flagrante. Aposentava "nos cargos que ocupam nos órgãos da Administração Pública Federal" três professores de uma Universidade Estadual (64).

Essas aposentadorias provocaram vários protestos na Universidade, inclusive por parte do reitor que enviou telex ao Ministro da Educação, solicitando que este intercedesse junto ao governo federal com o intuito de obter a revogação do Decreto.

A resposta do governo federal não tardou. Um

62. Cf. depoimento de Hélio Lourenço de Oliveira. In: ADUSP, op. cit. p. 42-47.

63. ADUSP. op. cit. p. 38.

64. Ibid., p. 39

novo decreto, datado de 19 de abril de 1969, elaborado especialmente para a USP, aposentava ou demitia, quando fosse o caso, 23 professores, além do próprio reitor, Professor Hélio Lourenço de Oliveira (65).

As aposentadorias e demissões com base no AI5, as punições pelo 477, as constantes perseguições e prisões dos estudantes, enfim, o total controle das universidades e da sociedade civil pelo grupo no poder acabou por criar um clima de insegurança e impotência generalizado, que, além de funcionar como fator coibitivo, serviu também para reforçar, em alguns setores estudantis, a crença de que a única alternativa que se colocava à oposição era o enfrentamento do governo através das armas, uma vez que as formas de participação legal encontravam-se totalmente fechadas.

2.2.4. A Dialética Repressão - Resistência: O Caso USP

Toda sociedade civil, principalmente as universidades, vivia nesse período a fase mais violenta da repressão policial. O aparelho repressivo, tornando-se onipotente e onipresente, invadia universidades, prendia estudantes e professores. Alguns eram retirados à força das salas de aulas, na maioria das vezes, com a conivência da administração das universidades, que se encontrava controlada e domesticada pelos sucessivos expurgos. A imprensa, impedida pela censura, nada noticiava.

65. Ibid: p. 40.

Das entidades estudantis, as únicas que tinham existência legal eram os Diretórios Acadêmicos, que, segundo Geraldo Siqueira Filho, eram os "Últimos moicanos", e mesmo assim, por qualquer motivo, eram fechados pelos órgãos de segurança. Na USP, o DCE vivia na mais absolutamente clandestinidade: deixavam-se panfletos sobre as carteiras antes de começarem as aulas e ninguém se identificava como membro (66). Apesar disso e das constantes invasões do "campus" pelos órgãos de segurança, havia uma certa resistência.

Quando a participação via DCE tornou-se impossível devido à clandestinidade imposta a seus membros, que em sua maioria pertenciam a A.L.N., foi criado, em 1971, o Conselho de Presidentes de Centros Acadêmicos (C.P.C.A.).

A luta do C.P.C.A. concentrava-se, no interior da Universidade, em torno de questões específicas dos estudantes. Segundo Geraldo Siqueira Filho, o C.P.C.A. desempenhava, junto aos estudantes, um papel assistencialista: imprimia apostilas, projetava filmes, organizava murais, campeonatos de ping-pong, promovia discussões sobre os cursos, "calouradas", e principalmente

66. Entrevista de Geraldo Siqueira Filho ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)-IFCH-UNICAMP, em 2 de julho de 1986. Geraldo Siqueira Filho, ex-deputado estadual do PT, foi presidente do CA de Geografia da USP, de 1971-1976 e integrante da primeira diretoria do DCE-Livre "Alexandre Vanuchi Leme", em 1976 e re-eleita em 1977.

promovia muitas festas, "cervejadas", "pingadas" e grandes festas juninas. Essa era a única forma de atuação possível naquele momento (67).

As prisões e as torturas de estudantes eram frequentes, mas os centros acadêmicos não podiam denunciá-las, pois isso significava o seu fechamento.

O C.P.C.A., que posteriormente tornou-se Conselho dos Centros Acadêmicos (C.C.A.), promoveu uma "calourada" para o início do período letivo de 1972. Para tanto foi organizado um protesto contra as precárias instalações da Faculdade de Filosofia, que funcionava provisoriamente nos barracões da Cidade Universitária, desde sua transferência da rua Maria Antonia, para o "campus". O protesto consistia de uma "solenidade" simbólica do lançamento da pedra fundamental do novo prédio seguida de uma "choppada".

Na verdade, tratava-se de uma anti-solenidade, o lançamento, irreverente e irônico, da pedra fundamental do prédio. Foram enviados convites para os jornais e programas de televisão, sob censura prévia, que, pensando tratar-se de uma iniciativa oficial da Universidade de São Paulo, divulgava-os e parabenizava a universidade (68).

67. Ibid.

68. Ibid.

A "solenidade" contou com a presença de cerca de três mil estudantes e transcorreu num clima de festa, apesar do intenso policiamento feito, com armas pesadas, pela OBAN e pela Polícia Militar (69).

Ainda em 1972, depois da prisão de alguns estudantes do curso de História e da Escola Politécnica, os Centros Acadêmicos resolveram assumir os riscos e denunciar as prisões, mas apenas seis Centros Acadêmicos assinaram a nota de denúncia; as demais entidades, temendo o fechamento ou o afastamento que essa atitude poderia provocar na massa estudantil, não assinaram o documento.

A iniciativa de denunciar as prisões e torturas gerou grande polêmica na USP. O PCB e a ALN, não concordavam com as denúncias das prisões políticas, porque acreditavam que isso atrairia a repressão, além disso poder-se-ia perder o "espaço" do C.A.

Entretanto, os C.A.s ligados à AP, ao PC do B, aos grupos trotskistas e os "independentes", denunciavam as prisões em manifestos, murais, panfletos e, principalmente, nas salas de aulas.

69. Cf. descrição da "solenidade" de lançamento da pedra fundamental do prédio da Faculdade de Filosofia. In: Geraldo Siqueira Filho, entrevista ao Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH-UNICAMP, 2 de julho de 1976.

Geraldo Siqueira Filho relata essa experiência da seguinte maneira: "nós íamos às salas de aulas denunciar as prisões e era um silêncio terrível. Chamávamos os caras da OBAN de torturadores e assassinos e saíamos ouvindo os próprios passos. O terror ocupava todo o espaço" (70).

Manifestos denunciando as prisões políticas, assinados por DAs eram enviados aos jornais, que, por estarem sob censura prévia, dificilmente os publicavam. Mesmo assim, em agosto de 1972, o jornal O Estado de São Paulo publicou um manifesto dos estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, denunciando a prisão de um de seus diretores, e o Jornal do Brasil, em março de 73, publicou um manifesto assinado por vários C.A.s protestando contra a prisão de Maria Rosa Bonfiglio, estudante de História da USP (71).

Em junho de 1972, foi criado o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), numa reunião com dezessete, dos vinte e seis CAs existentes na USP.

O CCA, retomando a luta pelo ensino público e gratuito, depois de imprimir um bem fundamentado caderno especial sobre o tema, realizou em novembro, um plebiscito, em que mais de noventa por cento dos estudantes consultados se

70. Ibid.

71. Cf. O Estado de São Paulo, 30 de agosto de 1972 e Jornal do Brasil, 14 de março de 1973.

manifestaram contra o ensino pago, que estava sendo defendido pelo Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. O Ministro, contestando o plebiscito pelos órgãos de comunicação deu ampla divulgação ao assunto, que se tornou polêmica nacional (72).

No final desse ano e em 1973, os estudantes encontraram uma forma alternativa para a continuidade do movimento estudantil. Numa tentativa de estabelecer uma coordenação inter-estadual, foram realizados os primeiros encontros por áreas de estudo (engenharia, medicina, etc.) que prosseguiram nos anos posteriores. Nesses encontros, as discussões giravam em torno de questões específicas do curso. Discutia-se, por exemplo, a função social de cada área profissional (73).

72. Entrevista de Geraldo Siqueira Filho à AEL, já citada.

73. Entrevista de Vera Silvia P. Paiva (Veroca), à arquivo Edgard Leuenroth-IFCH-UNICAMP, em 20 de junho de 1986. Veroca é filha do ex-deputado Rubens Paiva, assassinado pela repressão em 1971. Foi integrante do CA de Psicologia em 1975. Fez parte da primeira Diretoria do DCE-Livre Alexandre Vanuchi Leme em 1976, re-eleita em 1977. Participou da coordenação do Movimento Secundarista em 1977 e da reconstrução da UNE em 1979.

No início do período letivo de 1973, ocorreram novas prisões. Foram presos, naquele momento principalmente elementos pertencentes a organizações clandestinas como Honestino Guimarães, último presidente da UNE, ligado à AP, dado como "desaparecido" pelos órgãos de repressão, e Alexandre Vanuchi Leme, estudante de geologia da USP, pertencente a A.L.N.. Essa organização tinha grande penetração na Geologia da USP (74).

Ainda segundo Geraldo Siqueira Filho, o Alexandre V. Leme, "Minhoca", era uma pessoa conhecidíssima e muito querida na USP. Não era clandestino. Além de ser muito estudioso, era um dos melhores alunos da escola, foi o primeiro colocado no vestibular, era representante dos alunos na Congregação. Além disso, o que o tornava mais conhecido era o fato de pertencer a "Geo-Samba", a Escola-de-Samba da Geologia".

Sua morte foi um grande trauma para a USP, que já ~~convivia~~ ^{convivia} com prisões e invasões do "campus" desde 71. "Quando mataram o 'Minhoca', a rebelião foi completa. Foi uma coisa impressionante, porque a repressão era forte. Na Biologia, baixaram a bandeira brasileira do mastro e ergueram uma bandeira negra. Em vários lugares da USP surgiram bandeiras negras. Começou a pipocar o negro na USP... Agentes dos DOPS e da OBAN, que ocuparam o 'campus', retiravam

74. Cf. Geraldo Siqueira Filho, já citado.

as faixas colocadas pelos alunos" (75).

Alexandre Vanuchi Leme foi morto na OBAN, no dia 17 de março de 1973, embora a versão oficial para o caso tenha sido a de "atropelamento" quando tentava fugir, depois de cobrir um "ponto" com um companheiro da ALIN.

Existem vários depoimentos de presos políticos da época afirmando que ele foi torturado durante dois dias até sua morte (76). Na verdade, sua morte foi um "acidente" de tortura. Operado da vesícula recentemente, sofrendo torturas, teve hemorragia interna e não resistiu (77). O corpo do estudante nunca foi entregue a família, mas através das poucas informações obtidas souberam que ele foi enterrado como indigente.

A missa de sétimo dia de morte de Alexandre V. Leme, celebrada pelo Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, na Catedral da Sé, reuniu cerca de quatro mil pessoas e transformou-se em uma grande manifestação de protesto. D. Paulo, durante o sermão, chamava a repressão a devolver o corpo, afirmando: "até de Cristo devolveram o corpo..." (78).

75. Ibid.

76. Cf. Arquidiocese de São Paulo, op.cit. p. 254-256.

77. Geraldo Siqueira Filho, já citado.

78. Ibid.

A Praça da Sé foi tomada por centenas de policiais armados e fotógrafos da Polícia. Havia franco-atiradores nos altos dos prédios. Ao final da celebração, à saída da missa, cerca de trinta estudantes foram presos. A TV Gazeta, a serviço da OBAN, filmava, um a um, os participantes da missa. Essas imagens eram transmitidas para um ônibus da TV Gazeta, fora da Igreja, ocupado por elementos da OBAN, que identificava os procurados e os prendia à saída da missa (79).

As prisões continuaram durante todo o ano de 1973. Ainda segundo o depoimento de Geraldo Siqueira, foram efetuadas mais de cinquenta prisões (80). Com as sucessivas ondas de prisões, houve um declínio no movimento estudantil, que só voltou a se organizar no ano seguinte.

Em 1974, foi criado o Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP), que contava com departamentos jurídicos e de propaganda e arrecadação (81).

Nessa ocasião, houve grande mobilização dentro da USP. Foram realizadas várias concentrações e assembleias nas faculdades de Ciências Sociais, Arquitetura, História e Geografia, para protestar contra as recentes prisões nessas

79. Ibid.

80. Ibid.

81. Ibid.

unidades. Além das concentrações e assembléias, os estudantes "pichavam" os ônibus que saíam da universidade. Mas, poucos conseguiram trafegar "pichados", pois eram impedidos pela Polícia Militar na saída do "campus".

A última concentração, foi marcada para a Faculdade de História e Geografia. A repressão bloqueou a entrada da Cidade Universitária, esvaziou a universidade e cortou a luz (82).

2.2.5. Uma Alternativa se Coloca: a Luta Armada

"Ao povo oprimido só lhe resta um caminho: o da luta armada longa e paciente. O futuro pertence-se-lhe, e o momento histórico exige, dos que podem constituir a sua vanguarda, a firme determinação de empunhar uma arma e lutar" (Carlos Lamarca).

Até 1950, a esquerda brasileira aglutinava-se em torno do Partido Comunista do Brasil (PCB) fundado em março de 1922 por Astrogildo Pereira.

82. Maiores informações sobre essa concentração. Cf. Geraldo Siqueira Filho, já citado.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) realizado em 1956 aprovou, entre outras teses, a "transição pacífica" para o socialismo e a "coexistência pacífica" entre socialistas e capitalistas.

Essas teses foram imediatamente aceitas pelo Partido Comunista do Brasil, o mesmo não ocorrendo com o Partido Comunista da China, que, sob o comando de Mao Tsé Tung, estava interessado em trilhar caminho próprio, descobrir novas formas para ao socialismo, livre de interferências externas.

Em fevereiro de 1961, a direção do Partido Comunista do Brasil modificou seu nome para Partido Comunista Brasileiro. Isto porque o argumento usado pela repressão para cassar o Partido, em 1947, havia sido o de que o nome original do Partido deixava entrever que este era parte de uma organização internacional, sendo o "do Brasil" uma mera seção desta.

Em 1962, aprofundando a crise porque passava o Partido Comunista no Brasil, onde parte de sua cúpula defendia a União Soviética, e parte a China, um grupo de dirigentes, formado por João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois e Diógenes Arruda Câmara, rompeu definitivamente com o Partido, que, segundo estes, estava assumindo posições "revisionistas" e "direitistas", constituiu um núcleo dissidente e passou a defender as posições do Partido Comunista Chinês.

Na ocasião, o grupo dissidente adotou o antigo

nome do Partido (Partido Comunista do Brasil - PC do B), por haver discordado de sua mudança em 1961. Segundo eles, a mudança de nome representava claramente o distanciamento das posições revolucionárias e proletárias de sua origem.

Além dessa dissidência, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) sofreria outras, fruto da luta interna porque passou o Partido a partir de 1966. As divergências se acentuavam a partir das análises do fracasso da esquerda por ocasião do golpe de 1964 e das discussões sobre as possibilidades de luta armada como forma de libertação para a América-Latina, desde a vitória da Revolução Cubana em 1959.

Com exceção do PCB, que rejeitava a luta armada e defendia um recuo político para a sobrevivência e manteve-se fiel ao princípio de "transição pacífica para o socialismo", as várias organizações dissidentes adotaram a luta armada guerrilheira como meio de chegar ao poder.

Esses grupos da esquerda armada, chamada por Daniel A. Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, de "Nova Esquerda", originaram-se de cinco troncos principais:

"O primeiro é formado pela ORM-POLOP e pelas organizações que se formaram sob sua inspiração ou derivadas de suas cisões e dissidências: os Comandos de Libertação Nacional (COLINA); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que integraria também elementos provenientes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), inspirado pela corrente política liderada pelo então Deputado Leonel Brizola; o Partido Operário Comunista (POC), resultante da fusão da ORM-

POLOP com a Dissidência Comunista do Rio Grande do Sul, originária do PCB. Do POC, abalado por golpes da repressão e por dissensões internas, surgiria a Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO), da qual se destacaria pouco depois a Fração Bolchevique, e a tendência Combate do POC, formada no exterior e que não conseguiria êxito em suas tentativas de implantação no Brasil.

Da Ação Popular - AP - surgiria o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). A AP perderia muitos militantes no processo de sua conversão em organização marxista-leninista, o que se consumaria com a fundação da Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML). Um pouco mais tarde, a maioria de seus quadros se integraria no Partido Comunista do Brasil (PC do B).

O PC do B seria formado a partir da luta política no interior do PCB, constituindo um tronco próprio, do qual seriam provenientes a Ala Vermelha do PC do B (PC do B-AV), e o Partido Comunista Revolucionário - PCR. Da primeira originar-se-ia o Movimento Revolucionário Tiradentes - MRT.

As divergências no interior do PCB, posteriores a 1964, provocariam o surgimento de um novo tronco, subdividido ainda no processo de luta interna em duas seções: as Dissidências e a Corrente. As Dissidências gerariam várias organizações regionais. Registramos as mais significativas: a do Rio Grande do Sul se integraria à ORM-POLOP para formar o POC; a de São Paulo ingressaria na Ação Libertadora

Nacional (ALN); a da Guanabara formaria a Dissidência Comunista da Guanabara - DI-GB, que, mais tarde, assumiria o nome de Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8); a do Rio de Janeiro formaria o Movimento Revolucionário 8 de outubro, liquidado pela repressão em 1969 e que teria seu nome retomado pela DI-GB. A Corrente daria origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR e à Ação Libertadora Nacional (ALN), da qual surgiria o Movimento de Libertação Popular - MOLIPO.

Registramos ainda mais um tronco, representado pela corrente que reivindicaria o legado teórico do Trotskismo, e cuja expressão organizada é o Movimento Estudantil 1º de maio, mais tarde convertido em Organização Comunista 1º de maio.

Restaria mencionar as experiências do Movimento de Ação Revolucionária (MAR), formado por militantes provenientes do PCB e do MNR e da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares - VAR-PALMARES - resultante da fusão de organizações, grupos e militantes provenientes da ORM-POLOP, MNR, AP e CPB" (83).

83. Ver Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, Imagens da Revolução - documentos políticos das organizações clandestinas da esquerda dos anos 1961-1971, p. 13-14.

A obra traz também as fichas históricas de cada uma dessas organizações.

De todas as organizações que deflagraram a guerrilha urbana entre 1968 e 1973, a de maior expressão e que contava com maior número de participantes foi a Ação Libertadora Nacional (ALN), fundada em 1967 por Carlos Marighella, depois deste ter rompido com a direção do PCB da qual fazia parte (84).

A ALN, que funcionava basicamente no eixo Rio-São Paulo, foi responsável por inúmeras ações armadas com vistas a levantar fundos para a guerrilha rural, objetivo maior da luta. Dessa luta armada no campo, deveria nascer um Exército de Libertação Nacional, que, segundo Marighella iria derrotar a ditadura militar.

No dia 4 de setembro de 1969, no período que Costa e Silva havia sido afastado do poder por motivo de saúde e a Junta Militar governava o país, a ALN com o MR-8 sequestraram, no Rio de Janeiro, o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick (85).

Esse foi o primeiro sequestro de um embaixador por grupos armados na América-Latina, o que atraiu as atenções do mundo todo para a luta armada no país.

84. Sobre a trajetória de Marighella do PCB à fundação da ALN ver Frei Beto, Batismo de Sanque - os dominicanos e a morte de Carlos Marighella, p. 3-42.

85. Sobre o sequestro do embaixador americano, ver Antonio Caso, op. cit., p. 173-204.

O grupo no poder, pego de surpresa e pressionado pelos Estados Unidos, não teve outra alternativa a não ser atender as exigências dos sequestradores: a divulgação, através de jornais, rádios e TV, de um manifesto e a libertação de quinze presos políticos (86) que deveriam ser levados de avião para o México.

Muito perseguido pelos órgãos de repressão, Marighella acabou sendo assassinado em novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, numa rumorosa operação até hoje obscura, comandada pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Existe forte suspeita do envolvimento da CIA na morte de Marighella, apesar dos órgãos de segurança terem procurado responsabilizar os padres dominicanos pela morte do líder da ALN (87).

Outra organização clandestina que teve grande expressão nesse período foi a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada pelo capitão do Exército Brasileiro, Carlos Lamarca.

86. Ver íntegra do manifesto dos sequestradores e os nomes dos quinze presos políticos. In: Antonio Caso, *op. cit.* p. 201-204.

87. Cf. Frei Beto, *op. cit.* p. 143-185.

Lamarca, em janeiro de 1969, desertou do Exército e, juntamente com um grupo de oficiais e soldados, abandonou sua unidade em Quitaúna, São Paulo, levando grande quantidade de armamentos e munições para a guerrilha (88).

Em outubro de 1969, a VPR começou a organizar no Vale da Ribeira uma área para treinamento guerrilheiro, cujos elementos deveriam, posteriormente, organizar, em regiões diferentes, outros "focos" para o desencadeamento de um vasto processo de guerrilha.

A operação que ficou conhecida como "Guerrilha do Vale da Ribeira" era comandada por Carlos Lamarca. Descoberta pela repressão no começo de 1970, a área foi sitiada pelo Exército, que empregou cerca de dez mil soldados para desbaratá-la (89).

O grupo sob o comando de Lamarca, constituído por sete homens, conseguiu romper o cerco, chegar a São Paulo, com uniformes militares, em um caminhão do exército, que havia sido tomado numa emboscada.

Lamarca foi assassinado no sertão baiano em 1971, depois de intensas buscas (90).

88. Cf. Antonio Caso, op. cit. p. 103-107.

89. Cf. Antonio Caso, op.cit. p. 235-275.

Ver também: Emiliano José e Oldack Miranda, Lamarca, O Capitão da Guerrilha, São Paulo, Global Ed., 1980.

90. Emiliano José e Oldack Miranda, op. cit.

Apesar das perseguições sofridas pela organização e das sucessivas ondas de prisão de seus militantes, a VPR conseguiu manter um forte ritmo de ações armadas.

Em 1970, ela responsabilizou-se pelo sequestro de três diplomatas estrangeiros (japonês, alemão e suíço).

O cônsul japonês Nobuo Okuchi foi sequestrado em São Paulo, em ação conjunta com a ALN, REDE e MRT, no dia 11 de março de 1970 (91). Sua libertação ficou condicionada à liberdade de cinco presos políticos e três crianças pequenas filhos de uma das presas. Entre os presos a serem libertados e enviados ao México, encontrava-se a freira Maurina Borges da Silveira, que havia sido barbaramente torturada por Fleury.

O sequestro do embaixador alemão, Ehrenfried Von Hollebem, foi executado em ação conjunta com a ALN, a 11 de junho no Rio de Janeiro. Na ocasião foram libertados quarenta presos políticos, que foram enviados à Argélia (92).

O último sequestro realizado no país foi o do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher (93), que foi trocado por setenta presos políticos, enviados ao Chile de Salvador Allende. Nessa ocasião, as negociações entre os se

91. Cf. Antonio Caso, op. cit. p. 209-227.

92. Cf. Alfredo Sirkis, op. cit. p. 191-227.

93. Ibid. p. 259-326.

sequestradores e o governo foram extremamente difíceis e só chegaram a termo depois de 40 dias. Os militares adotaram uma tática diferente da adotada nos sequestros anteriores. Não noticiavam os comunicados dos sequestradores, intensificavam as buscas por toda a cidade, enquanto noticiavam através da Imprensa que nenhum contato havia sido feito por parte dos raptos.

Outra importante ação da esquerda armada no período foi a Guerrilha do Araguaia, no sul do Pará, organizada pelo PC do B (94).

Condenando a guerrilha urbana por considerá-la "foquismo pequeno-burguês", o PC do B, a partir do final de 1966, dedicou-se ao deslocamento e fixação de militantes na região do Araguaia, área considerada pela direção do partido como ideal para o surgimento de um futuro "Exército Popular". A partir do AI5, com a intensificação das perseguições, o partido acelerou o deslocamento de militantes clandestinos, principalmente lideranças estudantis.

94. Sobre o assunto ver Palmério Dória e outros, A Guerrilha do Araguaia, História Imediata nº 1, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979. Ver também, Clovis Moura, Diário da Guerrilha do Araguaia, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979.

Já implantados em 1971, os guerrilheiros elaboraram, juntamente com a população local, um programa de vinte sete pontos (95), contendo as principais reivindicações da região. Com base nesse programa, foi organizado um movimento chamado União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP).

Em 1972, o "foco" foi descoberto pelos órgãos de segurança, que para lá deslocaram um enorme contingente do Exército, Marinha e Aeronáutica, que ocupou a área, em sucessivas campanhas que prosseguiram até 1974, numa operação militar que envolveu vinte mil homens.

Uma vez iniciados os combates, o Partido constituiu as "Forças Guerrilheiras do Araguaia" (96).

Em 1974, as "Forças Guerrilheiras" foram totalmente subjugadas pelas tropas do governo. Na ocasião, mais de cinquenta militantes do PC do B foram mortos, além de ter sido desencadeada intensa campanha repressiva contra a população rural desarmada.

95. "Programa de Vinte Sete Pontos da ULDP". In: Palmério Dória e outros, op. cit. p. 77-78.

96. Ver "Regulamento de 32 Artigos das Forças Guerrilheiras do Araguaia". In: Palmério Dória e outros, op. cit. p. 75-77. O regulamento também encontra-se publicado. In: Clovis Moura, op.cit. p. 67-74.

A Guerrilha do Araguaia manteve-se inédita até 1978, quando começou a ser noticiada. Entre 1972 e 1978, a única notícia sobre a guerrilha foi veiculada através do jornal "O Estado de S. Paulo", de 24 de setembro de 1972, seis meses após a chegada do Exército (97).

Todas as organizações de esquerda armada contavam entre seus quadros com elementos egressos do movimento estudantil.

A opção dos estudantes pela luta armada, pode ser explicada primeiramente, pela descrença na possibilidade de a esquerda vir a assumir o poder através da via pacífica. A derrota sofrida pela esquerda em 1964 ainda estava muito presente. Os grupos remanescentes emergiram dessa experiência abalados e desencantados com as discussões teóricas. A partir daí, passou-se por um processo de privilegiar a "prática", a ação. Essa "prática" era entendida como atos contra o grupo no poder que produzissem efeitos imediatos. "Chega de discutir, o negócio é fazer. Esta frase virou quase uma palavra-de-ordem" (98), afirma Alfredo Sirkis, expressando o pensamento da época.

97. Trechos desta reportagem podem ser encontrados. In: Palmério Dória e outros, op.cit. p. 16.

98. Alfredo Sirkis, op. cit. p. 150.

Em fevereiro de 1968, Carlos Marighella, por ocasião da formação do Agrupamento Comunista de São Paulo, afirmava: "Precisamos agora de uma organização clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária, e não para permanecer em discussões e reuniões intermináveis" (99).

A opção pela luta armada explica-se em segundo lugar pelas experiências bem sucedidas de luta armada em outros países, principalmente Cuba e China. O impacto causado por essas experiências em nossa esquerda foi grande. Desde antes de 1964, a Revolução cubana já se impunha como modelo de libertação para a América-Latina. Cuba havia provado que era possível derrotar o capitalismo e o imperialismo.

Através de Guevara e Debray, a esquerda brasileira tomou conhecimento da existência de uma nova alternativa para a revolução: a luta armada desencadeada a partir do foco guerrilheiro. O pensamento generalizado entre os estudantes nessa época era o de "(...) fazer juz ao papel histórico reservado para a nossa geração. Ser a vanguarda armada da revolução na sua fase mais difícil, a centelha que ia incendiar a pradaria, que ia engendrar atrás de si, pela força do exemplo, dezenas, centenas de grupos guerri-

99. Documento do Agrupamento Comunista de São Paulo, divulgado em fevereiro de 1968. In: Frei Beto, op.cit. p. 39.

lheiros, no campo, na periferia nas cidades" (100).

Os "Slogans" "O dever do revolucionário é fazer a revolução", "Para fazer a revolução não se precisa pedir licença a ninguém" e "Só temos compromissos com a revolução" determinavam as ações daqueles militantes.

Além de Cuba, a experiência chinesa também servia de modelo à esquerda armada brasileira. As táticas guerrilheiras desenvolvidas por Mao, como a luta armada no campo, a necessidade da criação de um exército revolucionário e a política de independência com relação à burguesia se colocavam como alternativa à tomada do poder por meio da transição pacífica.

A vitória do Vietnã, que, usando a tática da guerrilha, conseguiu derrotar a grande potência, dos Estados Unidos, também serviu para alimentar, na "Nova Esquerda", a crença de que um punhado de homens bem armados e decididos era suficiente para vencer o inimigo.

Além desses fatores, a conjuntura política pós AI5, com o fechamento total das possibilidades de participação legal, o recrudescimento da escalada repressiva e a clandestinidade forçada muito contribuíram para que os estudantes tomassem às armas para combater o governo.

Em meados de 1973, os grupos ligados a luta armada estavam derrotados. Os erros cometidos por esses gru-

100. Alfredo Sirkis, op.cit. p. 151.

pos foram muitos, mas não me cabe agora analisá-los em profundidade, dada a natureza desse trabalho.

Podemos, entretanto, apontar, como erro flagrante dessas organizações, o sectarismo que imperava entre seus militantes e principalmente o seu distanciamento das massas.

Embora todos os grupos da "Nova Esquerda" tivessem clara consciência, a nível teórico, da importância da participação e do apoio do povo como fator decisivo para a vitória da guerrilha, na prática não se buscou esse apoio e essa participação.

O caráter de vanguarda que esses grupos assumiram acabou por levá-los ao isolamento político e social. Foi uma tentativa de tomada do poder em nome do povo, mas não contou com a participação do povo. A quase totalidade da militância da "Nova Esquerda" pertencia à pequena burguesia e era constituída em sua maior parte por estudantes.

Calcula-se em torno de seis mil o número dos participantes das diferentes organizações de luta armada, enquanto que a população do país na época era de aproximadamente cem milhões de habitantes.

O povo em nome do qual a esquerda armada lutava e dava a própria vida não distinguia os guerrilheiros que lutavam contra um governo opressor dos assaltantes comuns de bancos e dos "terroristas sanguinários e radicais" que os órgãos de segurança, através da propaganda oficial, criavam e divulgavam.

Note-se a ambigüidade e a contradição assumidas pela "nova esquerda" e pelo movimento estudantil quanto optaram pela luta armada como forma de derrubar o poder político. Lutaram em nome do povo, mas não tinham o respaldo popular. Usando um clichê que sintetise essa situação, os estudantes constituíram, nesse momento, uma vanguarda sem retaguarda.

CAPÍTULO III

DA "DISTENSÃO" À "ABERTURA" POLÍTICA (1975-1980)

3.1. O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO:

Com a expressiva vitória do partido de oposição nas eleições de 1974, o grupo no poder, ~~sentindo-se~~ ^{sentindo-se} ameaçado, viu-se na necessidade de alterar a dinâmica eleitoral, sob pena de perder o controle do poder político.

O objetivo mais imediato eram as eleições municipais de 76, entretanto o grupo no poder temia, o longo prazo, pelas eleições legislativas de 78, quando a oposição, se continuasse crescendo, poderia conseguir maioria no Congresso. Seria possível, então, que tal situação inviabili-

zasse o projeto de "distensão" do governo, que, para se efetivar, necessitava de um Congresso submissivo a seu controle.

Como vimos no capítulo anterior, o debate e as críticas feitas ao governo pela oposição, através do rádio e da televisão, foram decisivas para a vitória do MDB nas eleições de 74. O governo, pretendendo retirar da oposição esse importante recurso, baixou, em julho de 1976, o Decreto-Lei nº 6.639, de autoria do Ministro da Justiça Armando Falcão. A "Lei Falcão", como se tornou conhecida, impedia o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão, além de coibir comícios e concentrações em lugares públicos (1).

A propaganda eleitoral através do rádio e da televisão resumia-se, agora, na enfadonha apresentação do nome, número, currículo e fotografia dos candidatos dos dois partidos.

O governo, a fim de conseguir o controle das Câmaras Municipais e Prefeituras, consideradas de vital importância para ele, por constituírem sua base de sustentação, recorreu ainda a vários outros expedientes: os candidatos da ARENA seguiam as estratégias eleitorais, elaboradas previamente pelo SNI, para os municípios considerados mais importantes; amplas políticas de incentivo foram criadas para os municípios sob o controle do partido do governo, enquanto cortavam-se fundos dos municípios controlados pela

1. Ver texto e análise sobre a Lei In: Veja, 10 de novembro de 1976, p. 23 e Veja, 17 de novembro de 1976, p. 24.

oposição; a chamada "máquina administrativa" dos estados foi colocada a serviço da campanha da ARENA (carros oficiais, combustível, papel, funcionários públicos, xerox, mimeógrafos etc.). Além disso, como seus candidatos não podiam se apresentar na televisão, os ministros, governadores e o próprio chefe do Executivo se encarregavam de apresentá-los à Nação, procurando sempre relacionar a vitória da ARENA com a política de "distensão".

Em seus pronunciamentos, o grupo no poder procurava insistentemente insinuar que uma vitória da oposição poderia significar nova onda repressiva.

A vitória do partido do governo, apesar das vantagens de que gozava, não foi a esperada. Recebeu 15.200.000 votos (cerca de 35%) enquanto a oposição recebeu 12.700.000 votos (30%)(2). O resultado das eleições serviu para confirmar as previsões feitas anteriormente pelo SNI; sem controles eleitorais, a oposição conquistaria a maioria, principalmente nas cidades com mais de 100,000 habitantes e nos estados mais industrializados.

2. Cf. Maria Helena Moreira Alves, op. cit. p.191.

Com o pretexto da rejeição do projeto de reforma do Judiciário do governo pela oposição (3), Geisel fechou o Congresso pela terceira vez desde 64, convocou o Conselho de Segurança Nacional, (constituído por todos os ministros de Estado, o vice-Presidente da República, o chefe do Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica), e, valendo-se dos poderes concedidos pelo AI 5, assinou, em 13 de abril de 1977, a Emenda Constitucional nº 7, instituindo a reforma Judiciária e, no dia seguinte, a Emenda Constitucional nº 8, estabelecendo alterações fiscais, e, principalmente, modificando as regras do jogo eleitoral. Essas medidas ficaram conhecidas como "pacote de abril" (4).

-
3. "O impasse surgido em abril, diante da recusa do MDB em aprovar a reforma do Judiciário, foi a oportunidade encontrada pelo governo para tornar realidade o "pacote de abril", que já vinha sendo discutido pelo menos três meses antes". André Gustavo Stumpf & Merval Pereira Filho, op. cit. p.115. Ver também Hugo Abreu, O outro lado do poder, p. 69.
 4. Ver importante análise do "pacote de abril". In: Walder de Gões, O Brasil do General Geisel, p. 105-111. Esse texto foi originalmente publicado no Jornal do Brasil, no dia 17-04-77, e posteriormente recebeu acréscimos para integrar o referido livro.

A Emenda Constitucional nº 7 à Constituição de 69 (5), que pretendia reformular o Judiciário, foi a fórmula encontrada pelo grupo no poder para atender as exigências dos "linhas-duras", que preconizavam há tempo, medidas permanentes de controle do Judiciário (6). Por outro lado, a Emenda Constitucional nº 8 era fundamental para a sobrevivência do grupo no poder, tendo em vista a ameaça representada pelo fortalecimento do partido de oposição.

A reforma do Judiciário, para ser aprovada, exigia dois terços dos votos de ambas as Casas, em sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados, uma vez que havia sido introduzida como emenda constitucional.

Como o projeto original do governo foi rejeitado pelo partido de oposição, o Senador Accioly Filho, da ARENA, elaborou um substitutivo, que foi então aceito pelo MDB. Entretanto, o governo não aceitou o "Substitutivo Accioly Filho" e forçou a ARENA a rejeitá-lo.

5. Ver Paulino Jacques, As Emendas Constitucionais Números, 7, 8 e 9 Explicadas, Rio de Janeiro, Companhia Editora Forense, 1977.

6. Essa Emenda previa a criação de um Conselho de Magistratura com poderes para disciplinar os juízes e retirava da jurisdição dos tribunais civis, os julgamentos de policiais militares, passando-os para os tribunais militares especiais, composto por oficiais da própria Polícia Militar. „

O MDB, pressionado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), fechou questão e obrigou todos os seus parlamentares a votar contra o projeto do Executivo. Criado o impasse, a única alternativa que restava era a votação do projeto pelo Senado e pela Câmara Federal, em sessão conjunta, no dia 30 de março de 1977. Ao final da votação, o projeto foi rejeitado, por não ter conseguido maioria de dois terços. O resultado final foi de 241 votos a favor e 156 contra (7).

No dia 1 de abril de 1977, Geisel fechou o Congresso Nacional.

Durante o período em que o Congresso permaneceu fechado, Geisel elaborou uma profunda reforma constitucional e, para isso, contou com a colaboração de um número restrito de assessores (8). entretanto, tudo leva a crer que as principais decisões foram tomadas por ele, seus assessores apenas o auxiliaram na elaboração do texto.

7. Cf. Veja, 6 de abril, de 1977, p. 26-27.

8. Cf. Walder de Goes, op. cit. p.110 e Hugo Abreu, op. cit. p.68.

Walder de Góes escreveu em sua coluna de Jornal do Brasil, do dia 17 de abril de 1977: "A concentração do poder constituinte exercido por Geisel só tem paralelo no Império. Mesmo assim, há dúvidas".

(...) Geisel ouviu seus assessores principais em relação à forma das mudanças constitucionais e legais, raramente quanto à essência delas. A criação legiferante foi sua, é obra isolada de sua visão de mundo e de seu voluntarismo. Geisel é, portanto, o constituinte de 1977, com marca de exclusividade que supera a de Getúlio Vargas em 1937 (...)" (9).

As principais medidas propostas pelo "pacote" foram:

Emenda Constitucional efetivando a reforma do Poder Judiciário (a mesma que havia sido rejeitada pelo Congresso); as eleições indiretas dos governadores de Estado, que vigoravam provisoriamente desde 1972, agora passavam a ser permanentes; a criação dos "senadores biônicos" (10),

9. Walder de Góes, op. cit. p. 105

10. "A designação pejorativa ("senadores biônicos") foi criada por humoristas da oposição para sintetizar a idéia de que eram, na realidade, "invencíveis e artificialmente fabricados". Maria Helena Moreira Alves, op. cit. 195.

isto é, senadores escolhidos por via indireta, pelo mesmo colégio eleitoral que escolhia os governadores de Estados. A partir de agora, nas eleições para substituição de dois terços dos membros do Senado, de cada duas cadeiras disponíveis, apenas uma seria preenchida por parlamentar eleito pelo povo, em eleição direta, a outra seria preenchida por um parlamentar escolhido indiretamente. Era a solução definitiva de controle do Senado pelo governo; redução do quorum para votação de emendas constitucionais, em sessão conjunta de ambas as Casas, de maioria de dois terços, para a maioria absoluta; aumento da duração do mandato do Presidente da República, de 4 para 6 anos; extensão da "Lei Falcão" a todas as eleições. Ela havia sido criada inicialmente somente para as eleições municipais.

Embora o "pacote de abril" tenha comprometido a imagem do governo e de sua política de "aperfeiçoamento democrático", ele cumpriu com perfeição o objetivo para o qual havia sido criado. Conseguiu barrar o crescente poder eleitoral do partido de oposição.

Nas eleições de 1978, o partido de oposição conquistou para o Senado, 56,9% dos votos válidos, entretanto, graças aos expedientes criados pelo "pacote de abril", ficou com apenas 9 cadeiras, enquanto o partido, do governo obteve 36 cadeiras. Desse total, 21 cadeiras pertenciam aos "biônicos" "eleitos" através de eleições indiretas nos estados.

Na Câmara Federal, a ARENA venceu o MDB por estreita margem de votos - 50,4% contra 49,5% do MDB. Mas aí também, devido ao "pacote", o governo conseguiu maioria. Ao partido do governo pertenciam 231 cadeiras e à oposição 189.

Embora tenha ficado clara a vitória do partido de oposição sobre o partido do governo, não foi isso o que mostrou o resultado eleitoral (11). O governo, graças ao "pacote de abril", conseguiu a "mágica" de manter a maioria no Congresso, apesar de ter perdido as eleições.

Essa "mágica" governamental chocou até elementos conservadores como o General Hugo Abreu que posteriormente se referiu as eleições de 78 como sendo "um verdadeiro crime contra a Nação. Nunca antes o Governo Federal foi tão acusado de usar de seu poder para fraudar as eleições (...). As eleições de 1978 representam assim, o maior esbulho da vontade popular que já aconteceu no Brasil depois de 1930 (...)" (12).

O período do governo Geisel foi extremamente ambíguo e contraditório. Medidas liberalizantes sucediam-se

11. Cf. Veja de 22 de novembro de 1978, p.19-35, e Veja de 17 de dezembro de 1978. p. 16.

12. Hugo Abreu, op. cit. p. 82.

a medidas repressivas e vice-versa, criando um clima de profunda insegurança e incerteza. Em nome da "distensão", atividades políticas eram permitidas e até estimuladas em determinado momento, para, em seguida, em nome da "segurança interna", serem violentamente reprimidas.

Por trás dessa política contraditória debatiam-se diferentes grupos militares. De um lado, o Presidente e o chamado grupo da "Sorbonne", comandados pelo chefe do Gabinete Civil, General Golbery do Couto e Silva, que tentavam implantar o tímido projeto de distensão política, e de outro, os "linhas-duras", comandados pelo Ministro do Exército, General Sylvio Frota, identificados com a doutrina da segurança interna, que tentavam a todo custo impedir a execução desse projeto.

Os "linhas-duras" sofreriam um duro golpe em outubro de 1977, quando Geisel exonera o Ministro Sylvio Frota e o substitui pelo General Fernando Bethlem, comandante do III Exército. Com essa atitude, Geisel livrava-se também da indesejável candidatura de Frota à Presidência da República (13).

13. Sobre a exoneração do Ministro Sylvio Frota ver Hugo Abreu, op. cit. p. 125-151, Walder de Góes, op. cit. p. 75-101 e André Gustavo Stumpf & Merval Pereira Filho, op. cit. p. 125-138.

Essa política ambígua do governo Geisel e o choque entre diferentes grupos militares ficou particularmente evidente nos anos 75/76, quando importante campanha repressiva foi desencadeada em todo o país e principalmente em São Paulo, em busca de militantes comunistas do PCB e do PC do B. Na ocasião, 2.000 pessoas foram detidas e cerca de 700 permaneceram presas (14).

O maior núcleo repressivo encontrava-se, na ocasião, em São Paulo, onde os militares do DOI-CODI subordinados ao II Exército tinham extrema dificuldade em adaptar-se aos novos tempos. Foi realizado, nessa época, um grande expurgo na Política Militar de São Paulo, com a prisão e tortura de inúmeros integrantes considerados suspeitos e que culminou com a morte, no DOI-CODI de São Paulo, do tenente José Ferreira de Almeida, no dia 8 de agosto de 1975. Sua morte foi explicada oficialmente como "suicídio por enforcamento" (15). A mesma explicação seria dada para outras mortes que ocorreram posteriormente no DOI-CODI paulista.

14. Cf. "The Amnesty International Report, 1975-1976 "Brazil", p. 90-92. In: Maria Helena Moreira Alves, op. cit. p. 203

15. Ver Fernando Jordão, Dossiê Herzog - prisão, tortura e morte do Brasil, p. 114.

A partir de setembro de 1975, houve um recrudescimento da repressão (16). Foi desencadeada em São Paulo, sobre o comando do Secretário de Segurança Pública do Estado, Coronel Erasmo Dias, a "Operação Jakarta" (17), para eliminar os opositores do regime.

Durante a "Operação Jakarta", sob a alegação de infiltração comunista na Imprensa, onze jornalistas foram presos e torturados no DOI-CODI, o que provocou uma série de notas de protestos do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, onde se denunciava a forma ilegal como eram efetuadas as prisões de pessoas com atividade profissional regular, endereço conhecido e vida familiar normal (18).

As perseguições aos jornalistas, principalmen-

16. É dessa época, a lista dos 97 comunistas do General Sylvio Frota. O teor dessa lista só se tornou conhecido em outubro de 77, por ocasião da exoneração desse general do Ministro do Exército. Entretanto, já se sabia da sua existência me 1975. Ver a íntegra dessa lista. In: Jornal do Brasil, 25-11, 1977.

17. O nome é uma alusão à execução de milhares de pessoas, na Indonésia, após a derrubada do Presidente Sukarno. Cf. Fernando Jordão, op. cit. p 192.

18. Cf. Fernando Jordão, op. cit. p. 26.

te da TV Cultura, tiveram início a partir de uma campanha difamatória desencadeada pelo jornalista Cláudio Marques, através de sua "Coluna Um" nos jornais Shopping News e City News, onde denunciava a infiltração comunista na TV Cultura-Canal 2, emissora subvencionada pelo Estado (19).

Foi nesse contexto que foi convocado a depor o jornalista e professor da Universidade de São Paulo, Wladmir Herzog, chefe do jornalismo da TV Cultura.

Wladmir já havia sido procurado pelos agentes do DOI-CODI em sua casa e na TV Cultura no momento em que dirigia a transmissão do telejornal "Hora da Notícia", no dia 24 de outubro de 1975.

Depois de ~~entendimentos~~ ~~entendimentos~~ telefônicos mantidos entre o jornalista da TV Cultura, Paulo Nunes, credenciado no DOI-CODI, com as autoridades competentes, ficou acertado que Herzog se apresentaria no dia seguinte para depor.

No dia 25 de outubro de 1975, Wladmir Herzog, apresentou-se pela manhã, ao DOI-CODI do II Exército, para apresentar declarações. Na tarde daquele mesmo dia, ele morreria, vítima das torturas a que foi submetido.

O DOI-CODI expediu nota oficial explicando que o jornalista havia se enforcado com o cinto do macacão que usava, depois de ter confessado seu envolvimento e do outros jornalistas com o Partido Comunista Brasileiro, e de estar

19. Ibid. p. 177-180.

arrependido de sua militância.

O laudo necroscópico fornecido pelo Instituto Médico Legal (IML), assinado pelo seu diretor, Harry Shibata (20), concluía por "asfixia mecânica por enforcamento" (21).

O corpo foi entregue à família, em caixão fechado, e no velório a presença de agentes do segurança, armados, foi ostensiva.

A morte do jornalista causou indignação e revolta em vários setores da sociedade civil, Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Centros Acadêmicos (os estudantes da USP, com apoio dos professores, entraram em greve por uma semana), o que levou o Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello, a determinar a instauração de Inquérito Policial-Militar (IPM) para apurar "as circunstâncias em que ocorreu o suicídio".

20. Harry Shibata tornou-se tristemente conhecido por assinar laudos falsos para encobrir assassinatos de presos políticos. Foi dele o laudo que confirmava a versão de "atropelamento" do estudante Alexandre Vanuchi Leme e do "suicídio" do tenente Jose Ferreira de Almeida.

21. Fernando Jordão, op. cit. p. 20.

O IPM, presidido pelo General Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, concluiu, em dezembro de 1965, por "suicídio", e em março do ano seguinte, o inquérito foi arquivado.

Em janeiro de 1976, quando o procurador Oscar Queiroz do Prado, do Ministério Público Militar, satisfeito com as provas colhidas, pediu o arquivamento do IPM, a ABI, organizou o Manifesto "Em Nome da Verdade", denunciando a farsa do IPM e exigindo o esclarecimento do crime. Na ocasião, 1004 jornalistas de todo o Brasil assinaram o documento (22).

Em abril de 1976, a esposa do jornalista, Clarice Herzog e seus filhos Ivo e André, entraram na Justiça Federal com ação inédita, em que não pleiteava indenização, mas a responsabilidade da União pela tortura e morte de Wladmir Herzog.

Finalmente, em 27 de outubro de 1978, o juiz Márcio José de Moraes, da 7ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, "declara a União responsável pela prisão, tortura e morte de Wladmir Herzog, considerando imprestável o laudo médico que amparava a versão oficial e afirmando que as autoridades não conseguiram provar que a morte ocorreu por

22. Ver íntegra do Manifesto "Em Nome da Verdade". In: Getúlio Bittencourt e Paulo Sérgio Markum, Dom Paulo Evaristo Arns: O cardeal do povo, p.24-28.

suicídio" (23).

A missa de sétimo dia da morte de Wladmir Herzog, realizada na Catedral de São Paulo pelo Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, auxiliado por dois rabinos (o jornalista era judeu), por Dom Helder Câmara e por mais de vinte sacerdotes, ocorreu num clima de intensa emoção (24). Cerca de 8 mil pessoas participaram do culto no interior da Igreja e outras 30 mil lotaram a Praça da Sé, defronte a Catedral, que foi isolada por tropas do Exército e da Polícia Militar. Desde a manhã, a cidade foi ocupada militarmente e as principais vias de acesso à Catedral foram bloqueadas, causando gigantescos engarrafamentos.

A morte, sob tortura, de Herzog tornou-se símbolo do movimento de defesa dos direitos humanos em todo o País. Entretanto, toda essa repercussão a nível nacional não foi suficiente para barrar a violência do aparelho repressivo.

Em janeiro de 1976, nova morte sob tortura no DOI-CODI de São Paulo. Trata-se do metalúrgico Manoel Fiel Filho, cuja morte em circunstâncias idênticas às anteriores também foi explicada oficialmente como "suicídio".

23. Ver relatos sobre o processo e a ~~sentença~~ ^{sentença} denunciando a farsa do suicídio. In: Fernando Jordão, op. cit. p. 78-87, 161-165 e 21-220.

24. Ibid. p. 72-77.

Essas mortes, além de desgastarem a imagem do projeto de "distensão" de Geisel, significavam uma ameaça ao governo central e ao Estado de Segurança Nacional, à medida que refletiam um fortalecimento dos setores "linhas-duras" sediados em São Paulo.

Percebendo o perigo que isso significava para o seu governo, dois dias após a morte de Manoel Fiel Filho, Geisel, num gesto de força, destituiu o comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello, transferindo-o para a reserva, e em seu lugar nomeou o General Dilermando Gomes Monteiro, tido por alguns com "militar liberal".

Em que pese a fama de "liberal" atribuída ao novo comandante, o aparelho repressivo de São Paulo não foi desmontado, apesar de terem cessado as mortes no interior do DOI - CODI.

Em dezembro do mesmo ano, oficiais do DOI-CODI de São Paulo, invadiram uma casa na Rua Pio XI, no bairro da Lapa, onde se realizava uma reunião clandestina do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que fazia a análise da experiência do Araguaia, matando, no local, dois importantes dirigentes: Angelo Arroyo e Pedro Pomar. Outro dirigente, que também participava da reunião, João Batista Franco Drumond, preso no mesmo local, teve sua morte anunciada pouco depois, como tendo sido "atropelado quando tentava fugir" (25).

25. Cf. Arquidiocese de São Paulo, op. cit. p. 66 e Palmério Dória e outros, op. cit. p. 19.

Na mesma ocasião, vários outros militantes do PC do B foram presos e torturados, entre eles, Haroldo Borges Rodrigues Lima, da Comissão Executiva do Comitê Central (26).

Cumprir notar que, nesse período, foi decisiva a participação de alguns setores da sociedade civil, como a OAB, a ABI, a CNBB, e da Comissão de Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, na defesa dos direitos humanos e no enfrentamento do Estado de Segurança Nacional. Esse enfrentamento era traduzido por um constante questionamento da legitimidade desse Estado e por tentativas de bloquear as investidas do grupo no poder, com vistas a aplicação de medidas coercitivas.

Em 11 de agosto de 1977, o jurista Goffredo Carlos da Silva Telles Junior pronunciou importante discurso, no Largo de São Francisco, em São Paulo, que ficou conhecido como "Carta aos brasileiros", onde fazia distinção entre uma "estrutura legal ilegítima, de estado de exceção" e uma "estrutura legal legítima, de estado de direito" (27).

26. Cf. Haroldo Borges Rodrigues Lima, op. cit. p.64 e 35-36.

27. Ver "Carta aos Brasileiros": Em homenagem ao sesquicentenário dos cursos Jurídicos no Brasil". In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, vol. LXXII, 2º fasc. p. 411-423. Ver também Veja, 17 de agosto de 1977, p. 16.

Esse pronunciamento, aliado aos de outros juristas, e a posição assumida pela OAB foram decisivos para minar a legitimidade da estrutura legal do Estado de Segurança Nacional.

A ação enérgica desses setores da sociedade civil muito contribuiu para um certo recuo do aparelho repressivo. A partir de 1977, não ocorreram novos assassinatos durante interrogatórios, e houve uma diminuição no volume de processos políticos instaurados, apesar da prática da tortura nesses processos ainda ser constante.

Entretanto, o fortalecimento da oposição a nível de política formal e as mudanças na conjuntura política, resultante do projeto de "distensão", impeliram o aparato repressivo a agir de forma clandestina. Iniciam-se, nessa época, ações de terrorismo de direita, em que antigos agentes de segurança, acobertados por novas siglas, reforçam o esquema do "braço clandestino da repressão".

Essas ações terroristas da extrema-direita clandestina iniciam-se em 1976 e atingem seu auge em 1981, quando dois militares do DOI-CODI do Rio de Janeiro sofreram um acidente ao prepararem um atentado a bomba no Centro de Convenções Riocentro, durante um show de música popular, realizado por músicos da oposição, em comemoração ao dia 1º de maio. A bomba explodiu acidentalmente no colo de um sar-

gênto, no interior do carro, matando-o instantaneamente e ferindo-o gravemente seu companheiro, um capitão do I Exército (28).

Em 1976, ocorreram no país 10 atentados a bomba, todos assumidos pela organização clandestina de direita, Aliança Anti-Comunista do Brasil (AAB). As vítimas eram invariavelmente entidades identificadas com as forças progressistas e elementos da oposição. Na ocasião, foram detonadas bombas na sede da ABI no Rio, em agosto de 1976, e no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em São Paulo, em setembro de 1976.

Em dezembro do mesmo ano, o bispo de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, Dom Adriano Hipólito foi sequestrado por homens encapuçados, que, depois de espancá-lo e abandoná-lo num matagal, destruíram seu carro em frente à sede da CNBB.

28. Sobre esse atentado e as investigações que se seguiram, ver farto material na imprensa, particularmente Veja, 6 de maio de 1981, Movimento, 20 de maio de 1981, O Estado de São Paulo, 31 de maio de 1981, Veja, 3 de junho de 1981 e Veja, 8 de junho de 1981.

Em 1977, mais seis atentados a bomba foram cometidos pela extrema direita no país. Em 1978, ocorreram quinze atentados a bomba, principalmente contra o Movimento de Anistia Política de Minas Gerais.

Eram também alvo das bombas da extrema-direita os jornais da chamada imprensa alternativa e as bancas de jornais que os vendiam. Em 1979, uma bomba destruiu as instalações do jornal Em Tempo, em Minas Gerais (29).

Entretanto, a escalada do terror da extrema direita assumiu proporções alarmantes em 1980, quando, ao final do ano, 46 atos de violência haviam sido praticados.

Nesse ano, o jurista Dalmo de Abreu Dallari, da Comissão Aquidiocesana de Justiça e Paz de São Paulo, foi sequestrado e esfaqueado. Em setembro, uma carta-bomba, endereçada a Eduardo Seabra Fagundes, Presidente da OAB, no Rio de Janeiro, explodiu na sede da entidade, matando sua secretária, Lydia Monteiro da Silva (30). No mesmo dia, outra bomba explodiu na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na sala em que trabalhava José Ribamar de Freitas, assessor do vereador Antonio Carlos de Carvalho, do PMDB, deixando-o gravemente ferido e parcialmente cego (31).

29. Sobre os atentados a bomba e suas ligações com grupos de extrema-direita ver Veja, 3 de setembro de 1980, p. 16-24.

30. Cf. Veja, 3 de setembro de 1980, p. 15-24.

31. Ibid.

Apesar dos limites da política de "distensão" e dos ataques terroristas da direita, a partir de 77, a conjuntura política do país começa a alterar-se, passando a caracterizar-se fundamentalmente por um crescimento das lutas populares, enquanto se dá o isolamento político do regime e agravamento da situação econômica.

É nesse contexto que surge o "novo movimento sindical" e as importantes greves de 78-79,80; a reorganização do movimento estudantil, os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), as Organizações de bases seculares e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligadas à Igreja (32).

Em 1978, Geisel iniciou uma política de "diálogo" com a oposição organizada, através do Senador da ARENA Patrônio Portella.

A "Missão Portella" (33), como ficou conhecida, previa uma série de encontros com líderes da OAB, da AB, do MDB, e representantes da CNBB, para procurar levantar e discutir as principais reivindicações da oposição.

32. Sobre os diferentes movimentos de base no país ver Paul Singer e Vinicius Caldeira Brandt (org.), São Paulo: O povo em movimento, Petrópolis, Vozes, 1982.

33. Cf. Veja, 19 de maio de 1976, Veja, 9 de março de 1977. Isto É, 7 de dezembro de 1977, Folha de São Paulo, 27 de junho de 1978.

Como resultado desses encontros, o governo, elaborou uma série de reformas, introduzidas sob a forma da Emenda Constitucional número 11. O "Pacote de Reformas" (34), como se tornou conhecido, trouxe algum espaço para a oposição, apesar das "reformas serem insuficientes para saciar a sede de democracia que já dominava a nação" (35).

Pela Emenda Constitucional nº 11, o artigo 182 da Constituição de 1969 era revogado. Isso significava na prática, e eliminação do Ato Institucional nº 5 com todos os atos complementares e leis dele decorrentes. Ficava assim garantido o direito do "habeas corpus" para os crimes políticos e o direito de não ser preso sem acusação ou mandato.

A independência do Judiciário também era restabelecida com a volta das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. Além disso, o Executivo perdia o direito de decretar recesso ou fechamento do Congresso Nacional e Assembléias Estaduais, e o direito de cassar mandatos eleitorais por decreto, sem direito de defesa ou recurso. A partir de agora, para cassações, dispensava-se a autorização da Casa a que pertencesse o parlamentar, passando este a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, não era ainda dessa vez que a oposição iria conseguir a imunidade parlamentar.

34. Veja, 21 de junho de 1978, p. 20-24 e O Estado de São Paulo, 21 de junho de 1978.

35. Hugo Abreu, Tempo de Crise, p. 118.

Os limites das reformas do governo logo foram percebidas pela oposição, que passou a denunciá-los (36).

Apesar de conter medidas liberalizantes, o "pacote de reformas" do governo ainda refletia a Doutrina da Segurança nacional, à medida que instituía as "salvaguardas de emergência", uma série de medidas com vistas a fortalecer o Estado de Segurança Nacional.

Pelas "salvaguardas", o Executivo adquiria poderes extraordinários, "em caso de guerra externa, de ameaça à existência do Estado, ou em casos de sublevação interna". Nessas ocasiões, o Executivo poderia decretar o "estado de emergência", 90 dias, prorrogáveis por mais 90, sem consulta ao Congresso. Cabia também ao Executivo determinar que regiões seriam atingidas pelo "estado de emergência".

Nas regiões atingidas, suspendiam-se as garantias legais, a liberdade de associação e reunião, a estabilidade no emprego, autorizavam-se as operações de busca e detenção, censura à imprensa, à correspondência, às telecomunicações e a qualquer atividade recreativa (37).

36. Cf. O Estado de São Paulo, 26 de fevereiro de 1978.

37. Ver análise do "estado de emergência" feita pelo jurista Goffredo da Silva Telles Junior. In: Anais da VII Conferência Nacional da OAB, Curitiba, 7 a 12 de maio de 1978, Rio de Janeiro, Conselho Federal da OAB, 1978.

O "estado de emergência" seria decretado duas vezes no governo Figueiredo, abrangendo a região de Brasília. Em outubro de 1983, durante 60 dias, por ocasião da votação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-Lei nº 2045, relativo à política salarial, e em 18 de abril de 1984, abrangendo também municípios de Goiás, por ocasião da votação da Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para a Presidência da República (38).

A sucessão de Geisel foi uma das mais importantes crises vividas por esse governo. Na ocasião, as divergências entre o grupo no poder e os militares "linhas-duras" tornaram-se mais evidentes (39).

Geisel já havia escolhido Figueiredo para seu sucessor, mesmo antes de assumir a Presidência, pois, segundo o grupo da "Sorbonne", era imprescindível que o sucessor de Geisel desse continuidade ao processo de "distensão". Embora tendo escolhido Figueiredo desde 1974, Geisel manteve absoluto silêncio sobre o assunto e afirmou, repetidas vezes que só trataria do problema da sucessão em janeiro de 1978.

38. Evaldo Vieira, A República Brasileira, 1964-1984, p. 60-62.

39. O grupo da "Sorbonne" referia-se a sucessão de Geisel como sendo "A Segunda Guerra Mundial". A "Primeira Guerra Mundial" refere-se a sucessão de Castelo Branco, quando o grupo foi derrotado pelos "linhas-duras" com a indicação de Costa e Silva.

Em meados de 77, o General Sylvio Frota, Ministro do Exército, representante dos "linhas-duras", lançava-se como candidato à Presidência da República.

Em outubro do mesmo ano, Geisel, alegando "decisão de caráter pessoal sem qualquer vinculação com o problema político da sucessão presidencial", exonerava-o (40).

Apesar das declarações públicas de que só trataria do problema sucessório em 78, o Presidente, em dezembro de 77, finalmente assumiu a candidatura de general Figueiredo. Esse episódio levou o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Hugo Abreu, contrário a candidatura Figueiredo, a demitir-se (41).

Paralelamente ao lançamento da candidatura Figueiredo por Geisel, os militares nacionalistas e o partido de oposição lançavam a candidatura do General Euler Bentes Monteiro, considerado um liberal (42).

40 Cf. Hugo Abreu, O outro lado do poder, p. 162. Ver também Walder de Góes, op. cit. p. 65.

41 Hugo Abreu, O outro lado do poder, p. 153-163.

42. Sobre a candidatura militar de oposição, a campanha desenvolvida e a criação da "Frente Nacional da Redemocratização", Cf. Hugo Abreu, Tempo de crise, op. cit.

Durante um curto período de tempo, houve um clima de euforia em alguns setores da oposição, pela criação da "Frente Nacional da Redemocratização", pelos comícios feitos por ela em prol da candidatura Euler Bentes, que tinha como vice o Senador da oposição, Paulo Brossard. Essa candidatura era vista como um governo de transição para conduzir o país a um estado de direito democrático.

Entretanto, essa euforia não duraria muito. Em setembro de 78, menos de um mês depois da Convenção Nacional do MDB que o consagrara candidato da oposição, Euler Bentes renunciava a sua candidatura (43).

O Senador Magalhães Pinto, que aspirava a apresentar-se como uma alternativa civil à presidência, contando com apoio de parte da ARENA, negando-se a apoiar o General Euler Bentes, começou aos poucos a ficar mais próximo do candidato do Planalto, e a 14 de setembro de 1978, renunciava a candidatura à Presidência da República e candidatava-se a deputado Federal, pela ARENA de Minas Gerais, embora tivesse sido um dos fundadores da "Frente Nacional da Redemocratização" (44).

Assim, o "herdeiro" de Geisel não teve nenhuma dificuldade em ser consagrado Presidente do Brasil, pelo Colégio Eleitoral, a 15 de outubro de 1978.

43. Hugo Abreu, Tempo de crise, p. 150

44. Ibid. p. 132.

O General João Baptista de Oliveira Figueiredo, ex-Chefe do SNI no governo Geisel, assumiu a Presidência da República em 15 de março de 1979, tendo como vice um civil, Aureliano Chaves. Figueiredo dava prosseguimento a política de "distensão" iniciada por Geisel.

Oficialmente era iniciada a política de "abertura", de "mão estendida", caracterizada por medidas liberalizantes, cuidadosamente planejadas e mantidas rigorosamente nos limites da Doutrina de Segurança Nacional.

Foi dentro desse espírito, e obedecendo à rigorosa cronologia, que foi promulgada a Lei nº 6 683, de 28 de agosto de 1979, concedendo anistia a presos políticos, e a Lei nº 6767, de 20 de dezembro de mesmo ano, instituindo a reforma partidária.

Aa anistia política, bandeira da oposição desde 1964, foi concedida de forma parcial em 1979, depois de intensas negociações com a oposição.

Embora o Movimento pela anistia (45) lutasse por "anistia ampla, geral e irrestrita", os militares, principalmente os "linhas-duras", defendiam que a lei não poderia perdoar os elementos que haviam se envolvido nos chamados "crimes de sangue".

45. Cf. Anistia: A História das Nossas Anistias, os Exemplos Internacionais e a Campanha de Hoje: A quem vai beneficiar, São Paulo, Edição S/A, 1978. Ver também: Thereza Godoy Zerbini, Anistia: Semente da Liberdade, São Paulo, Movimento Feminino pela Anistia, 1979.

Assim, a Lei não anistiava os elementos que haviam participado da luta armada, e também negava liberdade imediata aos condenados pela LSN, por tentar reorganizar partido político ilegal.

Os elementos das Forças Armadas que haviam sido expurgados por motivos políticos, a partir de agora passavam a receber seus vencimentos integrais, entretanto não poderiam reassumir suas funções.

Professores, membros do Judiciário, diplomatas e funcionários públicos cassados só poderiam reassumir suas funções depois de terem seus casos avaliados por uma Comissão Especial de Inquérito.

Entretanto, a maior derrota da oposição deveu-se a um dispositivo da lei que concedia perdão incondicional aos elementos do aparelho repressivo envolvidos com a prática da tortura. Ficava assim garantida a anistia para os torturadores e a impossibilidade da denúncia criminal contra eles.

Entretanto, mesmo restrita, a Lei de Anistia de 1979 significou relativo avanço, para a oposição à medida que permitia o retorno de todos os exilados ao país e a recuperação dos direitos políticos de todos os cassados.

A Lei nº 6 767, de 20 de dezembro de 1979, conhecida como "Nova Lei Orgânica dos Partidos", extinguiu o MDB e a ARENA e introduzia novamente no cenário político nacional o pluripartidarismo.

Entretanto, as novas associações políticas, para conseguirem o registro de partido, deveriam cumprir, num período de doze meses após a promulgação da Lei, uma série de complexas exigências:

exigência da palavra "Partido" a ser colocada na frente de qualquer nome de agremiação política; exigência de "convenções regionais em pelo menos nove Estados e em um quinto dos respectivos municípios". Além disso, as convenções municipais só poderiam ser realizadas nos municípios que já contassem com um mínimo de filiados. Esse mínimo era calculado de modo a beneficiar a organização em municípios pequenos (46); registro provisório dos partidos, até as eleições de 1982, quando receberiam o registro definitivo, se coseguissem 5% dos votos para as Assembléias Estaduais, a Câmara Federal e o Senado, com pelo menos 3% em cada um dos nove Estados. Caso contrário, os partidos perderiam o direito a representação e os eventuais votos recebidos seriam transformados em votos nulos; proibição de "utilizar designação ou denominação partidária e de fazer arrigimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe". Essa exigência tinha endereço certo. Tentava-se impedir o registro do Partido dos Trabalhadores (PT).

46. Cf. Artigo 35 da referida Lei. In: Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1979.

Com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT) que representava uma nova forma de participação política, nascido das greves de 1978, 1979 e 1980, em estreita aliança com os movimentos de base e com a Igreja progressista, todos os demais partidos surgidos da reforma de Figueiredo representavam correntes partidárias tradicionais.

O Partido Democrático Social (PDS) congregava os elementos do antigo partido do governo, ARENA.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) apresentava-se como o maior partido de oposição ao governo, e contava em seus quadros com opositores de todos os matizes, desde conservadores e ex-integrantes da ARENA até elementos egressos da esquerda armada.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) abrigava sob a mesma sigla, os adeptos do trabalhismo populista de Vargas, os do janismo e os do lacerdismo.

O Partido Popular (PP) representava os elementos conservadores do ex-MDB, basicamente capitalistas e representantes dos setores financeiros. Em 1981, com a criação do "voto vinculado", o PP extinguiu-se e incorporou-se ao PMDB.

E finalmente, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), nascido de uma cisão do PTB, e que tem suas raízes no trabalhismo de Vargas e Goulart, agora mesclado por concepções socialistas e social-democratas.

3.2. OS ESTUDANTES E A "DISTENSÃO"

"Você corta um verso, eu escrevo outro
você me prende vivo, eu escapo morto
De repente... olha eu de novo
perturbando a paz, exigindo o troco"
(Pesadelo - Maurício Tapajós - Raulo
César Pinheiro)

O movimento estudantil voltou à cena pública, entre 1975 a 1980, tendo atingido o seu ápice em 77, com grandes manifestações de rua em todo o país. Desde as importantes greves estudantis de 75 até a reconstrução da UNE em 79, o movimento foi marcado por uma crescente organização e mobilização.

Nesse período, São Paulo era o estado em que o ME encontrava-se mais organizado. Como consequência dessa organização, tivemos a reconstrução das primeiras entidades estudantis do país depois do AI5.

Depois de São Paulo, o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul eram os estados em que o ME se encontrava mais fortalecido.

Surgiram, nessa época, várias tendências estudantis (47), que, embora tivessem em comum a luta pela derrubada da ditadura, por liberdade democráticas, pela anistia e por uma Assembléia Nacional Constituinte, tinham sérias divergências quanto à forma de encaminhar o ME e principalmente quanto à análise conjuntural do país.

3.2.1. Os Encontros Nacionais de Estudantes (ENES)

Com o intuito de reorganizar o movimento estudantil a nível nacional, a partir de 1976, os encontros por área cederam lugar aos ENES. Até a reconstrução da UNE em 1979, foram realizados quatro ENES.

Cumprе notar que, antes dos Encontros Nacionais, os estudantes se utilizavam das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para tentar uma articulação do ME a nível nacional. Essas reuniões eram feitas por área de conhecimento e na mais absoluta clandestinidade (48).

47. Sobre as principais tendências do ME nesse período ver Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op. cit. p. 67-73.

48. Cf. Veroca e Geraldo Siqueira Filho. In: entrevista ao AEL já citado.

O I ENE foi realizado em Campinas, SP, em janeiro de 76, e contou com a participação de um número reduzido de entidades. Esse encontro foi bastante tumultuado devido às divergências existentes entre os estudantes sobre os critérios de participação. Além disso havia uma certa indefinição com relação ao que se pretendia com aquela reunião (49). Apesar disso, foi marcado o II ENE para o segundo semestre de 76.

No intervalo entre os dois ENE, a polêmica referente aos critérios de voto e participação continuava dividindo os estudantes. Foram realizadas reuniões, em São Paulo, em abril, e em São Carlos, em agosto, para se discutir especificamente esse ponto.

A reunião de São Paulo não logrou qualquer êxito. Os debates foram acirrados e, como o impasse permanecia, a maioria das entidades presentes, se retirou em sinal de protesto.

Na reunião de São Carlos, foi criada uma Comissão Executiva e, depois de muita discussão, o impasse foi resolvido, com a adoção do critério de "cinco delegados por escola, eleitos democraticamente" (50).

49. Cf. Jornal Mobilização, USP, Ano I, nº 4 setembro/outubro de 1976.

50. Ibid.

No dia 16 de outubro de 1976, os estudantes realizaram, na USP, o II ENE, com a participação de 281 delegados e mais de 500 observadores, representando 40 escolas de São Paulo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Brasília, Bahia e Minas Gerais (51).

Os estudantes pretendiam discutir a reorganização do movimento estudantil, as lutas a serem travadas pelo ME e as eleições municipais de 15 de novembro (52).

Ao final do encontro, os estudantes decidiram ~~desenvolver~~ ^{desenvolver} uma campanha pelo voto nulo e realizar um plebiscito nacional por eleições livres.

O III ENE foi marcado para o dia 4 de junho de 1977, no D.A. da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

No final de maio, o Ministro da Educação do Governo Geisel, Ney Braga, distribuiu nota afirmando que o III ENE, por ser "inteiramente ilegal", estava proibido (53).

O reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, depois de proibir o encontro e ameaçar punir os estudantes

51. Cf. Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op. cit. p. 21.

52. Cf. Jornal Mobilização, USP, ano I, nº 4, set./out., 1976.

53. Cf. Jornal do Brasil, 27 de maio de 1977.

de acordo com o estatuto da Universidade caso utilizassem o Diretório como sede do encontro, decretou recesso escolar e administrativo, incluindo as atividades dos diretórios acadêmicos nos dias 3 e 4 de junho (54).

Apesar do recesso, 300 delegados de escolas de vários estados decidiram permanecer na sede do D.A., em vigília, para garantir a realização do III ENE.

De madrugada, houve a invasão do "campus" da UFMG, por dois batalhões de choque da Polícia Militar, 150 soldados e 100 agentes do DOPS, detetives da Metrópol e do Departamento de investigações.

Depois de 11 horas de cerco, os estudantes, que tinham passado a noite em vigília, foram desalojados. À medida que iam saindo, eram obrigados a passar por um corredor formado por policiais e a entrar nos ônibus, que os levaram à sede do 13º Distrito Policial, e para o Quartel do 5º Batalhão de Infantaria (55).

Por outro lado, os estudantes dos outros estados que viajavam para participar do encontro foram presos nas barreiras montadas pela Polícia Rodoviária, que tinha em seu poder listas elaboradas pelos órgãos de segurança dos vários estados, com os nomes dos delegados, e os horários dos ônibus em que viajavam. Os estudantes eram retirados

54. Cf. Folha de São Paulo, 3 de junho de 1977.

55. Cf. O Estado de São Paulo, 5 de junho de 1977.

dos ônibus e levados ao DOPS (56).

Posteriormente, dos 139 estudantes detidos em Belo Horizonte, 98 foram indiciados em inquéritos pelo Departamento de Polícia Federal e enquadrados na LSN. Desses, 37 eram de São Paulo (57).

No final do dia, 800 pessoas foram detidas. Uma pequena passeata percorreu as ruas do centro de Belo Horizonte, protestando contra as prisões (58).

Nos dias seguintes, os protestos contra a repressão a estudantes em Belo Horizonte se estenderam por todo o país. Foram realizadas greves de 24 horas de protesto em várias Universidades.

Em São Carlos e Ribeirão Preto, cerca de 80 estudantes foram presos quando participavam de passeatas de protesto contra a ação policial e as prisões em Belo Horizonte.

Na USP, a Assembléia Metropolitana do Estudantes Paulistas, reunida na Faculdade de Medicina, marcou nova realização do III ENE para o dia 21 de junho na USP (59).

56. Cf. O Estado de São Paulo, 7 de junho de 1977.

57. Ver lista nominal dos indiciados. In: Jornal da Tarde, 11 de junho de 1977.

58. Cf. Folha de São Paulo, 5 de junho de 1977.

59. Cf. Folha de São Paulo, 8 de junho de 1977.

Entretanto, no dia 13 de junho, representantes de diretórios acadêmicos de vários estados, em reunião aberta do "Comitê 1º de Maio", na USP, decidiram pelo adiamento do III ENE para o segundo semestre, em local e data a ser marcada posteriormente (60).

Finalmente, o III ENE, que tinha como principal objetivo a reconstrução da UNE, foi marcado para o dia 21 de setembro de 1977, na USP. O Encontro foi imediatamente proibido pelo governo Federal e pelo governador do Estado, Paulo Egydio Martins (61).

Os estudantes não conseguiram realizar nesse dia o encontro. No dia 21, a USP amanheceu cercada. Todas as entradas da Universidade foram bloqueadas e, nas principais estradas que dão acesso à capital, foram montadas barreiras, onde policiais militares revistavam ônibus e carros, efetuando inúmeras prisões.

Houve também bloqueio da Pontifícia Universidade Católica (PUC), da Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco, e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os estudantes haviam decidido que, caso a repressão impedisse o Encontro na Cidade Universitária, ele seria realizado na Faculdade de Medicina da USP, que fica fora do "campus".

60. Cf. Ibid. 14 de junho de 1977.

61. Ver nota oficial do governador do Estado proibindo o III ENE. In: Jornal do Brasil, 20 de setembro de 1977.

Mas aí também foram impedidos pela repressão. Numa operação comandada pessoalmente pelo Secretário da Segurança, Coronel Antonio Erasmo Dias, 50 policiais da tropa de choque e vários outros à paisana invadiram a Faculdade, cercaram o Centro Acadêmico, mantendo os estudantes presos em seu interior durante mais de 2 horas.

Diante da iminente invasão do diretório, se não saíssem para identificação no DEOPS, os estudantes decidiram sair, de mãos dadas. Os 167 estudantes foram imediatamente detidos e enviados ao DEOPS para prestar declarações.

Entretanto, no dia seguinte, pela manhã, os delegados que se encontravam em São Paulo realizaram o III ENE clandestinamente, numa das salas do prédio novo da PUC-SP (62), com a participação de 60 delegações de sete estados.

O Encontro foi ~~secreto~~^{secreto}. Não foi permitida a participação da Imprensa nem de estudantes não credenciados como delegados dos estados.

Para driblar a repressão, ao mesmo tempo que ocorria o III ENE, acontecia no salão Beta da PUC, uma assembléia para encaminhar o Dia Nacional de Protesto, convocada pela Comissão Executiva Nacional dos DCEs, com a

62. Cf. Entrevista de Vera Paiva a AEL-IFCH-UNICAMP, em 20 de junho de 1986.

participação de 1500 estudantes (63).

Durante o III ENE, foi criada a "Comissão PRO-UNE", que, além de fazer propaganda da UNE, divulgar seu histórico e promover debates, deveria elaborar um jornal periódico nacional, organizar e garantir o IV ENE coordenar e promover as campanhas estudantis a nível nacional (64).

No mesmo dia, o DCE-Livre da USP, DCE-Livre da PUC e o DCE-Livre da Universidade Federal de São Carlos distribuíram nota aos jornais (65), afirmando a realização do III ENE e da criação da "Comissão PRO-UNE", e "convocando todos os setores empenhados na luta pela liberdade de organizações e expressão a participar de um Ato Público, a ser realizado as 21 horas em frente ao TUCA".

O Ato Público em comemoração à realização do III ENE e em protesto à repressão ao Encontro durou apenas 20 minutos.

Os policiais comandados pessoalmente pelo Cel. Erasmo Dias, utilizando-se de cassetetes, bombas de gás-lacrimogênio e de efeito moral, invadiram a PUC, prendendo indiscriminadamente, manifestantes, alunos e professores em salas de aulas e funcionários administrativos.

63. Cf. Folha de São Paulo, 23 de setembro de 1977.

64. Ibid.

65. Ver íntegra da nota. In: Folha de São Paulo, mesma data.

Todos os detidos, perto de 1700 pessoas, foram levados para um estacionamento em frente a PUC, para uma primeira triagem. Cerca de 500 pessoas foram transportadas em ônibus da CMTC para o Batalhão Tobias de Aguiar e para o DOPS. Quarenta e um estudantes foram enquadrados na LSN (66).

A invasão à PUC foi marcada por atos de extrema violência. Durante a perseguição policial, as estudantes Maria Cristina ^{Raduan} ~~Raduan~~, Iria Visona, Graziela Eugênio Augusto, Sonia Regina Martins e Virgínia Maria Finzetto sofreram queimaduras de até terceiro grau, em consequência das explosões das bombas utilizadas pelos policiais, atiradas diretamente sobre elas (67).

Ao final da irvasão, aproximadamente 30 salas estavam completamente destruídas.

Também houve depredação no restaurante, na gráfica, na biblioteca central e em várias salas de departamentos e da administração (68).

Afirmando que "ficou patente que na PUC havia um autêntico PC", o Cel. Erasmo Dais apresentava, dias depois, à Imprensa e ao Governador P'ulo Egydio Martins, o que

66. Ver relação nominal dos estudantes procesados com base na LSN. In: Folha de São Paulo, 24 de setembro de 1977. Publicado também no Jornal do Brasil na mesma data.

67. Cf. Folha de São Paulo, 24 de setembro de 1977.

68. *Ibid.*

classificava como "o material subversivo apreendido pela polícia nas dependências da PUC". Entre o material apreendido encontrava-se o livro do A.J. Poerner sobre o Movimento estudantil, jornais da imprensa alternativa, documento do "Comitê 1º de Maio" e um jornal do Movimento Feminino pela Anistia (69).

A reitora da PUC-SP, Professora Nadir G. Kfourri, e os vice-reitores enviavam relatório a várias autoridades (70), expressando "a indignação e vergonha" diante da atuação da Polícia.

Em novembro, a Comissão Especial de Inquérito (CEI), instalada na Assembléia Legislativa de São Paulo para apurar responsabilidades pela invasão da PUC, concluiu que o Cel. Erasmo Dias, por "abuso de poder" era o responsável pela invasão (71).

69. Cf. Folha de São Paulo, 27 de setembro de 1977.

70. O relatório foi encaminhado ao Ministro da Educação Ney Braga, ao governador do Estado, ao Cel. Erasmo Dias, ao Comandante do II Exército, Gal. Dilermando Gomes Monteiro e ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Golberi do Couto e Silva. Ver íntegra do relatório. In: Folha de São Paulo, 1º de outubro de 1977.

71. Cf. Folha de São Paulo, 30 de novembro de 1977.

Entretanto, um mês depois, o relatório da CEI era arquivado, por determinação do Procurador-Geral da Justiça do Estado, Rui Junqueira de Freitas Camargo (72).

O último Encontro Nacional de Estudantes, o IV ENE, foi realizado nos dias 3 e 4 de outubro de 1978, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, com a participação de cerca de 500 delegados de 14 estados. Foi o mais representativo de todos os ENEs.

Procurando evitar que os órgãos de segurança repetissem a atitude repressiva do Encontro anterior, os estudantes buscaram apoio de diversas entidades e parlamentares, que passaram a se pronunciar sobre o direito de os estudantes realizarem o IV ENE (73).

Não houve repressão direta ao Encontro, entretanto, todas as emissoras de rádio e televisão de São Paulo foram proibidas pela Polícia Federal de divulgar notícias e comentários sobre o IV ENE, o que provocou protestos do Sindicato de Jornalistas do Estado de São Paulo ~~de~~.

O IV ENE tinha como pauta a reconstrução da UNE e as eleições de 15 de novembro. Com relação às eleições, os debates se prolarizaram entre os que defendiam o voto nulo e os que defendiam o voto em candidatos do MDB. Submetidas as propostas ao plenário, 559 estudantes votaram fa-

72. Cf. Jornal do Brasil, 30 de setembro de 1977.

73. Cf. Folha de São Paulo, dias, 28, 29 e 30 de setembro de 1978.

voráveis ao MDB e 168 ao voto nulo.

Entretanto, ainda permaneciam pequenas diferenças entre as posições das diversas tendências do movimento estudantil, quanto aos candidatos. E depois de várias discussões, os estudantes decidiram considerar as eleições de 15 de novembro plebiscitárias e "votar em candidatos do MDB, que estejam comprometidos com programas voltados à necessidades e anseios básicos do povo brasileiro" (74).

No segundo dia do Encontro, os estudantes aprovaram a realização de um congresso de reconstrução da UNE, em Salvador, nos dias 29 e 30 de maio de 1979; aprovaram também que o número de delegados para o congresso seria proporcional ao número de alunos de cada escola, escolhidos em assembléia, congressos internos ou votos em urnas, na proporção de 3 para cada 500 alunos (75).

3.2.2. A Reconstrução das Entidades Estudantis: O DCE-Livre Alexandre Vanuchi Leme da USP e a UEE-SP.

À medida que o ME se fortalecia, aproveitando-se da política "liberalizante" trazida pela "distensão" de Geisel, os estudantes partiram para a reconstrução de suas

74. Cf. Folha de São Paulo, 4 de outubro de 1978.

75. Ibid.

entidades representativas. Assim foram reconstruídos o DCE-Livre Alexandre Vanuchi Leme, da USP, em março de 76, e a UEE-SP, em agosto de 1977, os primeiros do país depois do AI5.

Embora algumas tendências do ME no interior da USP defendessem a criação do DCE durante a greve a Escola de Comunicações e Artes (ECA) em 75, (76), o primeiro DCE do país, livre da burocracia universitária e do Decreto-Lei 228, só foi criado no início do ano seguinte, depois de uma "calourada" cujo tema central era a reconstrução do DCE.

Procurava-se assim mobilizar um número maior de estudantes, principalmente os que estavam entrando na universidade, evitando-se o "vanguardismo" ainda defendido por algumas tendências estudantis, que concebiam o ME como apenas a parcela "politizada", o setor mais avançado dos estudantes (77).

76. Sobre a greve da ECA, que tinha como objetivo a destituição do seu diretor, Manuel Nunes Dias, considerado extremamente autoritário por professores e alunos, e que conseguiu adesão de mais 10 Escolas da USP, e durou três meses, ver O Estado de São Paulo, 17 de abril de 1975, 8, 9, 24 e 27 de maio de 1975.

77. Cf. Entrevista de Geraldo Siqueira Filho à AEL-IFCH-UNICAMP já citada.

Em assembléia, os estudantes decidiram que a eleição para a primeira diretoria seria feita através de votos em urnas, em junho de 1976.

Cinco chapas representando as diversas tendências estudantis concorriam às eleições: "Caminhando", "Refazendo", "Libelu", "Alternativa" e "Organizar a luta".

Mesmo contando com a adesão da maior parte dos alunos da Universidade, o processo eleitoral foi bastante tumultuado. Na Faculdade de Direito, no largo São Francisco, a direita queimou as urnas. Ao final da eleição, agentes do DOPS roubaram todas as urnas da Cidade Universitária antes da apuração ter sido, efetuada, e, posteriormente, telefonaram para a USP, avisando que a chapa "Refazendo" havia ganhado as eleições (78).

Nova eleição foi realizada quinze dias após. O comparecimento às urnas foi maciço. Foi a votação mais expressiva da história do DCE. Quinze mil estudantes votaram.

Foi montado um cuidadoso esquema de proteção às urnas, com uma noite de vigília no CA da Geografia. Entretanto, as urnas aí guardadas pelos estudantes eram falsas. As verdadeiras encontravam-se muito bem guardadas em outro local (79)

A chapa eleita foi a "Refazendo", uma tendência do ME representada, nesse momento, pelos chamados "inde-

78. Cf. Entrevista de Vera Paiva à AEL já citada

79. Entrevista de Geraldo Siqueira Filho a AEL.

pendentes", isto é, não são organicamente vinculados a qualquer organização. Por conta disso, a "Refazendo" manteve grandes polêmicas com os "Aparelhistas" (PC do B, LIBELU), que entendiam que o DCE deveria funcionar como um "aparelho" dessas organizações (80).

A diretoria eleita era composta por nove elementos, não existiam cargos e funcionava como uma diretoria colegiada. Segundo Geraldo Siqueira, a opção por uma diretoria colegiada se deu por questões de segurança e, principalmente, para evitar o "personalismo" que dominara o ME em 1968. A "Refazendo" foi reeleita no ano seguinte.

A primeira atividade do DCE-Livre Alexandre Vanuchi Leme foi um debate sobre anistia. O primeiro do país. Para esse debate foi convidada a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Terezinha Zerbini, e contou com a participação de cerca de 300 pessoas (81). O debate foi motivado por uma greve de fome empreendida por um preso político de Santa Catarina que havia sido internado como louco em um hospital psiquiátrico.

80. Cf. Entrevista de Vera Paiva à AEL-IFCH-UNICAMP já citada.

81. Ibid.

Contudo a atividade que consolidou o DCE junto à massa estudantil foi a campanha desenvolvida no segundo semestre de 1976, contra o restaurante do CRUSP, mantido pela Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (COSEAS) da USP, que havia aumentado o preço das refeições.

O DCE lançou um jornal chamado "Sujeira", onde se denunciava a péssima qualidade da comida, a falta de higiene e a corrupção existente na COSEAS (82).

Com a colaboração dos funcionários, os estudantes tomaram o restaurante, assumiram o controle da cozinha e dos caixas, cobraram o preço antigo das refeições e depositaram o dinheiro arrecadado em conta corrente em nome da COSEAS, uma vez que esta se recusou a receber o dinheiro dos estudantes (83).

A UEE de São Paulo foi reconstruída em 27 de agosto de 1977, durante a realização do Congresso de Fundação da UEE, realizado na Escola Politécnica da USP, na Cidade Universitária. No congresso, que contou com a participação de três mil estudantes e mais oitocentos representantes de cem entidades estudantis paulistas, foi criado um Conselho Estadual de Entidades, que respondeu pela diretoria da UEE até as eleições de 4 e 5 de maio de 1978, as primeiras

82. Cf. Entrevista de Geraldo Siqueira Filho à AEL-IFCH-UNICAMP, já citada.

83. Ibid.

depois de a entidade ter saído da clandestinidade, apesar das diversas tentativas de impedimento de realização do pleito (84).

Concorriam a essas eleições duas chapas: "Construção", resultado da composição de três tendências, "Refazendo", "Caminhando" e "Novo Rumo" e LIBELU, que, condenando a composição, preferia concorrer sozinha (85)

As duas chapas tinham basicamente os mesmos programas. Liberdades democráticas, melhores condições de ensino, anistia, direito de greve, fim da ditadura militar e reconstrução da UNE. Todavia a LIBELU defendia também a expulsão do imperialismo, a convocação de uma Assembléia constituinte, o voto de analfabetos, soldados e marinheiros, e a aliança operário-estudantil.

A chapa vencedora foi "Construção", com 22.915 votos, contra 9.713 votos da LIBELU (86).

A diretoria eleita era composta por quinze representantes (87), e da mesma forma que a primeira diretoria

84. Cf. O Estado de São Paulo, 5 de maio de 1978.

85. Cf. Folha de São Paulo, 4 de maio de 1978.

86. Cf. Folha de São Paulo, 15 de setembro de 1978.

87. Ver nomes dos diretores e escolas por eles representadas. In: Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op. cit. p. 34.

do DCE-Livre da USP funcionava como um colegiado.

No ano seguinte, em agosto de 1979, a UEE-SP realizou novas eleições, a segunda depois de sua reconstrução. Cinco chapas concorriam as eleições: "LIBELU", "Novação", "Chegou a Hora", "Voz Ativa" e "Convenção". Venceu a chapa "Voz Ativa" (88), uma coligação das tendências "Refazendo" e "Caminhando". O presidente Israel Henrique Waligera, estudante de geologia da USP, que fez parte da gestão anterior, substituiu o colegiado que dirigiu a entidade desde maio de 1978 (89)

Em setembro de 1978, no dias 16 e 17, a UEE-SP realizou o seu segundo Congresso depois da reconstrução, na FAU da USP. A abertura do Congresso, que estava inicialmente marcada para às 10 horas da manhã, só ocorreu às 16 horas da tarde e contou com um número reduzido de estudantes: 451 delegados de 70 escolas e mais 250 participantes, representando 400 mil estudantes (90).

Pretendia-se que esse Congresso discutisse as eleições de 15 de novembro, as reformas anunciadas pelo Governo, as greves, e a reorganização do ME a nível nacional. Porém, devido à pouca representatividade do encontro, os es-

88. Ver Programa da "Voz Ativa". In: Folha de São Paulo, 30 de agosto de 1979.

89. Cf. Folha de São Paulo, 4 de setembro de 1979.

90. Cf. Folha de São Paulo, 17 de setembro de 1978.

tudantes restringiram a apenas um item da pauta, as eleições de 15 de novembro, e chegaram a discutir se o Congresso seria deliberativo ou não.

Ao final do encontro, os estudantes decidiram apoiar, nas eleições de 15 de novembro, os candidatos que apresentassem programas considerados populares. A proposta vencedora derrotou as outras que propunham voto nulo ou voto apenas em candidatos operários ou socialistas (91).

3.2.3. As Manifestações de Rua - Os "Dias Nacionais de Luta pela Anistia"

Da mesma forma que 68, o ano de 1977 marcou-se por grandes manifestações de rua organizadas pelos estudantes.

A primeira manifestação de rua depois do AI 5, ocorreu em São Paulo, no dia 30 de março de 77, por mais verbas para a Educação, contra o ensino pago, e pelo ensino público e gratuito..

Inicialmente os estudantes haviam marcado uma concentração, para o meio dia, em frente a Secretaria Estadual de Educação, situada no largo do Arouche, centro da cidade, onde protestariam contra os sucessivos cortes de verbas na USP e o aumento das anuidades nas particulares, acima do índice estipulado pelo Conselho Federal de Educação.

91. Cf. Folha de São Paulo, 19 de setembro de 1978.

Entretanto, os estudantes não conseguiram chegar ao centro da cidade. Todas as vias de acesso à Cidade Universitária e ao largo do Arouche foram bloqueadas.

Para a "Operação Bloqueio", acionada para impedir a concentração dos estudantes, foram utilizados 70.000 homens da Polícia Militar do Estado e da Polícia Civil da capital, mais 1500 integrantes da tropa de choque da Polícia Militar e agentes do DEOPS à paisana. Além de 435 viaturas oficiais (92).

A "Operação Bloqueio" provocou congestionamentos de até 20 quilômetros na zona sul e na área central da cidade. Além do transtorno provocado por um congestionamento desse porte, a cidade de São Paulo, parou por mais de 8 horas e houve também a morte de uma pessoa. A senhora Alzira Viana de Medeiros, de 51 anos, faleceu no interior do ônibus em que viajava para ir ao médico.

Afirmando que "...se for preciso, aperto o coração com a mão direita e baixo o porrete com a esquerda" (93), o Secretário da Segurança, Coronel Erasmo Dias, do largo do Arouche, coordenava a "Operação Bloqueio", acompanhado do delegado geral Tácito Pinheiro Machado e do Diretor-Geral do DOPS, delegado Romeu Tuma.

92. Cf. Folha de São Paulo, 31 de março de 1977.

93. *Ibid.*

Enquanto isso, os estudantes em assembléia coordenada pelo DCE-Livre da USP, na Escola Politécnica, em face do bloqueio ao largo do Arouche, decidiram sair em passeata até o largo Pinheiros (94).

A passeata, que contou com a participação de perto de 3000 estudantes, percorreu aproximadamente três quilômetros, do "campus" da USP até o largo Pinheiros, lendo então uma carta aberta à população, que explicava o objetivo da manifestação e finalizava pedindo "mais verbas para a Educação", "ensino público e gratuito para todos", e se colocava "contra o ensino pago", "contra qualquer aumento de anuidade superior e 35% nas escolas particulares", e "contra a carestia" (95).

Não houve repressão à passeata. A polícia se limitou a acompanhar o trajeto e a ouvir a leitura da carta aberta, mas, no largo do Arouche, 13 estudantes foram presos e levados ao DEOPS, para prestar declarações porque portavam panfletos e cartazes. Foram soltos no mesmo dia (96).

94. Ver emocionante relato dessa passeata. In: Vera Piviva, entrevista à AEL-IFCH-UNICAMP, já citada.

95. Ver íntegra da Carta assinada pelos DCEs-Livres da USP e da PUC-SP. In: Folha de São Paulo, 31 de março de 1977. Publicada também. In: O Estado de São Paulo, mesma data.

96. Folha de São Paulo, 31 de março de 1977.

Do largo Pinheiros, os estudantes voltaram ao "campus" e, em assembléia, decidiram rejeitar o convite do governador Paulo Egydio Martins, para debater pelo rádio a questão das verbas e o convidaram para um debate na USP.

Como o governador recusou o convite, ficou acertado que os estudantes, representados pelo DCE, aceitando o convite do governador, iriam ao Palácio Bandeirantes discutir as verbas da USP. O que foi feito no dia seguinte, com a presença da Imprensa, apesar dos protestos do governador e assessores. A luta pelas verbas para a USP diminuiu com a promessa do governador de estudar a sua suplementação (97).

O movimento estudantil ganharia as ruas com maior intensidade a partir de maio, com a prisão de estudantes e trabalhadores que se preparavam para as manifestações do Dia do Trabalho na região do ABC.

O movimento pela liberdade desses presos tornou-se conhecido como "Jornadas de Maio" (98) e deu origem ao "Comitê 1º de Maio", um organismo que congregava, além dos estudantes, outros setores da sociedade civil - Igreja, OAB, MDB, Sindicatos, Movimentos de Anistia, lutando contra as prisões políticas e pela anistia, e posteriormente aos "Dias Nacionais de Luta".

97. Cf. Vera Paiva entrevista à AEL-IFCH-UNICAMP, já citada.

98. Ibid.

Os operários Celso Giovanetti Brambilla, José Maria de Almeida, Márcia Basseto Paes, Adanir Marini, membros da oposição sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e os estudantes Fernando Antonio de Oliveira Lopes, da Faculdade de Educação e Cultura do ABC, Anita Maria Fabri, da USP, Fortuna Dwek e Cláudio J. Gravina, da PUC-SP, foram presos, mantidos incomunicáveis no DOPS e indiciados na LSN (99).

Os estudantes reagiram imediatamente. Em protesto contra as prisões e em solidariedade aos presos, entraram em greve geral por 24 horas, enquanto lançavam à população um comunicado (100) sobre as recentes prisões, e convidando-a para um "Ato Público", à noite, no teatro da PUC-SP.

Durante a greve, cerca de 80 mil universitários da USP (inclusive "campus" São Carlos) PUC, UNICAMP, Federal de São Carlos e UNESP pararam.

O "Ato Público" contra as prisões políticas e torturas e pela Anistia realizado na PUC-SP, no dia 3 de maio, reuniu cerca de 5000 pessoas, entre professores, representantes de sindicatos de trabalhadores, artistas, representantes de Pastorais Operárias da Igreja, membros de

99. Cf. Folha de São Paulo, 3 de maio de 1977.

100. Ver íntegra do Comunicado, assinado pelos DCEs da USP e da PUC. In: Folha de São Paulo, 3 de maio de 1977.

oposições sindicais, universitários da capital e do interior e o público em geral (101).

Enquanto isso, o Coronel Erasmo Dias afirmava à Imprensa que algumas das pessoas detidas não eram operários como vinha sendo divulgado, mas estudantes empregados nas indústrias automobilísticas do ABC como operários, para aliciar funcionários para movimento "Liga Operária" (102). E o delegado Sérgio Paranhos Fleury, afirmando ter desmantelado 2 "aparelhos" da "Liga Operária", uma dissidência da VARPALMARES, organização da qual, segundo ele, os presos pertenciam, exibiu à Imprensa, o "farto material subversivo", apreendido nos "aparelhos", isto é, livros sobre Marx, Engels, Trotsky e Mao, revistas e jornais clandestinos (103).

Apesar dos protestos e das manifestações de repúdio em São Paulo, Campinas, Riberião Preto e São Carlos (104), os presos ainda eram mantidos incomunicáveis.

Os estudantes organizaram então uma concentração no Largo São Francisco, seguida de passeata até a Praça da República, em solidariedade aos presos, no dia 5 de maio. Foi a primeira manifestação no centro de São Paulo, desde 1968, e reuniu aproximadamente 10 mil estudantes, obtendo grande apoio da população.

101. O Estado de São Paulo, 4 de maio de 1977.

102. Ibid.

103. Cf. Jornal da Tarde, 5 de maio de 1977.

104. Ibid.

Apesar das manifestações contrárias por parte de alguns integrantes do "Movimento Acadêmico Renovador" e do "Partido Libertador Acadêmico", ambos representando a "direita" da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a concentração no Largo transcorreu normalmente. Durante uma hora, a "Tribuna Livre" do Largo foi ocupada pelos integrantes da diretoria do DCE da USP, e pelo presidente do C.A. XI de agosto.

Depois de lerem os nomes dos DAs, CAs, e entidades solidárias ao movimento, leram a "Carta-Aberta à População" (105), que terminava pedindo o "fim às torturas, prisões e perseguições políticas, libertação imediata dos companheiros presos, Anistia ampla geral e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos e pela liberdade democráticas". Cerca de 30 mil cópias foram distribuídas a população.

Logo após à leitura da carta, os estudantes saíram em passeata. Entretanto, não chegaram à Praça da República. O final do Viaduto do Chá estava bloqueado por viaturas da Polícia Militar, elementos fortemente armados da Polícia Política, tendo à frente o secretário da Segurança e vários delegados.

105. Ver íntegra dessa Carta-Aberta, que começa afirmando que "Hoje quem cala consente". In: Folha de São Paulo, 6 de maio de 1977. Publicada também no Jornal do Brasil, na mesma data.

Quando a passeata alcançou quase a metade do viaduto, bombas de gás-lacrimogêneo foram lançadas contra os manifestantes. Depois de um princípio de pânico, os estudantes pararam, e, sentados no chão, leram novamente a Carta-Aberta, retornando depois ao Largo (106).

Também houve manifestações, embora menores, em várias cidades do interior de São Paulo.

A divulgação pelo rádio e televisão de notícias referentes às manifestações estudantis foram proibidas em todo o território nacional, e, no dia 9 de maio, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, enviou circular a todos os governadores de Estados, Territórios e Distrito Federal, proibindo a realização de passeatas e concentrações de protesto em locais públicos, considerando-se como "distúrbios de fundo e fim subversivos" (107).

No dia seguinte, em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e em Porto Alegre, ocorreram "Atos Públicos" em protesto pela prisão de estudantes e operários do ABC. Todas as manifestações foram reprimidas pela polícia.

Em todas as manifestações, a mesma "Carta-Aberta" foi lida e os estudantes aprovaram um dia unitário de lutas por liberdades democráticas a nível nacional. Os "Dias

106. Cf. Vera Paiva já citada.

107. Ver íntegra da nota do Ministro da Justiça. In: O Estado de São Paulo, 10 de maio de 1977.

Nacionais" de Luta" pela Anistia, em 1977, ocorreram nos dias 19 de maio, 15 de junho e 23 de agosto.

O primeiro "Dia Nacional de Luta" pela anistia e por liberdades democráticas, no dia 19 de maio, foi marcado por passeatas e concentrações estudantis de um lado, e forte repressão policial de outro, em várias capitais do país e nas principais cidades do interior do estado de São Paulo (108).

Às vésperas de sua realização, o Ministro da Educação Ney Braga, fez um pronunciamento, em cadeia nacional de rádio e televisão, pedindo aos estudantes que não participassem do "Dia Nacional de Luta". Em seu pronunciamento, o Ministro, depois de tentar mostrar o esforço do Presidente Geisel, "que tanto ama esta Nação, que tanto a ela se devota, e tanto tem feito, para a construção do futuro dessa grande Nação, convidava os estudantes a não radicalizar e a trabalhar juntos" (109).

Em São Paulo, coordenado pelos DCEs-Livres da PUC e da USP, e pelo "Comitê 1º de Maio", foi marcada uma concentração no Largo São Francisco, e, caso não fosse

108. Ver relatos do primeiro "Dia Nacional de Luta" nos estados. in: O Estado de São Paulo, 20 de maio de 1977.

109. A íntegra do pronunciamento do Ministro Ney Braga pode ser encontrada nos jornais Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, do dia 18 de maio de 1977.

possível nesse local, na Faculdade de Medicina da USP.

Logo pela manhã do dia 19, a polícia invadiu o Centro de Orientação Estudantil, na Lapa, e prendeu nove pessoas que preparavam o material que seria distribuído durante as manifestações. Ao final do dia, 30 estudantes haviam sido detidos, sendo liberados depois das 22 horas.

Cerca de 2 mil pessoas, estudantes e populares que estavam concentrados no Largo, esperando o início da manifestação, foram violentamente dispersadas pela tropa de choque da Polícia Militar.

Os estudantes, que, desde o início de suas manifestações haviam adotado a tática de não enfrentamento à repressão, passaram toda vez que eram dispersados, a concentrar-se rapidamente em outro local, comunicando-se por telefone, para saber quais as áreas livres da repressão. Segundo Geraldo Siqueira, essa tática, além de muito eficaz, anulava o esquema repressivo montado pelos órgãos de segurança, constituído basicamente por armamentos pesados (110).

Nesse dia, depois de terem sido dispersados no Largo São Francisco, os estudantes reagruparam-se nas imediações da Rua Direita, onde foram novamente reprimidos. Cerca de 300 estudantes, depois de se reunirem na praça Antonio de Godoy, saiu em passeata pela Av. São João e Ipiranga. Quase 2 mil pessoas participaram da passeata,

110. Cf. Geraldo Siqueira Filho já citado.

gritando palavras-de-ordem e cantando o Hino Nacional (111).

O "Ato Público", impedido pela polícia no Largo São Francisco, realizou-se uma hora depois, no "campus" da Faculdade de Medicina da USP, e contou com a participação de 8 mil pessoas. Participaram do Ato, além dos estudantes, operários, bancários, professores, deputados, vereadores do MDB e o bispo regional de Osasco.

Os participantes, sentados ouviram os vários pronunciamentos pedindo liberdades democráticas, anistia, libertação dos presos, convocação de uma Constituinte, melhores condições de vida para o povo e a derrubada do regime militar. Foi lida uma lista nominal de 30 pessoas desaparecidas desde 1974. Depois, as 8 mil pessoas leram em coro o "Manifesto Paulista da Jornada Nacional de Luta pela Anistia" (112).

Exatamente como da outra vez, todas as emissoras de rádio e televisão foram proibidas de noticiar as manifestações estudantis, e as rádios de São Paulo, tiveram que enviar ao Departamento Nacional de Telecomunicação (DENTEL), a gravação de toda a programação

111. Cf. O Estado de São Paulo, 20 de maio de 1977.

112. Ver íntegra desse manifesto. In: Folha de São Paulo, 20 de maio de 1977.

do dia (113).

No dia seguinte, coordenado pelo C.A. XI de agosto, da Faculdade de direito da USP, os estudantes fizeram a retomada simbólica do território livre do Largo São Francisco. Cerca de 300 alunos daquela escola, leu o "Manifesto Paulista da Jornada Nacional de Luta pela Anistia", e o DCE-Livre da USP divulgou uma "Carta-Aberta à Imprensa", em que afirmava entre outras coisas: "...e se hoje o movimento militar busca impedir o ME de se manifestar nas ruas, é porque ele tem medo. Medo justamente que o movimento se amplie. Que manifestações como as de ontem se generalizem e que contagiem toda a população explorada. Medo de que nossa mobilização contribua para que uma movimento mais amplo se coloque nas ruas. Um movimento que não seja só de estudantes, ou de alguns setores sociais, mas de todos os amordaçados por 13 anos de opressão" (114).

O segundo "Dia Nacional de Luta", ocorreu no dia 15 de junho de 1977 e foi marcado por atos de violência policial contra estudantes. Dos tres "Dias Nacionais de Luta" realizados em 1977, esse foi o mais reprimido.

Em São Paulo, o "Ato Público" estava marcado para às 17 horas na Praça Fernando Costa, no Parque D. Pedro, centro da cidade, mas a manifestação não se realizou

113. Cf. O Estado de São Paulo, 20 de maio de 1977.

114. Ver íntegra da "Carta-Aberta à Imprensa. In: Jornal da Tarde, 21 de maio de 1977.

alí, pois desde às 6 horas da manhã a praça estava ocupada por policiais. E mais, para impedir a manifestação, uma banda da Polícia Militar foi colocada na praça e durante toda a tarde executou músicas populares e de carnaval (115).

Impossibilitados de se concentrar na Praça, os estudantes iniciaram passeatas e "comícios-relâmpagos" em várias ruas do centro de São Paulo (116), driblando o amplo e minucioso esquema repressivo montado pelo Secretário de Segurança.

A tática de fugir da perseguição policial e voltar a reunir-se em outros lugares foi novamente utilizada e o "Ato Público", que não pôde ser realizado na Praça Fernando Costa, ocorreu no Largo São Francisco com a participação de cerca de 5 mil pessoas.

115. Cf. Folha de São Paulo, 16 de junho de 1977.

116. Foram realizadas passeatas e "comícios-relâmpagos" nas ruas 25 de março, Senador Queiroz, Av. 9 de Julho, Av. Paulista, Rua Augusta, Av. São João, Rua João Adolfo, Largo Paissandu, Largo Santa Efigênia, Largo São Francisco, Praça Ramos, Praça do Correio e Praça Roosevelt, enquanto os policiais, devido ao equipamento pesado que portavam, ficaram imobilizados na praça Fernando Costa. Cf. O Estado de São Paulo, 16 de junho de 1977.

Por mais de 2 horas, os estudantes permaneceram no Largo, defendendo "liberdades democráticas", "liberdade aos presos", e "anistia aos presos políticos", até que foram violentamente dispersos pela repressão.

Cerca de 1500 estudantes, pressionados pelos policiais, buscaram refúgio no interior da Faculdade de Direito, mas sob a ameaça da invasão do Cel. Erasmo Dias, tiveram que deixar a escola. Apesar das garantias dadas pelo Secretário de que não haveria prisões, três estudantes foram presos, quando saíam.

Ao final do segundo "Dia Nacional de Luta", em São Paulo, 65 pessoas foram presas (117), inclusive um grupo de profissionais de teatro. Ruth Escobar, Renato Consorte, Ruthnea de Moraes, Yolanda Cardoso, Yara Amaral e outros artistas foram presos quando participavam das manifestações na rua 25 de março.

Em Belém, Porto Alegre e Brasília, os estudantes organizaram concentrações no interior dos "campi". No Rio, os estudantes, com a adesão de centenas de populares, realizaram uma passeata pela Av. Rio Branco, no centro da cidade, depois de terem sido impedidos de se concentrarem nas escadarias da Assembléia Legislativa (118).

117. Ver lista nominal dos presos. In: Folha de São Paulo, 16 de junho de 1977.

118. Cf. O Estado de São Paulo, 16 de junho de 1977.

Nas principais cidades do interior do Estado de São Paulo houve manifestações e violências policiais contra os estudantes (119).

O último "Dia Nacional de Luta" pela anistia ocorreu no dia 23 de agosto e também foi marcado por muita violência policial, principalmente em São Paulo, onde cerca de 20 mil policiais foram mobilizados, 197 pessoas foram detidas e duas presas (120).

Foram realizados "comícios-relâmpagos e passeatas em diversos pontos da cidade. Vários jornalistas, inclusive estrangeiros, foram espancados e presos pelos policiais (121).

No interior do estado, a polícia também se utilizou de muita violência para reprimir as manifestações estudantis. Em Campinas, uma concentração no Largo do Rosário, centro da cidade, foi violentamente reprimida (122).

No Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Londrina, os estudantes decidiram não sair às ruas e realizaram concentrações no interior dos "campi" universitários.

119. Ver descrição das manifestações no interior do estado de São Paulo. In: Folha de São Paulo, 16 de junho de 1977.

120. Cf. Folha de São Paulo, 25 de agosto de 1977.

121. Cf. O Estado de São Paulo, 24 de agosto de 1977.

122. Cf. Folha de São Paulo, 24 de agosto de 1977.

Em Brasília, houve um "Ato Público" no interior do Santuário de Fátima, com a igreja cercada pela Polícia Federal, enquanto no interior vários policiais "participavam" do Ato.

Em Porto Alegre, houve a maior manifestação estudantil desde 68. Os estudantes realizaram passeatas, por mais de 4 horas pelo centro da cidade. Em Salvador, cerca de 2 mil estudantes, em passeata, percorreu as ruas centrais até a praça Municipal, onde, sem intervenção policial, realizaram um "Ato Público" (123).

Além dos "Dias Nacionais de Luta" pela anistia, outras importantes manifestações de rua foram organizadas, em São Paulo, pelos estudantes, no ano de 1977.

No dia 11 de agosto, por ocasião das comemorações do sesquicentenário da criação dos cursos jurídicos no Brasil, ocasião em que o jurista Gofredo da Silva Telles Jr. lançou a "Carta ao brasileiros", os estudantes realizaram uma passeata, com a participação de mais de 7 mil pessoas e por uma hora e meia percorreu as principais ruas de São Paulo. Não houve repressão à passeata. Os policiais à paisana limitaram-se a acompanhar os estudantes (124).

123. Cf. O Estado de São Paulo, 24 de agosto de 1977.

124. Cf. O Estado de São Paulo, 12 de agosto de 1977.

Em setembro, no dia 18, os estudantes participaram do "Ato de Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos", organizado pelo "Movimento Justiça e Libertação" e apoiado por mais de 20 entidades, no Santuário de Nossa Senhora da Penha (125). Além dos estudantes, participaram do Ato donas-de-casa, operários, professores, artistas e parlamentares.

Ao final do Ato, os estudantes organizaram uma passeata que percorreu diversas ruas da Penha e foi dissolvida logo após, por agentes do DOPS à paisana, com bombas de gás-lacrimogênio e cassetetes. Na ocasião, 58 pessoas foram detidas (126).

Depois da forte repressão sofrida pelos estudantes, por ocasião da comemoração do II ENE, na PUC-SP, em outubro, o ME a nível nacional sofreu um refluxo naquele final de ano e no ano seguinte. A maioria das manifestações estudantis depois disso, foram a nível local ou estadual.

Por outro lado, outros setores da sociedade começaram a organizar-se, principalmente, os metalúrgicos do ABC, que iniciaram em 1978, importante movimento grevista por melhores salários, que irá se repetir nos anos poste-

125. Ver entidades que participaram do "Ato de Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos". In: Folha de São Paulo, 19 de setembro de 1977:

126. Ver relação nominal dos detidos. In: Folha de São Paulo, 19 de setembro de 1977:

riores.

Em 78, não ocorreram mais grandes manifestações de rua, mesmo porque houve uma sensível diminuição de prisões e da repressão contra estudantes.

Entretanto, coordenados pela "Comissão Nacional PRO-UNE", os estudantes organizaram, no dia 28 de março de 78, o "Dia Nacional de Protesto", em comemoração aos 10 anos de morte do secundarista Edson Luiz de Lima Souto morto pela repressão, no Rio, em 68, e em homenagem a Alexandre Vanuchi Leme, morto em São Paulo, em 73.

Além da memória dos colegas mortos, os estudantes defendiam também a anistia ampla, geral e irrestrita, as liberdades democráticas e o restabelecimento do Estado de Direito.

Houve manifestações em Porto Alegre, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília (127). O "Dia Nacional de Protesto" transcorreu pacificamente em todo o país, com exceção de Belo Horizonte, onde se registraram cenas de violência contra os manifestantes.

Em São Paulo, foi realizado um "Ato Público", na Faculdade de Medicina da USP, com a presença de 5.000 pessoas. Participaram do Ato, os pais do estudante Alexandre Vanuchi Leme, a esposa do ex-deputado Rubem Paiva, e outros parentes de presos políticos desaparecidos.

127. Ver descrição dessas manifestações. In: Folha de São Paulo, 29 de março de 1978.

A mãe do estudante Alexandre Vanuchi Leme, sra. Eglê Maria V. Leme, leu a carta que encaminhou ao Papa, em março de 73, logo após a morte do filho (128). A mesa que dirigia os trabalhos leu uma lista com 40 nomes de vítimas da repressão. A cada nome anunciado, os participantes respondiam em coro "presente".

Não houve repressão ao "Ato Público", os policiais que cercavam a Faculdade de Medicina se limitaram a acompanhar à distância o desenrolar da manifestação.

Em todos os locais da manifestação, foi lido o "Manifesto dos estudantes brasileiros" (129), divulgado pela "Comissão PRO-UNE".

No segundo semestre de 78, em agosto, os estudantes de São Paulo, participaram de uma concentração na Catedral da Se, organizada pelo "Movimento do Custo de Vida", reprimida com bombas de gás-lacrimogêneo e cassetetes, e de um "Ato de Protesto" contra a prisão de 22 membros da "Convergência Socialista" (130).

128. Ver trechos da carta enviada ao Papa. In: O Estado de São Paulo, 29 de março de 1978.

129. Ver íntegra do "Manifesto dos Estudantes Brasileiros". In: Folha de São Paulo, 29 de março de 1978.

130. Cf. Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op. cit. p. 35.

No início do período letivo de 79, os estudantes, apesar de estarem concentrando esforços para a reconstrução da UNE, organizaram a nível nacional, "Atos de Repúdio" contra a posse do General Figueiredo na Presidência da República. Em São Paulo, foram organizadas manifestações de protesto contra a posse do governador do Estado, Paulo Salim Maluf. Foi organizado um "Ato Público" defronte à Assembléia Legislativa, onde Maluf era impositado (131).

Apesar da reconstrução da UNE, o movimento estudantil em 79 já se encontrava em descenso. Ainda aconteciam algumas esparsas manifestações, mas eram a nível local e não representavam a maioria dos estudantes.

Em abril de 1979, no dia 18, foi organizado o último "Dia Nacional de Luta" pela anistia (132) e, no dia 21, foi organizada uma manifestação em frente à Delegacia Regional do MEC, para protestar contra a cobrança de sobretaxas por escolas particulares, acima de 38% permitido pelo MEC. Na ocasião, foi entregue um documento contendo cerca de 12 mil assinaturas, recolhidas em 20 escolas particulares da grande São Paulo, à Delegada do MEC, Dalva Souto Maior, so-

131. Cf. Folha de São Paulo, 14 de março de 1979 e Jornal da UEE-SP, abril de 1979, nº 31

132. Cf. Jornal PRO-UNE - Órgão da Comissão PRÓ-União Nacional dos Estudantes - Editado pela UEE-SP, abril de 1979.

licitando que o MEC não autorizasse a cobrança de sobretaxas (133).

No segundo semestre de 79, no dia 3 de outubro, estudantes representando as várias tendências que concorriam à diretoria da UNE tomaram simbolicamente o prédio da Federação de Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), na Praia Vermelha, onde funcionava a sede da UNE até 64. Foi realizada uma rápida manifestação, e, ao lado da bandeira brasileira, na sacada do segundo andar, foi hasteada a bandeira da UNE (134).

Em novembro do mesmo ano, no dia 30, em Santa Catarina, houve uma manifestação de repúdio à visita presidencial a Florianópolis. Na ocasião, o Presidente Figueiredo foi vaiado, enquanto discursava, por estudantes presentes a solenidade. Sete estudantes, tidos como os responsáveis pela agitação, foram presos, mantidos incomunicáveis e enquadrados na L.S.N. (135).

133. Ver íntegra do documento. In: Folha de São Paulo, 21 de abril de 1979.

134. Cf. Folha de São Paulo, e de outubro de 1979.

135. Cf. O Estado de São Paulo, 3 de dezembro de 1979.

3.2.4. A repressão na Universidade de Brasília (UnB)

A UnB, como vimos, foi duramente perseguida logo após o golpe de 64 e sua experiência de modelo de universidade avançada foi interrompida. Contudo, o pesado silêncio imposto pela força à UnB foi quebrado em 77, com o fortalecimento do movimento estudantil.

À medida que o ME crescia no interior da universidade e em todo o país, a UnB passou a sofrer novamente os efeitos do autoritarismo e da falta de liberdade de expressão e manifestação, agora representados pelo reitor da Universidade, o capitão-de mar e Guerra, José Carlos de Azevedo.

Em maio de 1977, em todo o país, os estudantes participavam das manifestações de protesto pelas prisões de estudantes e operários do ABC paulista. Na UnB, elas estavam proibidas.

Apesar da proibição do reitor, no dia 19, os estudantes realizaram uma concentração seguida de passeata pelo "campus", como forma de participação do "Dia Nacional de Luta" pela anistia.

Dias após, o reitor resolveu suspender 16 alunos que participaram da concentração. Todavia, segundo os estudantes, a concentração foi usada pelo reitor, como pretexto para punição de determinados alunos, pois entre os pu-

nidos encontravam-se três estudantes que não haviam participado da concentração do dia 19. Dois deles estavam fazendo provas, no hospital universitário, fora do "campus", e outra estudante estava viajando.

Esse fato causou muita revolta entre os estudantes, que em assembléia, no dia 31 de maio, resolveram entrar em greve geral até que as punições fossem revogadas (136).

A paralização na universidade foi total. Perto de 2 mil estudantes foram mobilizados. Organizaram-se "piquetes" para garantir a paralisação e buscou-se apoio da população e de parlamentares da oposição.

No dia seguinte, a UnB amanheceu cercada por tropas de choque, com soldados da Polícia Militar fortemente armados e dezenas de agentes à paisana.

Os estudantes elaboraram uma "Carta aberta à população", relatando os principais problemas ocorridos na universidade e enviaram à imprensa, ao Congresso Nacional, à Igreja, à OAB e a todas as embaixadas de Brasília (137).

O reitor decretou recesso escolar de 6 a 8 de junho. No próprio dia 6, a universidade foi invadida pela polícia e começaram as prisões. Nos dias seguintes, as prisões continuaram e, em assembléia, 1500 estudantes decidiram

136. Cf. O Estado de São Paulo, 1 de junho de 1977.

137. Folha de São Paulo, 3 de junho de 1977.

continuar a paralisação (138).

Encontrava-se em visita à Brasília nessa época, a esposa do Presidente dos Estados Unidos, Sra. Rosalyn Carter, e um grupo de empresários norte-americanos. Um estudante, driblando o esquema de segurança, entregou a Sra. Carter uma carta dos estudantes da UnB, na qual se explicava a razão do movimento, denunciavam-se a falta de liberdade, as prisões arbitrárias e as torturas sofridas pelos estudantes desde 1964 afirmando-se, ao término: "nós desejamos sinceramente que a política do Presidente Carter com o Brasil seja guiada pelo seu apoio a esses direitos dos quais todos os seres humanos são titulares" (139).

No dia 18 de junho, os estudantes João Simplício Martins, da Faculdade de Medicina, Antônio Ramaian Barros, da Agronomia, José Ralf Campos, da Sociologia, Miguel Zaidam, da História, Luís Antonio Falkoswky, da Arquitetura e Angela Maria Noronha Serra, do curso de Comunicações, foram detidos pela Polícia Federal, enquadrados na LSN e tiveram prisão preventiva decretada por 30 dias (140).

Com a prisão dos seis colegas, o movimento na UnB cresceu. Numa tentativa de desmobilizar os estudantes, o reitor decretou novamente recesso das atividades acadêmicas

138. Jornal da Tarde, 11 de junho de 1977.

139. Cf. Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op.cit. p.28.

140 Cf. O Estado de São Paulo, 19 de junho de 1977.

no período de 22 de junho a 24 de julho.

Aproveitando-se do recesso, o reitor nomeou uma "Comissão de Inquérito", para apurar as responsabilidades dos alunos envolvidos no movimento de greve". E, com base nas conclusões dessa Comissão, formada por quatro professores, o reitor, no dia 18 de julho, expulsou 30 alunos e suspendeu mais 35, por prazos que variavam de 05 a 90 dias (141). Terminado o recesso, o reitor determinou a ocupação militar do "campus" para garantir o retorno às aulas.

Um clima de terror instalou-se na Universidade. Qualquer tentativa de manifestação era violentamente reprimida por policiais militares fortemente armados. No dia 25 de julho, 250 estudantes foram presos, quando tentavam organizar uma passeata no interior do "campus" (142).

As prisões em massa continuavam. Os estudantes agora organizavam-se no sentido de exigir a saída do reitor. "A greve continua, põe o capitão na rua" e "abaixo a repres-

141. Ver nota do reitor e lista nominal dos punidos. In: Folha de São Paulo, 19 de julho de 1977. Publicado também no Jornal do Brasil, na mesma data.

142. Cf. Folha de São Paulo, 26 de julho de 1977.

são, põe na rua o capitão" eram as palavras-de-ordem dos estudantes naquele momento.

No final de julho, foi entregue ao Ministro da Educação, Ney Braga, um memorial encabeçado por 81 jornalistas de Brasília, contendo mais de 1300 assinaturas de intelectuais, artistas, professores e pais de alunos, protestando contra a repressão na UnB (143). O partido de oposição também protestou através de uma nota (144).

Em resposta a esses protestos, o Gal. Hugo Abreu, Chefe do Gabinete Militar, afirmava que "não houve violência policial na UnB e que lá só foram detidas pessoas que tentavam tumultuar o reinício das aulas".

No início de agosto, 150 professores da UnB, empenhados na organização de sua associação de docentes, realizaram uma assembléia e solicitavam ao reitor a retirada das tropas policiais do "campus".

O mês de agosto de 1977 foi marcado, em todo o país, por manifestações estudantis, de solidariedade aos alunos da UnB. Na UNICAMP e na Universidade Federal de Minas Gerais, os estudantes organizaram um "juri" do reitor José

143. Ver íntegra do memorial dos jornalistas de Brasília.

In: Folha de São Paulo, 26 de julho de 1977.

144. Ver Nota de Protesto do MDB. In: Jornal do Brasil, 26 de julho de 1977.

Carlos Azevedo (145). Em São Paulo, na USP, foi feito o "enterro" simbólico do reitor, do regimento interno da UnB e dos ante-projetos dos estatutos da USP. Uma passeata acompanhada atentamente pelos policiais percorreu as ruas próximas à Cidade Universitária: 1500 estudantes acompanharam o "féretro" (146).

Com o "campus" ocupado militarmente, a maioria da liderança estudantil presa, 19 estudantes enquadrados na LSN e depois de 80 dias em greve, os alunos da UnB voltaram às aulas, na segunda quinzena de agosto, sem que as causas da crise tivessem sido resolvidas. Não se conseguiu a revogação do ato pelo qual se puniam 16 estudantes, nem tampouco a saída do reitor.

Apesar disso, a mobilização estudantil no interior da UnB continuou. Em outubro, foi a luta contra o jubileamento de cerca de 1500 estudantes. Em novembro foi a "Campanha Nacional pela retirada de tropas policiais dos campus universitários".

145. Cf. Folha de São Paulo, 11 de agosto de 1977.

146. Cf. Folha de São Paulo, 5 de agosto de 1977 e Palmares, USP, nº 1, agosto de 1977.

Segundo os estudantes, "estas invasões significam uma política de repressão sistemática e ostensiva". Na ocasião, além da UnB que se encontrava ocupada desde o dia 25 de julho, havia tropas policiais também na Universidade Rural de Pernambuco, na Escola de Agronomia da Bahia e na Faculdade de Medicina de Botucatu - SP (147).

3.2.5. A Reconstrução da UNE - O Congresso de Salvador - (XXXI Congresso)

A realização de um congresso em Salvador, nos dias 29 e 30 de maio de 1979, para a reconstrução da UNE foi decidida pelos estudantes, em outubro de 1978, durante o IV ENE.

Em dezembro do mesmo ano, foram surpreendidos com a proposta de reorganização da UNE feita pelo deputado federal Fernando Coelho, do MDB, através de um projeto de lei, que já havia sido aprovado por unanimidade pela Comissão de Justiça da Câmara Federal (148). Além da recriação da UNE, o projeto, que impunha normas estatutárias e proibia a "participação político-partidária", previa também a revogação dos Decretos 477 e 288.

147- Cf. O Estado de São Paulo, 12 de novembro de 1977.

148. Cf. Folha de São Paulo, 30 de novembro de 1977.

A notícia causou muita estranheza nos meios estudantis, pois o projeto, além de ter sido criado por um só político e sem consulta às bases estudantis, ainda havia recebido a aprovação unânime de parlamentares do partido do governo.

A criação da UNE de forma "biônica" foi repudiada com veemência pelo ME, que passou a denunciar a tentativa de manobra por parte do governo. Afirmavam os estudantes: "aparentemente o projeto de reorganização da UNE dá um aspecto de abertura, mas isso é ilusório. O projeto foi aprovado para impor uma UNE, segundo as normas oficiais, com o intuito de controlar o movimento estudantil, que volta a preocupar as autoridades". Os estudantes apontavam ainda o caráter demagógico do projeto asseverando que o "regime militar que colocou a entidade na ilegalidade continua até hoje no poder" (149).

Desde a criação, em outubro de 1978, durante o IV ENE, até a realização do Congresso de Salvador, a "Comissão Executiva PRO-UNE" realizou importantes reuniões. No final de março de 1979 estudantes representando 31 entidades estudantis, reunidos na UnB, decidiram que fariam uma visita

149. Cf. Notas de repúdio ao projeto, distribuídas pelos DCEs da PUC-SP e da USP in Ultima Hora, 6 de dezembro de 1978. Ver também Notas da UEE-SP e do DCE da PUC-MG In: F.S.P., 2 de dezembro de 1977.

ao Ministro da Educação, Eduardo Portela, solicitando-lhe verbas para a realização do Congresso e ao Ministro da Justiça, Petrônio Portella, para exigir-lhe explicações sobre o desaparecimento de Honestino Guimarães, último presidente da UNE. Visitariam igualmente o Congresso Nacional para convidar parlamentares de ambos os partidos para o Congresso de Salvador (150).

No início de maio, foi realizada, na PUC-SP, uma reunião tendo em vista os preparativos finais para o Congresso. A solenidade de abertura da "10ª Reunião da Comissão Executiva PRO-UNE", no salão Beta da PUC, contou com a participação de 600 pessoas (151).

Os estudantes da "Comissão Executiva PRO-UNE" que procuraram o Ministro da Educação para entregar-lhe um memorial no qual solicitavam o reconhecimento da legalidade da UNE e a destinação de Cr\$ 500 mil para a realização de seu congresso, foram recebidos como representantes de DCEs e não como Comissão PRO-UNE. É importante lembrar que, de acordo com o Decreto Lei 228, os DCEs também são considerados ilegais, uma vez que esse decreto só reconhece os D.A.s como único órgão de representação estudantil.

150. Cf. Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, 28 de março de 1979.

151- Cf. Folha de São Paulo, 6 de maio de 1979.

A verba solicitada pelos estudantes foi negada com o argumento de que por ser a UNE uma entidade não reconhecida pelo governo, este não lhe poderia destinar recursos (152).

Enquanto isso, em todo o país, os estudantes desencadearam uma campanha para arrecadação de fundos, com vendas de camisetas, chaveiros, bônus, realização de "pedágios" e vários shows PRO-UNE, com cantores de música popular.

Em Salvador, a Comissão organizadora do Congresso, coordenada pelo presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Rui César Costa e Silva, depois de vários contatos com o governador do Estado, Antonio Carlos Magalhães, conseguiu deste a aprovação e o apoio oficial ao Congresso, sob a condição de que não se fizessem manifestações públicas (153).

Negando-se a reconhecer o encontro como Congresso de reconstrução da UNE, mas referindo-se a ele como apenas uma "reunião de estudantes", o governador da Bahia cedeu, para a realização do congresso, parte do Centro de Conveções da Bahia, um local bastante distante do centro da cidade, de difícil acesso e com sérios problemas de acústica.

152. Cf. Jornal do Brasil, 29 de março de 1979.

153. Cf. Jornal da Tarde, 21 de maio de 1979.

Enquanto isso, na área oficial, o governo pronunciou-se através do Ministro da Comunicação Social, Saíd Farhat: "o governo não apoia nem proíbe a realização do Encontro Nacional PRO-UNE, previsto para o final deste mês em Salvador" (154). Dias depois o governo encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de Lei propondo a revogação dos Decretos-Leis 477 e 228, que deveria ser aprovado em sessão conjunta da Câmara e do Senado (155).

Durante a realização do Congresso, o Secretário do Ensino Superior do MEC, prof. Guilherme de La Penha referia-se ao Congresso de reconstrução da UNE, "como um grande e nostálgico "happenning", com sabor de anos 60" e que dificilmente poderia vir a ser um fator de modificação do estado de espírito do estudante brasileiro (156).

Sem influência dos órgãos oficiais, os estudantes conseguiram realizar XXXI Congresso, o de reconstrução da entidade, depois de anos de ilegalidade e clandestinidade.

Para evitar que a reunião fosse considerada clandestina, e numa tentativa de buscar sustentação política

154- Cf. Jornal do Brasil, 19 de maio de 1979.

155- Cf. Folha de São Paulo, 24 de maio de 1979.

156- Jornal do Brasil, 29 de maio de 1979.

ca para a entidade, os estudantes procuraram divulgar amplamente a finalidade do encontro e buscaram a participação dos outros segmentos da sociedade. Assim foram convidados parlamentares dos dois partidos e o Presidente da República, João Figueiredo.

Dias antes da realização do encontro, os estudantes receberam mensagens de apoio, do clero, de associações de classe e de parlamentares e publicaram-nas na imprensa.

O deputado José Ribamar Machado, da ARENA do Maranhão, em discurso na Câmara, pediu a reorganização da UNE, afirmando que "é chegada a hora de uma ampla e irrestrita^{em tudo} em tudo o que foi feito de errado, em nome da Revolução democrática de março de 1964", pois segundo ele, depois do AI5 e do 477, "os estudantes brasileiros passaram à condição de verdadeiros marginais, atuando às escondidas, na clandestinidade, como verdadeiros proscritos" (157).

No início de abril, o deputado federal Airton Soares, do MDB-SP, entregou ao assessor jurídico do MEC, Álvaro Alvares, documentos que comprovavam que a ilegalidade da UNE, alegada pelo governo para reprimir a tentativa de reorganização da entidade, era fraudulenta e não tinha apoio jurídico.

157- Cf. ^{Alva} ~~F. S. P.~~ ^{Paulo}, 12 de março de 1979.

Baseando-se em provas documentais, Airton Soares afirmava que os estudantes, além de poderem realizar o Congresso e eleger um nova diretoria, sem risco de serem enquadrados na LSN, poderiam ainda requerer de volta todo o material da UNE apreendido pela repressão, que se encontrava no Ministério da Marinha (158).

A cerimônia de abertura do XXXI Congresso da UNE, no dia 29 de maio de 1979, em Salvador, que contou com a participação de 10 mil pessoas, transcorreu num clima de intensa emoção.

Fizeram parte da mesa de instalação do Congresso líderes estudantis de São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro, o Senador Marcos Freire, o líder da oposição na Câmara, Freitas Nobre, o prof. e ex-diretor da UNE, José Genuino Neto, o líder camponês de Conceição do Araguaia, José Basílio Cerqueira, o representante do "Trabalho Conjunto de Salvador", Manoel José, o representante dos camponeses do Pará, Dirceu Pimenta, o ex-presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brandt e o representante dos Comitês de anistia, sociólogo Joviniano Neto(159).

O Congresso teve como presidente de honra Ho-

158- O Estado de São Paulo, 4 de abril de 1979.

159- Jornal do Brasil, 30, de maio de 1979.

nestino Guimarães, último presidente da UNE, desaparecido desde 1973. Foi reservada à mesa uma cadeira vazia, presença simbólica de Honestino.

Depois do emocionado discurso de abertura (160), proferido por José Serra, último presidente da UNE em 1964, aos gritos de "presente", foram sendo chamados outros diretores da UNE: Jean Marc Von Der Weid (exilado), Gildo Macedo Lacerda (morto), Luiz Travassos (exilado), Luis Guedes (exilado), José Carlos Matta Machado (morto), Altino Dantas (preso político), Aldo Arantes (preso político), Wladmir Palmeira (exilado) e Humberto Mazzini (exilado) (161).

Foram lidas na instalação do encontro, 54 moções e telegramas de apoio ao XXXI Congresso (162), sendo duas de entidades internacionais, a União Internacional dos Estudantes (UIE), com sede em Praga, e a Federação Mundial da Juventude Democrática, com sede em Budapeste.

160- Ver íntegra do discurso de José Serra in Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op. cit. p. 46-48.

161- Cf. Jornal do Brasil, 30 de maio de 1979.

162- Ver pessoas e entidades que enviaram documentos de apoio ao Congresso In Jornal do Brasil, 30 de maio de 1979.

Inicialmente, o XXXI Congresso teria como pauta a "Realidade Brasileira", a "universidade", "lutas a serem levadas pelo ME", "Estatutos e Carta de Princípios", "Eleições da diretoria".

Porém, dado a morosidade do processo de discussão no grupo, a "Comissão PRO-UNE" decidiu reduzir a pauta do Congresso. Este deveria deliberar apenas sobre a Carta de Princípios e Estatutos, lutas a serem levadas pelos estudantes e eleição da diretoria.

Participaram do Congresso de reconstrução da UNE, além de 5 mil observadores, 2304 delegados, representando 21 estados e o Distrito Federal.

Apesar de não ter havido uma repressão ostensiva ao Congresso, algumas medidas foram tomadas pela repressão, com vistas a perturbar e atrasar o andamento dos trabalhos. Primeiro foram as barreiras montadas nas estradas por policiais fortemente armados. Os estudantes tiveram que passar por 3 dessas barreiras, uma em São José dos Campos, outra na divisa dos estados do Rio e Minas Gerais e outra na Bahia. Alguns ônibus chegaram a ficar retidos por mais de onze horas, sob a alegação de que os pneus estavam "carecas", ou de que a documentação de alguns estudantes estava incompleta (163).

163- Cf. Folha de São Paulo, 30 de maio de 1979.

Depois houve tumulto e princípio de pânico provocados pelo lançamento de um pacote contendo um pó químico não identificado sobre os estudantes, durante a última sessão plenária do congresso. O pó, que provocava reações semelhantes às do gás-lacrimogêneo, foi atirado sobre o plenário, logo após as luzes terem sido apagadas. Mais de 60 pessoas foram atendidas nos postos médicos, com conjuntivite, coceiras e crise nervosa (164).

O princípio de pânico foi controlado. Os estudantes do plenário acataram a ordem da mesa que pedia calma. Enquanto esperavam que as luzes fossem religadas, cantavam o Hino UNE e a música "Pra não dizer que não falei das flores (caminhando)", de Geraldo Vandré.

Depois de 34 horas de exaustivos debates, conclavos, negociações, composições e várias palavras-de-ordem gritadas em coro, o congresso chegou ao fim. Os estudantes aprovaram a "Carta de Princípios da UNE" (165), definiram seu Estatuto, as lutas a serem encaminhadas pelo ME e elegeram uma diretoria provisória.

Enquanto isso, na câmara Federal, o deputado Erasmo Dias, da ARENA-SP, discursava acusando o governo de "ignorar os dispositivos legais vigentes para patrocinar a

164- Cf. Jornal do Brasil, 31 de maio de 1979.

165- Ver "Carta de Princípios da UNE" aprovada no XXXI Congresso in Jornal da UEE-SP, julho/agosto de 1979, nº 5.

reorganização da UNE, numa dubiedade de comportamentos que desprestigia o regime, desacredita a autoridade e incita à desordem".

Com relação aos Estatutos, os estudantes aprovaram que as instâncias deliberativas da entidade seriam o Congresso Nacional de estudantes, instância máxima deliberativa; o Conselho de Entidades de Base (CONEB), formado por diretórios e centros acadêmicos; Conselho de entidades livres (DCEs e UEEs), e diretoria da UNE (166).

Relativamente às lutas a serem levadas pelo ME, os estudantes através da UNE, iriam lutar contra o ensino pago; por mais verbas para a Educação; pela anistia ampla, geral e irrestrita; contra a devastação da Amazonia; por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana; por uma campanha de filiação de entidades à UNE (167).

O ítem eleição foi o que mais provocou polêmica e conchavos entre os estudantes, durante a realização do congresso. Dez propostas (168) foram apresentadas ao plenário, antes que este decidisse pela eleição de uma diretoria durante o congresso.

166- Ibid.

167- Ibid.

168- Ver descrição das propostas in L. Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op. cit. p. 60-61.

reorganização da UNE, numa dubiedade de comportamentos que desprestigia o regime, desacredita a autoridade e incita à desordem".

Com relação aos Estatutos, os estudantes aprovaram que as instâncias deliberativas da entidade seriam o Congresso Nacional de estudantes, instância máxima deliberativa; o Conselho de Entidades de Base (CONEB), formado por diretórios e centros acadêmicos; Conselho de entidades livres (DCEs e UEEs), e diretoria da UNE (166).

Relativamente às lutas a serem levadas pelo ME, os estudantes através da UNE, iriam lutar contra o ensino pago; por mais verbas para a Educação; pela anistia ampla, geral e irrestrita; contra a devastação da Amazonia; por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana; por uma campanha de filiação de entidades à UNE (167).

O ítem eleição foi o que mais provocou polêmica e conchavos entre os estudantes, durante a realização do congresso. Dez propostas (168) foram apresentadas ao plenário, antes que este decidisse pela eleição de uma diretoria durante o congresso.

166- Ibid.

167- Ibid.

168- Ver descrição das propostas in L. Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, op. cit. p. 60-61.

Depois de horas de debates, os estudantes decidiram que a diretoria eleita seria provisória, que promoveria eleições diretas para a constituição de uma diretoria definitiva, no segundo semestre de 1979, e que a provisória seria composta por representantes de 8 entidades estudantis do país: UEE-SP, DCE da PUC-Rio, DCEs das Universidades federais da Bahia, de Brasília, Minas Gerais, Pernambuco e do Rio Grande do Sul e Pará (169).

3.2.6. As primeiras eleições diretas para a diretoria da UNE

Conforme ficou decidido no Congresso de Salvador, os estudantes iriam eleger, no segundo semestre de 1979, a diretoria definitiva da UNE, através do voto direto, pela primeira vez na história da entidade. Desde a sua fundação, em 1938 que a UNE elege seus diretores, em Congressos, através dos votos de delegados.

O processo eleitoral foi coordenado pela diretoria provisória da UNE (170), um colegiado de entidades que a dirigiu até as eleições diretas realizadas em todo o país, nos dias 3 e 4 de outubro de 1979.

169- Jornal da UEE-SP, julho/agosto de 1979, nº 5.

170- Ver nomes dos diretores e entidades representadas. In: Folha de São Paulo, 3 de outubro de 1979.

Na ocasião, cinco chapas concorriam às eleições. Primeiramente, "novação", formada por quatro tendências: Centelha (MG), Peleia (RS), Convergência Socialista (vários estados), e Travessia (PE). Essas tendências, compunham a "Corrente Socialista" do ME, que defendia a construção de um governo dos trabalhadores e apoiava o PT e o novo movimento sindical. Outra chapa, a "Liberdade e Luta", "LIBELU", era conhecida nacionalmente pelo seu aparente radicalismo, já a "Maioria" era acusada pelas outras tendências de ser uma chapa "direitista", em que pesem as declarações de seu presidente, o estudante de direito da USP, Marcos M. Paulino, de ser um adepto do "socialismo democrático". A quarta chapa, "Mutirão", era formada pelas tendências "Refazendo e Caminhando" de São Paulo, bem como por suas correspondentes nordestinas, a última, "Unidade", uma chapa composta de duas vertentes, a chamada "esquerda ortodoxa" e os que predendiam a formação de uma "frente popular", defendia a participação no MDB e acusavam as articulações partidárias de "divisionistas da oposição" (171).

Os programas das cinco chapas (172) eram muito parecidos. Todos defendiam anistia ampla, geral e irrestrita, liberdades democráticas, o fim da ditadura militar e a

171. Cf. Jornal da República, 10 de setembro de 1979.

172. Ver íntegra dos programas das chapas que concorriam as eleições para a diretoria da UNE. In: Jornal da Tarde, 2 de outubro de 1979.

convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, entretanto, as tendências representadas nessas chapas divergiam quanto a forma de conduzir o ME e quanto a prioridade das lutas a serem encaminhadas.

Às vésperas das eleições, no dia 1º outubro de 1979, o General Figueiredo assinou um Decreto-Lei, regulamentando o parágrafo único do artigo 2 da Lei 6680, de agosto de 1979, que revogou os Decretos-Leis 477 e o 228. De acordo com esse decreto, o Planalto não reconheceu as UEEs e a UNE, à medida que o primeiro artigo do decreto dispunha que "a participação ou representação de Diretório Central de Estudantes ou de Diretório Acadêmico em qualquer entidade alheia à instituição de ensino superior a que esteja vinculado acarretará a destituição da respectiva diretoria".

Ainda segundo o Decreto, os membros ~~da~~ diretoria destituída não poderiam concorrer à nova eleição, "ficando inabilitados por 2 anos, para o exercício de mandato de representação estudantil", e sua destituição "não exclui a aplicação de sanções disciplinares, na forma do estatuto ou regimento da instituição de ensino superior" (173).

Na ocasião, o Decreto foi violentamente repudiado pela OAB, através de seu Presidente, Eduardo Seabra Fagundes, e na Câmara e no Senado Federal. Vários representantes da sociedade civil, ex-parlamentares e ex-líderes es-173. Ver íntegra do Decreto. In: O Estado de São Paulo, 2 de outubro de 1979, .

tudantis emitiram nota de protesto (174).

A diretoria provisória da UNE emitiu nota clamando todos os estudantes brasileiros para juntos enfrentarem "um dos maiores desafios da história estudantil, que é o de escolher, pela primeira vez, em eleições diretas, a diretoria da UNE" (175).

Ao final da eleição, da qual participaram 713 entidades estudantis e 300 mil estudantes, foi eleita a chapa "Mutirão" (176), cujo presidente era Rui César Costa e Silva, da Universidade Federal da Bahia, e o vice-presidente era Marcelo Barbieri, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (177).

Em sua primeira entrevista, já como Presidente da UNE, Rui César rejeitava a tese de conciliação proposta por Figueiredo. Afirmava ele que "é impossível conciliar opressores e oprimidos; torturadores e torturados; ditadores e o povo", e que os estudantes não tinham nenhum interesse em "compactuar com o propósito e contribuir para que aqueles que há 15 anos vêm explorando o povo continuem no poder" (178).

174. Ver íntegra dessas notas. In: Folha de São Paulo, 3 de outubro de 1979.

175. Cf. Folha de São Paulo, 2 de outubro de 1979.

176. Cf. Jornal da República, 6 de outubro de 1979.

177. Ver demais componentes da diretoria da UNE. In: Folha de São Paulo, 30 de setembro de 1979.

178. Cf. O Estado de São Paulo, 9 de outubro de 1979.

3.2.7. O XXXII Congresso da UNE - 1980

Em outubro de 1980, os estudantes realizaram, em Piracicaba, São Paulo, o XXXII Congresso da UNE, o primeiro depois da reconstrução da entidade (179).

O congresso, que contou com a participação de 5 mil estudantes, foi realizado no estádio municipal da cidade e contou com o irrestrito apoio do prefeito da cidade, João Hermann Neto, e do reitor da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Elias Boaventura, que colocou, funcionários, instalações e infra-estrutura da universidade a serviço do Congresso.

O encontro foi marcado por grandes discussões políticas, que serviram para aprofundar ainda mais as divergências entre os diversos grupos de esquerda que militavam no ME na época.

Além das discussões políticas, o congresso foi marcado também por um clima de muita euforia e entusiasmo, em que não faltou samba e consumo exagerado de cerveja e cachaça (180), o que fez o ex-diretor da UNE, José Genuíno Neto, declarar que "à parte os debates políticos, este congresso está sendo uma grande festa".

179. Cf. Jornal Movimento, 6 a 12 de outubro de 1980.

180. Foram consumidas, nas primeiras 24 horas do congresso, cerca de 2 mil garrafas de pinga, como o rótulo da UNE. Cf. Veja, 22 de outubro de 1980.

A solenidade de instalação do XXXII Congresso da UNE foi marcada por um certo clima de irrealidade. O prefeito declarou que os políticos ali presentes "precisam aprender muito com os líderes universitários"; um representante da pastoral metodista, numa posição delirante, profetizou que "os que vivem em favelas urbanas e rurais do país terão suas vidas afetadas pelas decisões tomadas em Piracicaba" (181).

Independente do clima de festa, as questões que compunham a pauta do congresso, foram exaustivamente debatidas. O item "política nacional" foi analisado por 125 oradores; a questão educacional, por 130. Sobre as eleições para a diretoria da entidade, a questão mais debatida, 153 opinaram (182).

Ao final do congresso, os estudantes deliberaram que a nova diretoria da UNE seria eleita, através do voto direto, nos dias 12 e 13 de novembro, marcaram um "Dia Nacional de Luta", para quando fosse votado, no Congresso Nacional, o orçamento federal do ano seguinte, ocasião em que seriam reivindicado 12% de orçamento da União para a Educação. Com essa decisão, os estudantes presentes ao congresso recusaram a proposta de "greve geral" nas escolas, por melhores condições de ensino, defendida pela LIBELU.

181. Cf. Veja, 22 de outubro de 1980.

182. Ibid.

Deliberaram ainda que no dia 15 de novembro seriam realizados, em todo o país, manifestações propondo a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte, que exigiriam a revogação da LSN, a apuração e punição dos autores dos atentados terroristas, de direita, e que dariam apoio irrestrito às reivindicações dos trabalhadores (183).

Ficou ainda decidido que os estudantes iriam defender eleições diretas para o cargo de reitor, e que exigiriam o aumento da representatividade dos alunos nos órgãos colegiados das universidades. Ficou ainda aprovado que a UNE iria filiar-se à União Internacional dos Estudantes (UIE) e à Organização Continental Latino-Americana (OCLAE).

A última sessão plenária do Congresso foi encerrada com a apresentação das cinco chapas que concorreriam às eleições para a diretoria da entidade em novembro (184).

Apesar das cinco chapas concorrentes, a disputa pela diretoria da entidade ficou mesmo entre as chapas "Viração", presidida pelo ex-secretário-geral da UNE na gestão anterior, Aldo Rebelo, e "Voz Ativa", presidida por Marcos Galvão, ex-presidente da UEE-SP, que tinha o apoio de Rui César, o presidente da entidade na gestão anterior.

183. Cf. O Estado de São Paulo, 18 de outubro de 1980.

184. Ver chapas e respectivos grupos de apoio. In: O Estado de São Paulo, 18 de outubro de 1980.

A chapa "Viração" abrigava as tendências "Convenção" (PC do B), "Mãos-à-obra" (MR-8) e "Correnteza" (PCR); e a chapa "Voz Ativa", as tendências "Caminhando" (dissidência do PC do B), "Refazendo" (Movimento de Emancipação do Proletariado-MEP) e "Organizando" (Ação Popular Marxista-Leninista APML) (185).

A chapa eleita foi a "Viração", que na ocasião, recebeu 122.637 votos. Foram 14 mil votos a mais do que os recebidos pela outra chapa (186).

Lopo após sua vitória, Aldo Rebelo declarava que "o regime militar que comanda o País, no momento, é essencialmente anti-democrático. Enquanto a UNE defende a liberdade de expressão, a legalização dos partidos políticos e o livre debate das idéias, o regime militar combate esses princípios, persegue jornais da imprensa alternativa, e enquadra parlamentares, advogados, sacerdotes e estudantes na LSN".

Em 1980, o movimento estudantil já começava a mostrar sinais de esgotamento. Por isso e pelo progressivo distanciamento da UNE em relação à grande massa estudantil, apenas 27% dos estudantes votaram para a presidência da entidade naquele ano (187).

185. Cf. Veja, 22 de outubro de 1980.

186. Cf. Isto é, 26 de novembro de 1980.

187. Ibid.

Observe-se a ambigüidade e o progressivo isolamento do movimento estudantil. No final da década de 60, encontrava-se afastado da massa popular, embora encontrasse certo respaldo na base estudantil. Entretanto, no final dos anos 70, o movimento estudantil não detinha nem mesmo o relativo apoio da massa dos estudantes.

CONCLUSÃO

Conforme foi apontado na introdução, a delimitação do problema deste trabalho fez-se por meio do exame de três obras que procuram interpretar as possibilidades do movimento estudantil em relação à transformação social.

À medida que o estudo avançava, a tese defendida por Bresser Pereira - os estudantes são os "revolucionários de hoje" - mostrava-se insuficiente para captar a ação estudantil em toda a sua complexidade; além disso, os acontecimentos históricos e a desarticulação do movimento estudantil nos dias atuais encarregaram-se de provar o contrário.

Por outro lado, as limitações da análise proposta por Martins Filho tornavam-se evidentes. A tese defendida por esse autor, há necessidade de se "examinar concretamente a atuação estudantil em cada conjuntura histórica para compreender os diferentes conteúdos e formas que assumem as mobilizações estudantis", pode desembocar, a ver, em uma postura relativista. De acordo com esta posição, perde-se de vista as leis gerais que regem a sociedade.

É inegável que a análise de cada conjuntura histórica é fundamental para a compreensão dos conteúdos e formas dos movimentos sociais e também do movimento estudantil. Entretanto, existem leis gerais da sociedade que não podem ser desprezadas ao procedermos à análise da conjuntura

histórica concreta.

Desse modo, a posição defendida por Foracchi foi inteiramente assumida por mim, passando a constituir o pressuposto teórico que norteia este trabalho: a "praxis" estudantil é determinada pela situação de classe dos estudantes, isto é, devido à vinculação que os estudantes mantêm com os setores médios em processo de ascensão na sociedade, sua "praxis" ficará sempre nos limites das aspirações da pequena burguesia. Mais ainda, mesmo quando essa práxis assume características de radicalização, isso não significa que se configure aí uma situação revolucionária, mas, pelo contrário, como já foi apontado, trata-se de "um radicalismo pequeno-burguês, a seu modo autêntico, que faz as vezes de força revolucionária".

Vejamos, a título de conclusão, como os estudantes, durante o período analisado, assumiram posições que, além de refletirem a ambiguidade e a indefinição características de sua situação de classe, servem para evidenciar a afirmação feita acima.

A luta pela reforma universitária, empreendida pelos estudantes na década de 60, como já apontaram outros autores (1), nada mais foi do que a necessidade que as cama-

1. Cf. Marialice M. Foracchi, op. cit. p. 242; Heloisa Helena T. de Souza Martins, op. cit. p. 119; Luiz Antonio Cunha, A universidade crítica: o ensino superior na República Populista, p. 61-71.

das médias sentiam de ampliar suas oportunidades. Tratava-se de defender não os interesses de toda a sociedade, mas sim os interesses da pequena burguesia empenhada em ampliar suas possibilidades de ascensão.

As mudanças ocorridas na ordem capitalista brasileira, resultantes do processo de industrialização iniciado com Juscelino, bloquearam as vias tradicionais de ascensão social, passando a exigir qualificações profissionais dependentes da universidade como caminho necessário, ainda que não totalmente seguro, para a ascensão social.

Como aponta Luiz Antonio Cunha: "A rebelião dos jovens das camadas médias contra a ordem social vigente, no período em estudo [década de 60], resultou da impossibilidade de elas atingirem os alvos de ascensão social propostas por essa mesma ordem. Na raiz dessa rebelião está a intensificação do processo de monopolização da economia, o qual determinou o deslocamento dos canais de ascensão possíveis para essas camadas, fazendo com que elas dependessem cada vez mais da obtenção dos graus escolares, progressivamente mais elevados, exigido pela expansão das burocracias do aparelho governamental e das empresas" (2).

2. Luiz Antonio Cunha, op. cit. p. 61

te de escolas" (3).

Continuando a análise acima transcrita, afirma que posteriormente a "população já pressentindo que caiu no engodo da primeira etapa de 'democratização do ensino superior' levantará novas bandeiras 'Mais verbas para a educação', 'Ensino gratuito para todos'"(4).

Pode-se entender que ao desânimo frente ao fracasso de velhas aspirações sucede uma nova maneira de exteriorizá-las, que os estudantes souberam captar e erigir em nova bandeira de luta, "Mais verbas para a educação". As verbas almejadas longe estavam de ser endereçadas à concretização do ideal de ensino público e gratuito para todos, deveriam antes atender aos interesses da pequena burguesia.

Nessa direção, os estudantes nesse período passaram a defender mais verbas para as escolas particulares. Note-se o caráter contraditório e ambíguo dessas duas reivindicações: defesa do ensino público e gratuito e verbas para as particulares.

Declarando que a "educação é um direito de todos e um dever do Estado", os estudantes ao reivindicar mais verbas para as particulares diziam estar exigindo que o Es-

3. Reginaldo Prandi, Os favoritos degradados - Ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje,

p.23

4. Ibid.

A universidade tal como estava constituída era arcaica, não atendia, pois, às exigências trazidas pelo desenvolvimento do capitalismo. Lutava-se, por conseguinte, para modernizá-la adequando-a às exigências da classe no poder. Em momento algum a pretendida reforma significou mudar a universidade no sentido de alcançar a transformação social, o que exigiria, por exemplo, a criação de mecanismos seguros que garantissem aos setores marginalizados da população alcançar o ensino superior.

Quando o movimento estudantil reapareceu no cenário nacional, em 77, depois de anos de silêncio forçado, uma das reivindicações que os estudantes levavam para as ruas era a defesa do ensino público e gratuito e por mais verbas para a educação. Podemos afirmar que a luta por mais verbas para a educação defendida em 77 se colocava na mesma perspectiva da luta pela reforma universitária em 60. Outra vez, lutava-se por mais verbas para a educação. Nessa linha de raciocínio, note-se o que diz Reginaldo Prandi: "Como a universidade é vista como elemento mágico, cujo toque transmuta a condição de vida futura daqueles que a ela se achem, o problema central em torno do qual a universidade é situada como algo a ser discutido é o número de vagas, (...). Inicialmente, as reivindicações giram em torno da necessidade de se aumentar o número de vagas e consequentemen-

tado assumisse verdadeiramente seu papel. Entretanto, ignoravam que essa reivindicação acabava por minar a luta pelo ensino público e gratuito e fortalecia o ensino privado, já em acentuado processo de crescimento desde 1968. Não foi por acaso que os reitores das universidades particulares apoiaram integralmente essa reivindicação estudantil. Atente-se para o fato de que o XXXII Congresso da UNE, em 1980, tendo como pauta a destinação de 12% do orçamento da União para a educação, foi sediado por uma universidade particular - Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

Desse modo o movimento estudantil acabou por reforçar a ideologia defendida pelos estabelecimentos superiores particulares, segundo a qual, eles são os colaboradores indispensáveis do processo de democratização do ensino. Veja-se por exemplo o depoimento de um dos diretores da Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) à Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, em 77: "Os senhores parlamentares tomaram conhecimento, ainda que não em profundidade, do que patrioticamente a iniciativa particular vem fazendo pelo progresso e aprimoramento do ensino superior, colaborando assim pela democratização do ensino, mediante a expansão da rede escolar. (...) Mas todos os objetivos seriam restritos se as FMU não tivessem recebido da parte do MEC e CFE todo o apoio de que necessitava para a execução de seu plano de expansão, ainda não suficiente para atender a demanda dos que

anualmente disputam vagas nas escolas superiores" (5).

Outro exemplo da ambiguidade de classe do movimento estudantil expressa-se na prática de recorrer frequentemente a ações simbólicas - tomada simbólica do prédio da UNE, tomada simbólica do Largo São Francisco, lançamento da pedra fundamental simbólica, etc. O uso constante de ações simbólicas suscita uma questão: Por que essa prática é tão cara ao movimento estudantil?

Tomar simbolicamente o prédio da UNE substitui a tomada de fato do prédio, ação que o movimento estudantil não tem condições de realizar; o mesmo pode ser dito a respeito da tomada simbólica do Largo São Francisco e outros atos simbólicos promovidos pelo movimento estudantil. O que me leva a inferir que essas ações do movimento estudantil são ações substitutivas de ações de fato. Representa-se um "faz-se-conta", que, simultaneamente retrata e dissimula a impotência real do movimento estudantil em alterar a ordem estabelecida.

Subjacente a esse processo está a consciência dos estudantes de que não são eles os agentes de transformação social. E a ambiguidade, nesse passo, faz-se mais clara: por um lado, ocupam eles um papel secundário na transforma-

5. Carlos B. Martins, Ensino pago: um retrato sem retoques, p.86-87.

ção da sociedade, constituindo uma força auxiliar do processo de desencadeamento da revolução; por outro lado, não raras vezes, suas ações entravam esse processo.

O clamor contínuo por mais verbas para a educação bem demonstra esse equívoco. Num primeiro momento, as verbas reclamadas deveriam ser convertidas em baixos preços de refeições nos restaurantes universitários, transporte gratuito, moradia grátis, isto é, verbas aplicadas em benefícios dos já favorecidos pelo sistema social. No momento subsequente, "mais verbas para a educação" significou mais vagas nas universidades, mas não nas universidades oficiais, o que redundou no fortalecimento da rede privada de ensino.

Essa ambigüidade revela a incapacidade da pequena burguesia de formular e executar um projeto revolucionário. A pequena burguesia, dada a sua situação de classe, reduz, em momentos críticos, as contradições histórico-sociais em conflitos existenciais. Não causa estranheza, portanto, a procura da saída individual. Daí, o movimento estudantil ser considerado, "celeiro de mandarins" ou "fornecedor de quadros para o sistema".

Lembrar que, embora não tenha ocorrido a transformação social apregoada pelos estudantes, muitos líderes estudantis que sobreviveram ocupam hoje lugar de destaque no sistema que contestavam. Mas não é necessário avançar tanto no tempo. No próprio período estudado, podem-se localizar comportamentos típicos da pequena-burguesia. Um exemplo: a visão romântica da revolução aliada ao militaris-

mo, atestados na ocupação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1968, quando os estudantes pretendiam enfrentar a repressão com pedras e rojões, ao som da "Internacional". O personalismo é outra marca que a pequena-burguesia imprimiu ao movimento estudantil. O personalismo pode ser detectado, por exemplo, na crença, da redenção pelo sofrimento, assumido estoicamente por muitos líderes estudantis. Coloca-se na mesma perspectiva voluntarista e carismática a auto-imagem do movimento estudantil como o condutor de massas despolitizadas. Veja-se a imagem que os estudantes tinham sobre si mesmos, em 1965: consideravam o movimento estudantil a última força organizada capaz de dar continuidade ao processo de libertação nacional e falar em nome do povo emudecido (6).

Entretanto, apesar de admitir a nível de discurso serem a força auxiliar do processo revolucionário, algumas vezes, os estudantes, na prática, parecem ignorar isso, principalmente nos períodos de maior expressão do movimento, e passam a agir como se fossem a massa revolucionária. Ainda que pregando a aliança operário-camponesa-estudantil, assumem em determinados momentos a liderança do processo, distanciando-se e isolando-se dos outros setores sociais. Exemplo claro desse fato deu-se em 68, quando a bus-

6. Cf. Resoluções do XXVIII Congresso da UNE-1965.  cita-
do

ca de conjugação de forças com outros setores sociais, - parlamentares, artistas, Igreja - era entendida por alguns setores do movimento estudantil como "aliança com a pequena-burguesia". Não queriam alianças com a pequena-burguesia, como se eles próprios não fossem parte integrante desta. Daí o vanguardismo e o voluntarismo do movimento estudantil nessa época. A opção pela luta armada foi o resultado dessa concepção equivocada levada às últimas consequências.

Cumprir notar ainda que o movimento estudantil na década de 70 procurou romper com o personalismo, característica dos anos 60, uma vez que os líderes não tinham notoriedade, nem cultivavam lendas a respeito de si próprios. Buscou-se, com intensidade, a conjugação de forças com outros setores sociais: Igreja, OAB, sindicatos, movimentos populares, movimentos pela anistia e outros.

Essa conjugação de forças foi sentida até pelos órgãos de repressão, que, ao interrogarem estudantes detidos, procuravam saber a posição desses a respeito da possibilidade de haver uma união entre trabalhadores, Igreja e estudantes, para a derrubada da ditadura (7).

7. Cf. Geraldo Siqueira Filho, já citado.

Outro fato que chama a atenção é o forte apelo emocional desenvolvido pela prática estudantil, que chegou mesmo a desembocar no sensacionalismo. Veja, por exemplo, em 68, o fato de os estudantes terem carregado pelas ruas do centro no Rio de Janeiro, até a Assembléia Legislativa, o corpo do colega morto no Calabouço. No mesmo ano, em São Paulo, José Dirceu liderou uma passeata pelas ruas centrais da capital, onde exibia a camisa manchada de sangue do estudante morto na "batalha" da rua Maria Antônia.

Como já foi apontado acima, o movimento estudantil na década de 70 procurou evitar o que considerava erros do passado: voluntarismo, vanguardismo e personalismo. Mesmo assim, em algumas ocasiões, perdia de vista seus limites e acabava supervalorizando o alcance de sua prática. Por exemplo, quando, em 77, uma nota do DCE-Livre da USP afirmava que o movimento militar procurava impedir os estudantes de se manifestarem nas ruas por medo. "Medo justamente que o movimento se amplie. Que manifestações como as de ontem se generalizem e que contagiem toda a população explorada(...)". Esse discurso repete o de 68, quando Wladimir Palmeira, na "passeata dos cem mil", declarava: "nossa luta não cessará com este ato público, mas prosseguirá até a derrubada do governo". Atente-se para a visão que os estudantes tinham sobre seu movimento e sobre as massas populares. Segundo essa visão, o movimento estudantil seria o condutor de uma massa despolitizada, mas pronta a responder aos chamados dos estudantes, o setor mais avançado e politizado da popu-

lação. Pode-se identificar tal concepção com a forma de pensar, agir e sentir da pequena-burguesia.

Mais um exemplo da ambiguidade da prática pequeno-burguesa dos estudantes pode ser ilustrada com o fato de os estudantes da UnB, em 77, terem entregue uma carta à esposa do Presidente dos Estados Unidos, denunciando a repressão desencadeada contra essa universidade. Observe-se a postura ingênua dos estudantes ao denunciarem as arbitrariedades cometidas pela ditadura militar que governava o país aos Estados Unidos, que sabidamente teve um papel significativo no processo de derrubada do governo constitucional e na sustentação dessa mesma ditadura.

Igualmente ambígua e equivocada é a posição dos estudantes ao solicitarem ao Presidente Figueiredo a legalização da UNE em 79. Não estariam os estudantes com essa atitude legitimando o governo de exceção que tanto criticavam?

A partir dessas considerações, podemos retomar a pergunta inicial que suscitou esse trabalho. O movimento estudantil, chegou a ameaçar o "status quo"? Tinha ele condições para tanto? A meu ver, o movimento estudantil, mesmo em seus momentos de maior expressão, não chegou a ameaçar a ordem estabelecida. Foi um movimento da pequena burguesia, que estava interessada em ampliar suas oportunidades, apesar da forma "radicalizada" de que se revestiu,.

Dada as suas vinculações de classe, o movimento estudantil, provavelmente, não teria tido condições de

chegar a um resultado diferente do que chegou. Em 68, por ocasião do Congresso de Ibiúna, o movimento estudantil já se encontrava em descenso. Já tinha esgotado todas as suas possibilidades. O AI 5 e o 477 apressaram o processo de decomposição do movimento estudantil. Encontrava-se nessa época isolado e afastado das massas estudantis e dos outros movimentos sociais, além de fragmentado em várias facções que facilmente desembocaram no sectarismo. O exemplo mais claro desse sectarismo aconteceu no Congresso de Ibiúna, em 68, quando o alerta da iminente invasão foi interpretado como uma manobra que visava ao adiamento das eleições, ponto mais polêmico da pauta do congresso e das lutas estudantis naquele ano.

Em 1977, que foi o momento mais expressivo do movimento estudantil na década de 70, esse processo de decomposição também se manifestou, em que pesem as diferenças assumidas pelo movimento nessas duas épocas. Havia na década de 70 uma preocupação das lideranças em envolver todos os estudantes nas discussões e no encaminhamento das lutas estudantis. O movimento estudantil, que vinha conhecendo uma mobilização crescente desde 75, alcançou grande expressão em 77, com a luta pela anistia e por liberdades democráticas. Em tempo, convém lembrar que foram os estudantes, que primeiramente empunharam essas bandeiras. Entretanto, no final de 77, o movimento estudantil já se encontrava a caminho da exaustão, apesar da reconstrução da UNE em 79. Como explica Eder Sader: "sabemos que os movimentos são - por sua nature-

za - fluidos e inconstantes e várias vezes no seu lugar res-
tam apenas organismos vazios indicando que eles passaram por
aí. Ficam aparelhos ou, na hipótese melhor, grupos que pro-
curam retomar os fios perdidos durante o refluxo. São refe-
rências obrigatórias mas não necessariamente expressão de
'movimento' (8).

Já que o movimento estudantil durante o perío-
do analisado, mesmo em suas fases de maior expressão, dada a
sua situação de classe, não tem condições de levar adiante a
transformação da realidade, qual seria então o papel reser-
vado ao movimento estudantil na sociedade brasileira?

Diante a multiplicidade de ângulos que compõem
as possibilidades de análise do movimento estudantil, ateu-
no-me a um único aspecto: tentar explicitar seus limites.

Cumprido notar que, quando aponto as vinculações
de classe do movimento estudantil e conseqüentemente seus
limites, não estou em absoluto negando a sua influência po-
lítica e social.

Importa assinalar ainda que foge totalmente ao
objetivo desse trabalho apresentar caminhos ou direções ao
movimento estudantil. Entretanto, a meu ver, o movimento es-
tudantil, para romper com esse processo de esvaziamento e
distanciamento das massas em que ora se encontra (9) e
ser representativo dos estudantes, terá que concentrar sua
luta nas questões específicas, na chamada luta reivindicató-

8. Eder Sader, Autonomia popular e vontade política. In:
Desvios, Vozes, 1985. p. 61-71.

9. Cf. Arthur Ribeiro Neto, "Um laço que não se mais",
In: Desvios, Vozes, 1985, p. 61-71.

ria. Mas aí haverá um sério risco, o de ficar apenas a nível reivindicatório. E, como aponta Sartre, o conteúdo reivindicativo e ação revolucionária são incompatíveis, pois a reivindicação leva à acomodação e impede a transformação.

Sem querer defender que o potencial revolucionário restringe-se à classe operária, afirmo a impossibilidade de o movimento estudantil ser o agente da transformação social, impossibilidade advinda da já apontada ambigüidade de classe que o identifica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARÃO REIS FILHO, D. & FERREIRA DE SÁ, J. Imagens da revolução - documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961--1971, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.
- ABREU, H. O outro lado do poder, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1979.
- ABREU, H. Tempo de Crise, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980.
- ADUSP. O livro negro da USP, o controle ideológico na universidade, 2a. ed., São Paulo, 1979.
- ANISTIA: a história das nossas anistias, os exemplos internacionais e a Camapaha de Hoje: a quem vai beneficiar, São Paulo, Edição S/A, 1978.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais, 2a. ed., Petrópolis, Vozes, 1985.
- BANDEIRA, M. Carteis e desnacionalização: a experiência brasileira: 1964-1975, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1975.
- BRANDIT, V. C. Nos tempos da legalidade. In: Plural, nº 6, junho de 1979.
- BRILHANTE USTRA, C.A.B. Rompendo o silêncio - OBAN-DOI-CODI, 29 set.70-23 jan.74, 2a.ed., Brasília, Editerria Editorial, 1987.
- BEOZZO, J.O.(Pe). Cristãos na universidade e na política, Petrópolis, Vozes, 1984.

- BI CUDO, H. Meu depoimento sobre o esquadrão da morte, 7a. ed., São Paulo, Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1978.
- BITTENCOURT, G. & MARKUM, P.S. Dom Paulo Evaristo Arns: o cardeal do povo, São Paulo, Alfa Omega, 1979.
- BRESSER PEREIRA, L.C. As revoluções utópicas: a revolução política na igreja, a revolução estudantil, 2a. ed., Petrópolis, Vozes, 1979.
- BRITO, S. de. A crise entre estudantes e governo no Brasil. In: Paz e Terra, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, s.d., v.3.
- CAMPANHOLE, A. & CAMPANHOLE, H.L. Constituições do Brasil, 5a. ed., São Paulo, Atlas, 1981.
- CASO, A. A esquerda armada no Brasil - 1967-1971. Lisboa, Moraes, Editores, 1976.
- CASTELLO, BRANCO, C. Os militares no poder: o baile das solteironas, vol.III, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1979.
- CASTILHO, A. (Org.). Apesar de tudo UNE REVISTA; elementos para uma história da UNE. São Paulo, Edições Guaraná e DCE-Livre USP "Alexandre Vanuchi Leme", s.d..
- COUTO E SILVA, G. Geopolítica do Brasil, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1967.
- CUNHA, L. A. A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estu-

- dos Sócio-Econômicos, "Dez anos de política salarial", nº 3, São Paulo, agosto de 1975.
- DÓRIA, P. e outros. A guerrilha do Araguaia, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979.
- FAERMAN, M. UNE - o jogo da vida e da morte. In: Plural, nº6, junho de 1979.
- FERNANDES, F. Universidade Brasileira: reforma ou revolução? São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil, 2a.ed., Rio de Janeiro, Zahar editores, 1976.
- _____. A questão da USP, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FORACCHI, M.M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira, 2a. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- FREI BETTO. Batismo de sangue - os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1982.
- FREITAG, B. Escola, Estado e sociedade, 3a.ed., São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- GOERTZEL, Ted. MEC-USAID-Ideologia do Desenvolvimento Americano Aplicado à Educação Superior Brasileira. In: Revista Civilização Brasileira, nº 14, julho de 1967.
- GOES, W. O Brasil do General Geisel, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1978.
- GUILHON ALBUQUERQUE, J.A. Classes médias e política no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HOLLANDA, H.B. de & GONÇALVES, M. Cultura e participação

nos anos 60. São Paulo, Brasiliense, 1982.

JACQUES, P. As emendas constitucionais números 7,8 e 9 explicadas. Rio de Janeiro, Companhia Editora Forense, 1977.

JORDÃO, F. Dossiê Herzog-prisão, tortura e morte no Brasil. 3a. ed., São Paulo, Global Editora, 1979.

JOSÉ, E. & MIRANDA, O. A marca, o capitão da guerrilha. São Paulo, Global Editora, 1980.

LIMA, H.B.R. Itinerário. Org. Joviniano Soares da Cunha Neto, Salvador, Comitê Brasileiro pela Anistia, Núcleo da Bahia, 1979.

LIMA, L.G.S. Evolução política dos católicos no Brasil: hipóteses para uma interpretação, Petrópolis, Vozes, 1979.

MACHADO NETO, A.L. A ex-universidade de Brasília; significação e crise. In: Revista Civilização Brasileira, nº 14, julho de 1967.

MARTINS, C. B. Ensino pago: um retrato sem retoques, São Paulo, Global Editora, 1981.

MARTINS, C. E. Brasil - Estados Unidos dos 50 aos 70. São Paulo, CADERNOS CEBRAP, nº 4, 1972.

MARTINS FILHO, J.R. Movimento estudantil e ditadura militar - 1964-1984, Campinas, Papirus, 1987.

MARTINS, H.H. T. S. Movimento estudantil e reforma universitária. In: Contexto, nº II, São Paulo, Hucitec, novembro de 1979.

MATTOS, O.C.F. Paris, 1968 - as barricadas do desejo. São Paulo, Brasiliense, 1980.

MENDES JUNIOR, A. Movimento estudantil no Brasil. São Pau-

- lo, Brasiliense, 1981.
- MOURA, C. Diário da Guerrilha do Araguaia. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979.
- MOREIRA ALVES, M. H. Estado e oposição no Brasil - 1964-1984, Petrópolis, Vozes, 1984.
- MOREIRA ALVES, M. Beabá dos MEC-USAID. Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1968.
- MIROW, K. A ditadura dos Cartéis: anatomia de um subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- OLIVEIRA, B. A. de. O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior, São Paulo, Cortez Editora, 1980.
- OLIVEIRA, E.R. de. As forças armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969. Petrópolis, Vozes, 1976.
- PAIVA, V.P. Educação popular e educação de adultos; contribuição a história da educação brasileira, São Paulo, Edições Loyola, 1973.
- PEREIRA, O.D. A Constituição do Brasil de 1967, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- PONT, R.A. Uma plataforma para o movimento estudantil. In: Argumento CACH-UNICAMP, ano II, nº 7, outubro de 1977.
- POERNER, A.J. O poder jovem; história da participação política dos estudantes brasileiros, 2a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- PRANDI, R. Os favoritos degradados - ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje. São Paulo, Edições Loyola, 1982.

- REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, ano IV, nº (19/20), maio-agosto de 1968.
- RIBEIRO NETO, A. Um laço que não une mais. In: Desvios, Vozes, 1985.
- ROMAGNOLI, L.H. & GONÇALVES, T. A volta da UNE - de Ibiúna a Salvador. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- ROMANELLI, T. O. História da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.
- SAES, D.A.M. Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil. In: Cara a Cara, nº 2, Campinas, julho-setembro, 1978.
- SANFELICE, J.L. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64, São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1986.
- SINGER, P. "O milagre brasileiro: causas e consequências". In: Cadernos CEBRAP, nº 6, 1972.
- _____ A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SINGER, P. & BRANDT, V. C. (org.). São Paulo: o povo em movimento. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1982.
- SIRKIS, A. Os carbonários - memórias da guerrilha perdida, 8a. ed., São Paulo, Global Editora, 1979.
- STUMPF, A. G. & PEREIRA FILHO, M. A segunda guerra: sucessão de Geisel. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- VÁRIOS. História da UNE: depoimento de ex-dirigentes. São Paulo, Editorial Livramento, 1980.
- VIANA FILHO, L. O Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro,

Livraria José Olympio Editora, 1975.

VIEIRA, E. A república brasileira: 1964-1984, São Paulo, Ed. Moderna, 1985.

----- . Estado e miséria social no Brasil; de Getúlio a Geisel. São Paulo, Cortez, Ed., 1983.

WEFFORT, F. "Participação e conflito industrial: contagem e Osasco, 1979". In: Cadernos CEBRAP, nº 5, 1972.

WRIGHT MILLS, C. A nova classe média (White Collar), 3a. ed., Rio de Janeiro, Zahar editores, 1979.

ZERBINI, T.G. Anistia: semente da liberdade, São Paulo, Movimento Feminino pela Anistia, 1979.

PERIÓDICOS

- O Estado de São Paulo.
- Jornal da Tarde.
- Realidade.
- Última Hora.
- Revista Civilização Brasileira.
- Jornal do Brasil.
- Correio da Manhã.
- Diário de Notícias.
- Tribuna da Imprensa.
- Folha de São Paulo.
- Veja.
- Isto é.
- Opinião.

- Cara a Cara - ano I, nº 1 - maio de 1978 e ano I nº 2 julho a dezembro de 1978.
- Jornal Movimento.
- Jornal da República.

DOCUMENTOS ESTUDANTIS

- Tese da UEE-SP para o XXX Congresso da UNE, mimeo, p. 6, s.d.
- Jean Marc Von Der Weid, Valdo Silva, Netonovitch Maia, Honestino Guimarães, Doralina Rodrigues. O Povo na luta derruba a ditadura e expulsa o imperialismo - Proposição para o XXX Congresso da UNE, mimeo, s.d.
- Carta Política da UNE aprovada no XXIX Congresso - agosto de 1967.

PERIÓDICOS ESTUDANTIS

- Revisão - Gremio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, maio de 1967.
- Mobilização.
- Jornal da UEE-SP, abril de 1979, nº 3.
- Jornal da UEE-SP, julho /agosto de 1979, nº 5.
- Jornal PRO-UNE, abril de 1979.
- Palmares-USP, nº 1, agosto de 1977.